



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - DCECO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
PLANEJAMENTO E TERRITÓRIO (PGDPLAT/UFSJ)

DENISE LAREDO CARVALHO

**O ACESSO AO CRÉDITO PELOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS NO BRASIL**

São João Del-Rei
2022

DENISE LAREDO CARVALHO

**O ACESSO AO CRÉDITO PELOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território da Universidade Federal de São João del-Rei como requisito à obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Prof. Dr.^a Simone de Faria
Narciso Shiki
Coorientadora: Prof. Dr.^a Patricia Alves
Rosado Pereira

São João Del-Rei
2022

O ACESSO AO CRÉDITO PELOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território da Universidade Federal de São João del-Rei como requisito à obtenção do grau de mestre.

Denise Laredo Carvalho
Mestranda em Desenvolvimento, Planejamento e Território

Prof. Dr.^a Simone de Faria Narciso Shiki
Orientadora

Prof. Dr.^a Patricia Alves Rosado Pereira
Coorientadora

Prof. Dr. Luis Henrique Abegão
Membro Externo

Prof. Dr. Luiz Eduardo de Vasconcelos Rocha
Membro Interno

São João del-Rei

2022

AGRADECIMENTOS

Direciono aqui meus agradecimentos primeiramente a Deus que sempre esteve ao meu lado me capacitando e dando forças, aos meus pais e minha família que foram fundamentais durante todo o período do mestrado, sempre me incentivando e fortalecendo.

Gostaria de agradecer também minhas queridas orientadora prof. Dr.^a Simone e coorientadora prof. Dr.^a Patricia, que se dedicaram a contribuir para a realização deste trabalho, durante a orientação pude aprender muitas coisas novas, aprendizados estes que muitas das vezes se mostraram desafiadores, mas que com a dedicação de ambas as partes foi se alcançado os objetivos colocados.

Agradeço também a todos meus colegas de curso, pelo apoio e companheirismo, que sempre torceram para que este momento chegasse. Ao professor Dr. Benedito Anselmo pelas ricas contribuições na temática da economia solidária em meu projeto, ao professor Dr. Gustavo Moreira pelas importantes contribuições aos modelos econométricos estruturados neste estudo e ao professor Dr. Luiz Inácio Gaiger por disponibilizar importantes informações para a pesquisa.

Deixo aqui também meus agradecimentos aos professores membros da banca prof. Dr. Luiz Eduardo e prof. Dr. Luis Henrique que trouxeram importantes contribuições para o estudo.

E para além agradeço ainda ao prof. Dr. Luis Henrique por ter me inspirado a estudar a temática da economia solidária, no qual durante minha participação ao Programa de Educação Tutorial (PET) Gestão social em minha graduação na Universidade Federal Fluminense (UFF) o prof. Dr. Luis Henrique então coordenador do programa sempre buscou ressaltar o brilhante e potencial trabalho realizado pela economia solidária o que me inspirou e motivou a pesquisar mais sobre este interessante campo.

Por fim, agradeço a todos os professores e membros do PGDPLAT, por todo apoio, aprendizado e empenho de todos.

RESUMO

O ACESSO AO CRÉDITO PELOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL

A economia solidária se insere enquanto uma forma de organização social e econômica para além da hegemonia capitalista, podendo ser definida como uma forma de inclusão social e econômica. Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são organizações coletivas que compõem o quadro da economia solidária e têm sido palco de diversas pautas de debates, dentre eles encontra-se o crédito, temática que têm se demonstrado de grande relevância no âmbito da economia solidária e na promoção do desenvolvimento socioeconômico. Assim, é dado a sua importância para os EES que tal estudo apresenta enquanto objetivo central analisar os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no Brasil. Com vista a atingir tal objetivo a pesquisa se caracteriza como quantitativa, pela qual é realizada a pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos, teses, dissertações e outras fontes referente à temática voltada ao estudo e a pesquisa documental através dos microdados oriundos do segundo mapeamento nacional de EES, realizado no período de 2009 a 2013, que resultou no mapeamento de 19.708 EES por todo o território nacional, abrangendo 2.788 municípios. Para a análise dos microdados foi se estruturado dois modelos de regressão logística, no qual no primeiro buscou se identificar os fatores que podem explicar a busca pelo crédito e no segundo os fatores que contribuem para explicar o acesso ao crédito pelos EES no Brasil. Os principais resultados apontam que o fato do EES estar articulado em redes, receber algum tipo apoio e contratar serviços gerenciais de terceiros aumentam suas chances tanto na busca pelo crédito quanto em seu acesso. Assim, uma vez identificado os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no País este estudo poderá contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas a estratégias de desenvolvimento solidárias, a partir do crédito.

Palavras-chave: Economia Solidária. Crédito. Desenvolvimento Socioeconômico. Modelo logit.

ABSTRACT

ACCESS TO CREDIT BY SOLIDARITY ECONOMIC ENTERPRISES IN BRAZIL

Solidarity economy is inserted as a form of social and economic organization beyond capitalist hegemony, and can be defined as a form of social and economic inclusion. The Economic Solidarity Enterprises (EES) are collective organizations that make up the framework of the solidarity economy and have been the stage for several debate agendas, among them credit, a theme that has proven to be of great relevance in the context of the solidarity economy and in the promotion of socioeconomic development. Thus, given its importance for EESs, this study presents as a central objective to analyze the factors that affect the ability of EESs to access credit in Brazil. In order to achieve this objective, the research is characterized as quantitative, through which bibliographical research is carried out, through books, articles, theses, dissertations and other sources related to the theme focused on the study and documental research through the microdata from the second mapping national EES, carried out from 2009 to 2013, which resulted in the mapping of 19,708 EES throughout the national territory, covering 2,788 municipalities. For the microdata analysis, two logistic regression models were structured, in which the first sought to identify the factors that may explain the search for credit and the second the factors that contribute to explain access to credit by EESs in Brazil. The main results indicate that the fact that the EES is articulated in networks, receives some kind of support and hires third-party management services increase its chances both in the search for credit and in its access. Thus, once the factors that affect the access to credit by EESs in the country have been identified, this study will be able to contribute to the formulation of public policies aimed at solidary development strategies, based on credit.

Keywords: Solidarity Economy. Credit. Socioeconomic Development. Model logit.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- A evolução do microcrédito no Brasil	34
Figura 2 - Síntese da estrutura do SFN	49
Figura 3 - A atuação dos Intermediários Financeiros	50
Figura 4 - EES que indicaram necessidade de financiamento pela região geográfica	79
Figura 5 - EES que indicaram necessidade de financiamento pelo formato organizacional	79
Figura 6- Distribuição regional dos EES no Brasil	83
Figura 7 – EES que acessaram o crédito pelas regiões geográficas	84
Figura 8 – Percentual do acesso ao crédito pelos EES pela área de atuação	85
Figura 9 - Categoria social dos EES no Brasil	85
Figura 10 – Sustentabilidade financeira dos EES no Brasil	86
Figura 11- Curva ROC: primeiro modelo	92
Figura 12- Curva ROC: segundo modelo	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação das instituições bancárias nas Operações de crédito no País de 1995 a 2000 (%)	32
Tabela 2 - Percentual da participação do EES por forma de organização na natureza do crédito concedido	80
Tabela 3 - Percentual da participação do EES por categoria social na natureza do crédito concedido	82
Tabela 4 – Classificação dos EES por gênero	87
Tabela 5 - Classificação da multicolinearidade: Teste VIF	88
Tabela 6 - Resultados do teste VIF para os modelos estimados	89
Tabela 7 - Teste Count R ² : Modelo 1	90
Tabela 8 - Teste Count R ² : Modelo 2	91
Tabela 9 - Resultados da aplicação do modelo logit em termos de chances a favor: Fatores da busca pelo crédito pelos EES	94
Tabela 10 - Resultados da aplicação do modelo logit em termos de chances a favor: Fatores do acesso ao crédito pelos EES	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BACEN – Banco Central do Brasil

BB – Banco do Brasil

BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAIXA – Caixa Econômica Federal

CMV – Conselho Monetário Nacional

CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados

CNPC – Conselho Nacional de Previdência Complementar

COSIF – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

Cresol – Cooperativa de crédito rural com interação solidária

DTRAB – Departamento de Trabalho e Renda

DESOL – Departamento de Economia Solidária

ENCIF – Economia Informal Urbana

EES – Empreendimentos de Economia Solidária

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FELABAN – Federação Latina Americana dos Bancos

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PCPP – Programa de Crédito Produtivo Popular

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

PPCAF – Pessoa Potencialmente Classificada como Agricultor Familiar (PPCAF)

PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

PROES – Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária

Proger – Programa de Geração de Emprego e Renda

MPE's – Micro e Pequenas Empresas

SBPE – Sistema de Poupança e Empréstimo

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO ...	10
2.1. O florescimento da economia solidária no contexto brasileiro.....	10
2.2. Definição da economia solidária.....	11
2.3. Definição dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)	17
2.4. O papel da economia solidária e dos EES na promoção do desenvolvimento socioeconômico: uma justificativa para a política pública	24
3. ACESSO AO CRÉDITO E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	32
3.1. Definição do crédito e suas modalidades.....	32
3.2. A importância do acesso ao crédito para a promoção do desenvolvimento socioeconômico: uma justificativa para política pública creditícia	40
4. FATORES QUE AFETAM A CAPACIDADE DE ACESSO AO CRÉDITO NO BRASIL E A ATUAÇÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS	48
4.1. A dinâmica do Sistema Financeiro Nacional	48
4.2. Fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas no Brasil e a atuação dos bancos comunitários	55
5. METODOLOGIA	70
5.1. Enquadramento da Pesquisa	70
5.2. Procedimentos de coleta de dados	70
5.3. Base de dados	71
5.4. Análise dos dados: Modelo de regressão Logit	72
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	78
6.1. Análise descritiva das variáveis utilizadas no presente estudo	78
6.2. Análise dos fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no Brasil: uma aplicação do modelo de regressão Logit	88
6.2.1. Validação dos modelos	88
6.2.2. Fatores determinantes da busca pelo crédito pelos EES no Brasil	92
6.2.2.1. Uma análise de cenários da busca pelo crédito	98
6.2.3. Fatores do acesso ao crédito pelos EES no Brasil	101
6.2.3.1. Uma análise de cenários do acesso ao crédito	107
7. CONCLUSÃO	112
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICE A - Tabela da estimação logit: modelo 1	126
APÊNDICE B - Tabela da estimação logit: modelo 2	127

1. INTRODUÇÃO

A temática da economia solidária nos últimos anos tem sido palco de discussões acadêmicas em diferentes áreas, como economia, sociologia e administração (FRANÇA FILHO, 2004). Parte desse interesse se verifica dado o florescimento de iniciativas pautadas no associativismo e na cooperação em meados dos anos de 1980 e início de 1990 no País.

A década de 1990 no País é marcada por uma desestruturação do trabalho derivada de uma crise do emprego assalariado (SILVA, 2013), assim, tal crise vivenciada neste período motivou o surgimento de movimentos trabalhistas que se posicionavam contra a exploração de mão-de-obra barata, o que influenciou o florescimento dos chamados empreendimentos econômicos solidários (REAL; RODRIGUES, 2018).

A economia solidária, enquanto conceito, se caracteriza pela sua pluralidade de definições, o que a inscreve em um campo teórico em construção (PINHEIRO, 2013). Desta maneira, como reforça Bertucci (2010), diversas são as correntes teóricas que incorporam a definição da economia solidária, cada qual com sua maneira de conceber o conceito.

Entretanto, apesar das particularidades encontradas nas definições, parece ser um consenso na literatura que a economia solidária é formada de práticas econômicas que se orientam através de princípios autogestionários, coletivos e democráticos, diferindo assim da lógica da dinâmica capitalista (SINGER, 2004; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; COUTINHO et al., 2005; BERTUCCI, 2010; SANTOS; PELOSI, 2013; GAIGER, 2013; SILVA, 2018).

Para além, a discussão que remete a economia solidária tem indicado esta como uma importante estratégia de desenvolvimento socioeconômico, uma vez que tende a extrapolar o viés puramente econômico, trazendo consigo a importância da dimensão social para as propostas de desenvolvimento (ARRUDA; MARIANI, 2013; CEBALLOS, 2016; SOARES; REBOUÇAS; FILHO, 2019; SOUZA, JÚNIOR, 2020).

Junto a esta discussão, o conceito de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) passa a ser discutido no Brasil no início da década de 1990 (GAIGER et al.; 2018), este pode ser entendido como organizações econômicas pautadas em princípios solidários e autogestionários, podendo assumir diversas formas, como cooperativas, associações, entre outras (SILVA, 2017b; GAIGER; KUYVEN, 2019). Se caracterizam, assim, como experiências concretas da economia solidária.

Dada a sua diversidade, os EES têm se tornado importante lente de análise de diversos fatores, dentre estes está a temática do crédito, o qual tem se demonstrado uma potencial área de análise, ainda pouco explorada. Verifica-se, assim, alguns estudos como o de Silva (2017b), no qual descreve os principais desafios encontrados no acesso ao crédito, Spilleir (2018), que elabora uma

contribuição propositiva ao identificar elementos relevantes para os EES no que confere a obtenção de crédito e estudos que demonstram a importância do acesso ao crédito para o desenvolvimento destes EES (GAIGER, 2007; CULTI *et al.*, 2010; GAIGER, 2015; SILVA, 2017b; KUYVEN, 2019; SOUZA; JÚNIOR, 2020; SPILLEIR, 2021).

Desta forma, a discussão do crédito tem se inserido enquanto uma ferramenta que objetiva fomentar o desenvolvimento econômico em diversas localidades. Assim, ao financiar as atividades, dando aporte aos empreendedores, suscita a manutenção dos setores produtivos, sendo por vezes considerado um canal para o desenvolvimento socioeconômico (CAPOBIANGO *et al.*, 2012).

Quanto ao cenário do acesso ao crédito pelos EES no Brasil, o primeiro mapeamento nacional da economia solidária, realizado no período de 2005 a 2007 no País, revela que 76,4% EES indicaram a necessidade de financiamento, apresentando, contudo, diversos entraves para o acesso como a falta de documentação, dificuldade de elaborar projetos, dentre outros (GAIGER, 2007; BARROS, 2010).

Este cenário de dificuldades de acesso ao crédito pelos EES se manteve, uma vez que o segundo mapeamento nacional da economia solidária, realizado no período de 2009 a 2013, disponibilizado no Atlas Digital da Economia Solidária (2013), revela a persistência da discrepância entre o total de EES no Brasil que buscaram o acesso ao crédito daqueles que conseguiram o efetivo acesso.

Quanto a conjuntura macroeconômica do período, sobretudo do ano de 2008, verifica-se uma crise internacional, que tem origem nos Estados Unidos, mas que, com a intensificação da liberalização financeira, ganha amplitude internacional, afetando assim a economia de diversos países, ficando popularmente conhecida como a crise do *subprime* (LIMA; DEUS, 2013).

No caso brasileiro, esta crise internacional atinge a economia nacional em um contexto de crescimento e aceleração, uma vez que neste período pré-crise as empresas nacionais apresentavam um bom crescimento. Todavia, com a chegada da crise, o primeiro efeito sentido pelo País foi o da escassez de crédito internacional, uma vez que o setor bancário, como medida de prudência, retrai consideravelmente o crédito na economia brasileira (LIMA; DEUS, 2013).

Contudo, o Brasil rapidamente se organizou e estruturou diversas medidas que visavam atuar de frente para com os efeitos gerados pela crise do *subprime*, dentre estas medidas se destacam as de expansão de liquidez, sobretudo com a atuação dos bancos federais como o BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, medidas de expansão creditícia que beneficiaram principalmente os setores mais afetados pela crise, como o da construção civil, agricultura e automóveis, dentre outras medidas (LIMA; DEUS, 2013).

Como resultado da implementação de tais medidas, Lima e Deus (2013) identificam com base no relatório de gestão da Secretaria de Política Econômica que quanto ao crédito as medidas

adotadas foram favoráveis, com o que se verificou entre setembro de 2008 e junho de 2009 um aumento de oferta de crédito dos bancos públicos em 33% e 4% pelas instituições financeiras privadas. Assim, a recuperação do País pós-crise, no período de 2008 a 2011, apresentou um bom cenário, que se deu sobretudo pelas medidas de combate à crise implementadas, como o aumento do crédito, redução da taxa de juros e desonerações fiscais, que permitiram ao País uma média de crescimento e recuperação mais favorável se comparado aos países do bloco europeu.

Adiante, no que confere o cenário macroeconômico do período de 2011 a 2013, Cagnin et al. (2013) destacam que três períodos distintos na orientação macroeconômica podem ser identificados, o primeiro remete ao início de 2011, com a adoção de políticas monetárias e fiscais de caráter restritivo, com vista a conter a aceleração inflacionária que passa a ser observada naquele período. Já o segundo período tem início em agosto de 2011 e término em junho de 2012, sendo marcado pela crise da área do euro, em vista disto o governo passa a adotar medidas anticíclicas, porém em menor intensidade das adotadas no período de 2008 a 2009, como redução da taxa de juros, estímulos creditícios e demais.

Já o terceiro período, retratado por Cagnin et al. (2013), é demarcado pelo segundo semestre de 2012, quando se verifica no cenário da economia nacional um aprofundamento da desaceleração da atividade econômica e a aceleração inflacionária no final de 2012 e início de 2013 (JORGE; MARTINS, 2013). Todavia, com base em tal cenário, o governo vigente no período adotou estratégias de incentivo aos bancos públicos para atuarem de forma anticíclica, com medidas parecidas com as realizadas em 2008.

Desta maneira, é sobre este cenário macroeconômico, sobretudo monetário em que o segundo mapeamento nacional da economia solidária foi realizado. Mapeamento este que se constitui em uma importante fonte de dados para diversos aspectos de análises no que conferem aos EES, como um deles o acesso ao crédito, ao demonstrar a discrepância entre o número de EES que buscaram o crédito daqueles que conseguiram seu efetivo acesso.

E é sustentado nessa discussão que este trabalho tem como objetivo analisar os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no Brasil. Orienta-se, portanto, na seguinte questão de pesquisa: Quais são os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no Brasil?

Desta forma, esta pesquisa apresenta enquanto objetivos específicos: (i) discutir a importância da economia solidária e dos EES para o desenvolvimento socioeconômico, (ii) analisar a importância do acesso ao crédito para o desenvolvimento socioeconômico, considerando os EES como parte deste processo, (iii) identificar com base na literatura de micro e pequenas empresas os principais fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito no Brasil e por fim (iv) identificar e analisar os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no Brasil, a partir dos

microdados oriundos do segundo mapeamento nacional da economia solidária, organizados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Dentre os fatores, que afetam tal capacidade de acesso ao crédito pelos EES no Brasil, tem-se como hipótese os fatores de aspecto organizacional como a forma de organização, o tipo de atividade econômica principal, a articulação em redes, o apoio, a assessoria e a capacitação voltadas aos EES.

Neste contexto, a discussão do acesso ao crédito aos EES, no Brasil, torna-se de suma importância, pois coloca-se em ênfase o papel de tal crédito para a promoção da economia solidária nacional, reverberando o debate de práticas de desenvolvimento socioeconômico. Sobretudo diante de tal cenário encontrado nos dados do Atlas Digital da Economia Solidária (2013), no qual demonstra a discrepância entre o número de EES no Brasil que buscaram o acesso crédito daqueles que de fato conseguiram.

Tal estudo se inscreve, assim, enquanto uma oportunidade em identificar e analisar os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no Brasil, sendo pouco explorado até então. Dessa forma, pode-se contribuir tanto para a discussão acadêmica do campo, quanto para a formulação de políticas públicas voltadas a estratégias de desenvolvimento solidárias, impulsionando, assim, os estudos de planejamento e desenvolvimento nos territórios do País.

Com vista a atingir os objetivos desta pesquisa, é adotada a abordagem quantitativa, mediante a coleta dos microdados oriundos do segundo mapeamento nacional da economia solidária, realizado no período de 2009 a 2013, que resultou no mapeamento de 19.708 EES, destes 11.665 EES são analisados neste estudo. Quanto à análise de dados é adotado o modelo de regressão logística, conforme exposto na metodologia.

Este estudo, portanto, encontra-se estruturado em seis seções, incluindo esta introdução. A segunda seção se dedica ao debate da economia solidária e o desenvolvimento socioeconômico. A seguir, a terceira seção traz o debate do acesso ao crédito com sua definição, modalidades e importância na promoção do desenvolvimento socioeconômico, logo após na quarta seção é apresentado os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito no Brasil, em específico no caso das micro e pequenas empresas, trazendo assim o debate da atuação dos bancos comunitários. Adiante na quinta seção é apresentado a metodologia do estudo e por fim a sexta seção traz a análise dos fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no Brasil.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

A compreensão sobre a importância da economia solidária demanda o entendimento sobre sua formação, bem como os principais conceitos que permeiam o tema. Nesse sentido, este capítulo será direcionado para estabelecer o contexto de sua formação e o marco conceitual da economia solidária e dos empreendimentos econômicos solidários.

2.1. O Florescimento da Economia Solidária no Contexto Brasileiro

Ao contextualizar o surgimento da economia solidária no Brasil, Gaiger (2013), Silva (2013), Santos e Pelosi (2013) e Silva (2018) destacam que tal termo ganha expressão ao longo dos anos de 1990, através de iniciativas econômicas reconhecidas pela natureza associativa e suas práticas de autogestão e cooperação, que afloram dado o contexto de busca por formas de organização que objetivassem assegurar melhores condições de vida, distintas da racionalidade capitalista. A economia solidária, assim, segundo Gaiger (2013), reedita a estratégia histórica de luta dos trabalhadores ao incorporar o movimento operário.

Assim, a década de 1990 no Brasil passa a ser marcada por um conjunto de bandeiras que compartilham a premissa da necessidade de outros pressupostos para a forma de organização dos trabalhadores e trabalhadoras, o que coloca em tela enfoques e estratégias de economia solidária no país, que passam a ganhar, assim, uma expressão social significativa ao longo das últimas décadas (SCHINOCHE, 2009; COELHO; GODOY, 2011; BRAZ; CARDOSO, 2013; COSTA; JESUS, 2017; REAL; RODRIGUES, 2018; CARVALHO et al., 2020).

Deste modo, como destaca Silva (2018):

O paradigma da economia solidária emergiu no fim do século XX como uma proposta de organização autogestionária do trabalho e da produção que envolve um amplo conjunto de práticas coletivas em busca de novas estratégias de inclusão social e desenvolvimento territorial. Desde então, passou a consolidar-se enquanto novo campo de pesquisa em diversas áreas do conhecimento científico, não se restringindo às ciências sociais (p.7).

Desta forma, a economia solidária passa a ganhar notoriedade na discussão acadêmica nacional, se consolidando enquanto fenômeno social, no qual tem abarcado diferentes ramos disciplinares como a antropologia, economia, administração, ciência política e outros (SILVA, 2018).

É dada a evolução das experiências econômicas solidárias no país, que se coloca em evidência sua potencialidade em trazer benefícios a seus integrantes e entornos sociais, que acaba por despertar a sensibilidade tanto dos intelectuais, quanto dos ativistas, o que confere ao campo maior expressividade (GAIGER, 2013; ALVES et al., 2016).

Dado sua evolução, a economia solidária, no Brasil, torna-se objeto tanto de políticas públicas, quanto de programas públicos, o que, segundo Gaiger (2013, p. 214), à inscreve através de quatro segmentos principais, sendo eles: empreendimentos solidários, organizações civis, órgãos de representação e articulação política e organismos estatais e esferas públicas de economia solidária.

Tal discussão coloca em evidência a mudança e a evolução da economia solidária no âmbito nacional, onde inicialmente esta era concebida meramente como uma resposta ao contexto emergencial de pobreza e crises, através de uma proposta defensiva, mas que, com o passar dos anos, se insere através de experiências potenciais, capazes de promoverem reflexos efetivos no campo das políticas públicas (GAIGER, 2013).

Assim, no tocante ao contexto em que se começa a aflorar o conceito da economia solidária na América Latina, Silva (2018) ressalta que:

O conceito foi cunhado a partir de uma realidade latino-americana de desestruturação do mercado de trabalho e fragilidade das instituições públicas e programas sociais. Em função disso, de forma combinada com a produção acadêmica sobre o tema, com a constituição de vários programas e estruturas de apoio e fomento a suas experiências, sua inserção, tanto nos discursos e práticas dos principais movimentos sociais como na agenda governamental, também contribuiu bastante para essa institucionalização conceitual nos últimos anos (p.27).

Deste modo, no que diz respeito ao contexto do florescimento das práticas econômicas solidárias na América Latina e sobretudo no Brasil, os autores apresentam determinado consenso ao destacarem que tais experiências ganham fôlego no final da década de 1980 e início da década de 1990, sendo marcado por uma conjuntura de desemprego, precarização, aumento das desigualdades e exclusão, resultando assim na expansão de experiências concretas da economia solidária (GAIGER, 2004; COUTINHO et al., 2005; SCHIOCHET, 2009; GUIMARÃES, 2011; SILVA, 2013; LOCKS; GUGLIANO, 2013; GAIGER, 2013; ARRUDA; MARIANI, 2013; CABRERA, 2014; SILVA, 2018).

2.2. Definição da economia solidária

A economia solidária, enquanto conceito, é um termo que se apresenta em sua pluralidade de definições, está inserida, portanto, em um campo teórico em construção (OLIVEIRA; DELGADO, 2011; ARRUDA; MARIANI, 2013; PINHEIRO, 2013; GAIGER, 2013; SILVA, 2018; REAL; RODRIGUES, 2018). Deste modo, como destaca Bertucci (2010), não há uma clara uniformidade no campo de tal conceito, o que faz com que o significado de economia solidária não seja evidente.

Com objetivo de identificar as principais tipificações das vertentes teóricas da economia solidária, Bertucci (2010) estrutura quatro variações, sendo elas:

I. A vertente **otimista**, que se constitui em teóricos que defendem a economia solidária pelo seu potencial de superação ao capitalismo;

II. A **realista**, que compõe autores que acreditam que apesar da economia solidária se constituir em uma forma alternativa de produção, não é capaz de se tornar predominante;

III. A **menos otimista**, no qual acreditam que tais experiências solidárias são isoladas, sem um potencial de poder enfrentar o processo de divisão de trabalho;

IV. E a **mais pessimista**, que acreditam que tais práticas econômicas solidárias seriam coniventes com a precarização do trabalho.

Gaiger (2014) ainda ressalta que, no que confere ao contexto brasileiro de discussão da economia solidária, trata-se de um fenômeno recente, que se caracteriza pela sua diversidade.

Assim, dentre as diferenças conceituais encontradas, a mais expressiva delas diz respeito à concepção do papel da economia solidária na dinâmica do sistema econômico, pelo qual duas principais correntes podem ser identificadas. A primeira é composta por autores que compreendem a economia solidária enquanto um contra movimento ao capitalismo, ou seja, uma forma de resistência ao modelo dominante (COUTINHO et al., 2005; OLIVEIRA; DELGADO, 2011; SANTOS; PELOSI, 2013; CEBALLOS, 2016; SINGER, 2004).

Por outro lado, enquanto segunda vertente, há autores como Missio et al. (2007) que criticam a capacidade da economia solidária em se estruturar enquanto alternativa para a dinâmica capitalista, a caracterizando apenas como um organismo que desempenha determinada atividade dentro do próprio sistema capitalista. Assim, na concepção destes autores, a economia solidária não se manifestaria como uma alternativa, mas somente enquanto uma forma de resistência dos trabalhadores. Haja vista que, uma alternativa econômica ao modelo atual, segundo Missio et. al (2007), seria aquela capaz de modificar as relações de produção, além de promover condições viáveis e objetivas à mudança.

Como exposto, a conceituação da economia solidária na literatura se dá tanto por aproximações, quanto por distanciamentos entre os teóricos, tais divergências dizem respeito a sua definição, ao seu papel, sua potencialidade de atuação e até mesmo quanto ao seu surgimento.

Deste modo, o objetivo aqui não é explorar todas as vertentes que compõem tais diferenciações, mas trazer o debate dos principais posicionamentos, que ajudam a compreender a economia solidária e os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), sobretudo no contexto brasileiro. Haja vista que, como bem colocado por Bertucci (2010), nem sempre é possível identificar os autores ligados a cada uma das vertentes, pois as fronteiras podem tanto ser claras, quanto bem sutis.

Há que destacar ainda que, apesar de ter selecionado tais autores para contribuir no entendimento do que venha ser a economia solidária, esta não é a única forma de definição, uma

vez que existem várias formas de definir a economia solidária, como pelas suas unidades de sustentação, experiências, dentre outras formas.

Assim, a começar pelas definições, para Coutinho et al. (2005), Oliveira e Delgado (2011), a economia solidária se caracteriza enquanto uma forma de resistência ao capitalismo, no qual novas formas de produção e distribuição alternativas de poder e renda são desenvolvidas. Os autores ainda destacam a importância da articulação entre o Estado, mercado e sociedade na promoção das práticas solidárias.

Esta concepção se aproxima das colocações feitas por Santos e Pelosi (2013, p. 49), ao descreverem a economia solidária enquanto um “[...] contramovimento à ortodoxia individualista do capitalismo [...]”, e a Ceballos (2016) ao defender que “La economía solidaria se revitaliza como alternativa para enfrentar la crises del capitalismo global que há provocando inmensas desigualdades em la sociedad ...” (p. 215).

Diante do contexto em que programas liberais globalizados têm sido expressivos, segundo Oliveira e Delgado (2011), as formas alternativas de organização, como as de economia solidária, vislumbram quebrar o ciclo de crescimento de pobreza e exclusão social causadas pelas pautas liberais, o que reforça a importância do tema da economia solidária no âmbito da discussão de políticas públicas (FRANÇA FILHO, 2004).

O que se aproxima da argumentação de Gaiger (2004, p.799), ao retratar que: “[...] a economia solidária é projetada em cena como peça de resistência e como ensaio de outro projeto de sociedade, de uma globalização alternativa calcada na democratização da economia e na cidadania”. Assim, a economia solidária se caracteriza pelo agir coletivo ao instituir novos sujeitos no mundo do trabalho através de estratégias de classe e nas lutas pela cidadania (GAIGER, 2013).

Avançando com o debate, apesar do conceito de economia solidária ainda estar em um processo de construção, tal economia reflete segundo Meira (2005):

[...] uma diversidade de experiências organizacionais de caráter econômico, baseadas em novas e antigas formas de solidariedade, seja numa perspectiva de busca de alternativa de emprego, seja numa perspectiva de construção de um modelo alternativo ou diferenciado do capitalismo ou, simplesmente, enquanto utopia experimental de novas formas de sociabilidade e de vivências de valores relacionados com o modo de ser cuidado (p.13).

Silva (2018, p.7) reforça tal argumento ao destacar que a economia solidária reflete uma “[...] diversidade de práticas coletivas em busca de novas estratégias de inclusão social e desenvolvimento territorial”.

Já Bertucci (2010) ao descrever a economia solidária ressalta que:

Provavelmente, o significado mais preciso seja o que apresenta a ES como sendo formada por um conjunto de organizações econômicas, caracterizadas pela propriedade coletiva dos meios de produção, pela autogestão do trabalho por meio de mecanismos de tomada coletiva de decisões e pelo engajamento comunitário [...] a ES não se confunde, nesse sentido, com práticas de solidariedade assistencial, de caridade ou de responsabilidade social e/ou ambiental, mas está antes ligada a uma concepção de solidariedade social

necessariamente atrelada às condições de organização e (auto)gestão do trabalho e da repartição de benefícios (p.52).

A economia solidária, sobre esta ótica, manifesta-se, portanto, através de diversas formas de organização, como cooperativas, associações e demais, sendo caracterizada pelas formas de decisão mais democráticas, assim como pela cooperação entre os envolvidos (COUTINHO et al., 2005; ALVES et al., 2016).

Atrelado à discussão do surgimento do debate da economia solidária nacional, há que se destacar o papel do economista Paul Singer, um dos principais autores que começam a discutir as propostas solidárias no país, seus estudos e sua trajetória militante o tornou uma figura de referência no movimento sindical brasileiro (SILVA, 2018). Destaca-se o artigo “Economia Solidária contra o Desemprego”, publicado em 1996 na Folha de São Paulo, com propostas não capitalistas para enfrentar os crescentes índices de desemprego, e a obra “Introdução à economia solidária”, que populariza o termo na academia, uma referência para os estudos posteriores (SILVA, 2018).

As contribuições de Paul Singer se deram no campo da pesquisa e no campo da política, no qual assumiu em 2003 a então recente criada Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que se caracterizava como um marco para a economia solidária no Brasil¹.

Nas definições de Singer (2004), a economia solidária é pautada pelos princípios de cooperação, autogestão, participação social, equidade, solidariedade, autonomia e bem viver, reforçando a atuação de uma economia justa e solidária. Sendo assim, a economia solidária, segundo Singer (2004), se pauta em princípios que visam um desenvolvimento no qual o processo preza a sustentabilidade e a inclusão social. A economia solidária é colocada como uma proposta socialista e de luta pela inclusão econômico social, na qual destaca-se também o papel do Estado na formulação de políticas públicas, que venham a fortalecer as propostas dessa forma de organização social e econômica (SINGER, 2020).

Os autores Real e Rodrigues (2018) partilham de tal entendimento de Singer, ao definirem a economia solidária como “[...] um modo de produção alternativo ao capitalismo, ao mesmo tempo que se revela como um movimento social (p. 210).” Nesse sentido, o foco está no desenvolvimento humano, com base na harmonia social, política e econômica. Além disso, para os autores, os princípios norteadores da economia solidária são: solidariedade, autogestão, contexto democrático e cidadão, participação ativa e copropriedade dos trabalhadores, estrutura não hierárquica, cooperação, democracia.

¹ A Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) surge em 2003 atrelada ao Ministério do Trabalho, entretanto tal Secretária foi extinta, estando atualmente os assuntos da economia solidária no Ministério da Cidadania, associados a Secretária de Inclusão Social e Produtiva Urbana. O que foi de fato um retrocesso em termos de institucionalização e promoção política da economia solidária na esfera pública.

Assim, Real e Rodrigues (2018) definem a economia solidária como: “[...] um movimento social que propõe um modo de produção autogestionário, democrático e cooperativo, alternativo à economia tradicional, que tem por finalidade o desenvolvimento econômico, social e político, em detrimento da pura acumulação de capital” (p.218).

Em uma proposta similar, Silva (2013, p. 160) caracteriza a economia solidária enquanto um “[...] conjunto das atividades que contribuem para a democratização econômica a partir do engajamento dos indivíduos e formas coletivas de organização do trabalho”. O que enfatiza o seu papel social ao defender a inserção de pessoas em um modo de produção alternativo, visando principalmente inclui-las na vida social (LOPES et al., 2016; ARRUDA; MARIANI, 2013).

Sobre esse bojo, a economia solidária pode ser definida, segundo Cattani (2004), como uma forma de inclusão social que visa, por meio da geração de renda, uma forma de economia justa para seus membros, em que temas como comércio justo, autogestão, consumo solidário, desenvolvimento sustentável e finanças solidárias têm sido discutidos. Portanto, trata-se de uma forma alternativa de se organizar econômica e socialmente.

Avançando com o debate, outros importantes autores da temática, como França Filho e Laville (2004), já partem da definição da economia solidária enquanto uma forma inédita de ação pública, em que a solidariedade se coloca. Neste sentido, para compreender a economia solidária, segundo os autores, é necessário partir de uma concepção mais ampla do que venha ser a própria lógica da economia e da dinâmica econômica, abrindo espaço para o entendimento da economia solidária enquanto uma economia plural.

Inserir-se, portanto, a concepção de uma economia plural marcada pela “hibridação das economias” dada pela interação entre a economia mercantil, não-mercantil e não-monetária (FRANÇA FILHO, 2004; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; FRANÇA FILHO, 2008). Estas três formas de economia, elucidadas pelos autores, derivam da compreensão dos diferentes princípios do comportamento econômico, retratados por Polanyi (2000), sendo eles: o mercado autorregulável, a reciprocidade, a redistribuição e a domesticidade.

Ao tecer a discussão de tais princípios, Polanyi (2000) inicia descrevendo o mercado autorregulável ou economia de mercado, que, segundo o autor, se consiste em uma economia gerida pelos preços de mercado. Seria, portanto, uma dinâmica capaz de organizar as estruturas da vida econômica sem a intervenção externa, e até mesmo sem qualquer ajuda.

Assim, Polanyi (2000) discorre sobre os princípios do comportamento não associados necessariamente a economia. A começar do princípio da reciprocidade, segundo o autor, atua especialmente nas relações familiares e de parentesco, tal princípio focaliza a atuação das relações sociais. “A idéia da reciprocidade prevalece até este ponto; o que se dá hoje é recompensado pelo que se toma amanhã” (POLANYI, 2000, p.70).

Também fundamentado nas relações sociais, o princípio da redistribuição se pauta na lógica do padrão institucional da centralidade, estando: “[...] presente, de alguma forma, em todos os grupos humanos, fornece um conduto para coleta, armazenagem e redistribuição de bens e serviços” (POLANYI, 2000, p.68). Deste modo, determinado bem ou serviço é centralizado em uma figura de poder, que através deste poder é redistribuído aos demais. Como ressalta o autor, tal princípio está presente desde uma tribo, até mesmo no regime político vigente.

Por fim, Polanyi (2000) discorre acerca do princípio da domesticidade, este, por sua vez, consiste na produção voltada ao uso próprio, assim seu padrão é o grupo fechado. Ao relacionar este princípio com o da reciprocidade e redistribuição, Polanyi (2000, p.73) destaca que: “A natureza do núcleo institucional é indiferente: pode ser sexo, como família patriarcal; localidade, como nas aldeias; ou o poder político, como no castelo senhorial”.

Tendo como base tais princípios, França Filho e Laville (2004) e França Filho (2004; 2008) inserem o debate de uma economia plural, marcada pela interação entre a economia mercantil, não-mercantil e não-monetária. O que seria fundamental para o entendimento do que venha ser a dinâmica da economia solidária.

Neste sentido, no que tange a economia mercantil, esta se encontra fundada no princípio do mercado autorregulado, que se caracteriza pelo seu caráter utilitário e trocas marcadas pela impessoalidade. Já a economia não mercantil é estruturada pelo princípio da redistribuição, na qual se tem a figura de poder como o Estado, que assume o papel de apropriação de recursos e distribuição. Por fim, à economia não monetária se orienta pelo princípio de reciprocidade e domesticidade, na qual as relações de troca são baseadas na lógica da dádiva, através da ampliação e fortalecimento dos laços sociais (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; FRANÇA FILHO, 2004; FRANÇA FILHO, 2008).

Esta discussão levantada por estes autores tem como objetivo demonstrar os diferentes tipos de comportamento econômico que regem o sistema, apoiando nas discussões feitas por Polanyi (2000), para assim, situar a posição da economia solidária. Segundo os autores, estas discussões contribuem para o entendimento de tal conceito, assim ao fazerem isto, inserem a discussão da economia solidária enquanto uma articulação inédita destas formas de economia apresentadas.

Deste modo, ao invés de definir economia solidária como simplesmente uma “nova economia”, complementar ao sistema econômico vigente, os autores estruturam a argumentação desta “[...] inventando, assim, um outro modo de instituir o ato econômico” (FRANÇA FILHO, 2008, p.226).

Há que se destacar que, as experiências de economia solidária são marcadas pela heterogeneidade e particularidades, dado o contexto sociocultural em que são desenvolvidas. Desta forma, segundo Cabrera (2014), coloca em ênfase a importância da contextualização ao retratar tal

conceito. Contudo, a autora ainda aponta características e discursos em comum que podem ser identificados, sendo eles: a relação horizontal entre os membros, o caráter eco sustentável dos empreendimentos e o estabelecimento de redes colaborativas em diferentes níveis.

Tal argumento é corroborado por Alves et al. (2016) ao ressaltar que, mesmo com as diferenças conceituais e de perspectivas, a cooperação, a igualdade e a solidariedade são essenciais, sendo a economia solidária uma alternativa.

Deste modo, tais definições da economia solidária apresentadas até então convergem para a sua caracterização enquanto um termo utilizado para expressar as atividades produtivas, que ao se diferenciarem da lógica da economia capitalista dá ênfase a valorização do ser humano e de seu trabalho, através de formas de organização associativas, cooperativas e outras (ANDÍA, 2020).

A caráter de delimitação conceitual, entende-se aqui por economia solidária, enquanto uma estratégia de desenvolvimento e resistência, que se manifesta através de um conjunto de práticas econômicas que se estruturam por princípios autogestionários, coletivos e democráticos, se inscreve assim em uma lógica que difere da dinâmica capitalista e manifesta-se, portanto, através de múltiplas formas das quais guardam relação com a dinâmica territorial e conjuntural.

2.3. Definição de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)

É junto ao florescimento da discussão conceitual e de experiências da economia solidária no Brasil, na década de 1990, que o termo Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) passa a ser adotado (COELHO; GODOY, 2011; SILVA, 2017b; GAIGER *et al.*; 2018;), tal conceito:

[...] serviu desde então a diferentes finalidades, quer para delimitar o universo de atuação de entidades civis ou a abrangência dos programas de governo, quer para dar unidade às organizações participantes de redes, fóruns e outras formas de mobilização, quer ainda para fins acadêmicos, em pesquisas e trabalhos de teorização (GAIGER *et al.*; 2018, p.140).

Para auxiliar a compreensão dos EES, buscou-se inicialmente uma breve discussão acerca da definição de organizações. Os estudos organizacionais se caracterizam pelo seu caráter interdisciplinar. Assim como os tipos de organizações variam, o mesmo ocorre com aqueles que buscam o seu entendimento e definição (SCOTT; DAVIS, 2016). Assim, diversas correntes teóricas foram estruturadas ao longo do tempo, cada qual com sua particularidade ao buscar compreender e retratar a dinâmica organizacional, tendo como resultado o crescente pluralismo teórico de tal temática (ASTLEY; VEN, 2005).

Quanto a emergência da área dos estudos organizacionais, Scott e Davis (2016) destacam que é impossível determinar de forma precisa o momento de seu surgimento, mas que é seguro apontar que, até aos anos de 1940, a temática de organizações não existia como um campo distinto

de investigação social, tendo em vista que importantes teóricos como Taylor e Fayol se orientavam por uma abordagem mais prescritiva da temática ao invés da empírica.

Com a evolução do campo de estudos, a temática de organizações foi apresentando uma expressiva diversidade e complexidade. Entretanto, há que se destacar dois importantes pontos, ou seja, as características comuns e as divergentes que guardam relação com as organizações. Dentre as comuns, destaca-se que todas as organizações enfrentam problemas comuns, como: todas devem definir seus objetivos e induzir os participantes a contribuir com os serviços. Ademais, no que diz respeito às características divergentes, estas estão associadas a variedade de tamanhos, formas, setor, questões estruturais, assim como diferentes ambientes circundantes, padrões culturais, legais, históricos e temporais (SCOTT, DAVIS, 2016).

Quanto a sua definição, Scott e Davis (2016) definem as organizações como organismos orientados ao cumprimento de determinados objetivos. Os autores ainda destacam que as organizações são reflexos e extensões dos próprios indivíduos, deste modo, as organizações se tornam palco para uma ampla variedade de processos sociais, como a socialização, comunicação, estabelecimento de normas e exercício de poder.

Nas definições de Astley e Ven (2005):

As organizações, enfim, não são fenômenos puramente objetivos nem puramente subjetivos. São sistemas objetivos na medida em que exibem estruturas apenas parcialmente modificáveis por ações pessoais, mas são subjetivas na medida em que essas estruturas abrigam indivíduos que atuam com base em suas próprias percepções, e podem agir tanto de forma previsível como imprevisível (p.67).

Já autores, como Etzioni (1984), que partem da definição de organizações sobre uma abordagem teórica estruturalista, descrevem que as organizações podem ser entendidas enquanto unidades sociais intencionalmente construídas e reconstruídas, com a finalidade de atingir objetivos específicos. O estabelecimento de tais objetivos se dá através de um emaranhado jogo de poder, que engloba diferentes indivíduos e grupos.

Em contrapartida, autores, como Zucker (1983), definem as organizações como uma forma institucional mais proeminente da sociedade moderna. Assim, apesar de sua origem social, segundo o autor, as organizações possuem elementos altamente institucionalizados, coexistindo, deste modo, com os elementos tanto intersubjetivos, quanto objetivos, o que confere a esta o caráter institucional.

As organizações podem ainda ser definidas tendo como base seus elementos ou aspectos essenciais, sendo eles: (i) o meio ambiente, haja vista que cada organização existe em um ambiente, seja ele físico, tecnológico, cultural ou social, (ii) as estratégias e objetivos, que estão atreladas à razão de ser da organização, (iii) o trabalho e tecnologia que também são elementos presentes em todas as organizações, em diferentes níveis e intensidades, (iv) o aspecto formal, pelo qual a operacionalização do trabalho é codificada, (v) o aspecto informal, como a cultura, as normas, os

valores da organização, e por fim (vi) as pessoas, que diz respeito aos membros que constituem as organizações (SCOTT, DAVIS, 2016).

Desta forma, cada um destes elementos representam um aspecto importante de todas as organizações, Scott e Davis (2016) ainda chamam atenção para o fato de que, nenhum elemento pode ser considerado isoladamente, ao passo em que uma organização é fruto de um sistema de elementos.

Com base em tais definições, as organizações podem ser compreendidas enquanto fruto de uma construção social, ao passo em que se constituem em reflexos da própria sociedade, tendo como componentes principais aspectos tanto objetivos quanto subjetivos. Desta maneira, “A nossa sociedade é uma sociedade de organizações. Nascemos em organizações, somos educados por organizações, e quase todos nós passamos a vida a trabalhar para organizações” (ETZIONI, 1984, p.1).

Com a evolução dos estudos organizacionais, a necessidade da conceituação de formas alternativas de organização² se coloca, tal necessidade se expressa, sobretudo, pelo florescimento de uma quantidade significativa de organizações, intituladas como instituições alternativas ou coletivas democráticas, na década de 1970 nos Estados Unidos³ (ROTHSCHILD-WHITT, 1979; ROTHSCCHILD, 2016).

Essa forma de organização intitulada como coletiva democrática se manifestava através de grupos de microcrédito, cooperativas de trabalhadores, iniciativas comunitárias, organizações não governamentais e demais grupos, nos quais seus membros buscavam novas maneiras de criar, gerir, inovar e tomar decisões, através da construção de um ambiente que fosse inclusivo e igualitário (ROTHSCHILD, 2016).

Com o objetivo de estruturar uma abordagem teórica que dê ênfase a tais organizações que passam a florescer, Rothschild-Whitt (1979) estrutura um modelo de “tipo ideal” da organização coletivista democrática. Tal modelo parte de uma lógica pautada na racionalidade substantiva, para além da racionalidade formal. A necessidade desta estruturação, segundo Rothschild-Whitt (1979), se expressava justamente pelo fato de que a literatura organizacional, até então, estava focada na compreensão de organização, tendo como base características burocráticas. Assim, com o surgimento de organizações que não se orientavam pelas normas da burocracia racional, intituladas como coletivistas, a importância da estruturação de uma abordagem que fosse capaz de abarcá-las se inseria.

² Formas alternativas de organização são aquelas que fogem da lógica capitalista, caracterizando-se pela lógica inclusiva e igualitária.

³ Cabe ressaltar que Paul Singer, em Introdução a Economia Solidária, faz um vínculo ao socialismo utópico.

Ao desenvolver sua abordagem teórica, Rothschild-Whitt (1979) destaca que as organizações coletivistas democráticas se distinguem das organizações burocráticas em pelo menos oito dimensões, sendo elas: (i) a **autoridade**, haja vista que, nas organizações coletivistas democráticas a autoridade reside na coletividade como um todo, não estando centralizada em um indivíduo como no caso das organizações burocráticas, (ii) as **regras**, no caso das organizações coletivistas democráticas, as atividades que estão sujeitas à regência de regras é bem menor se comparado com as burocráticas, (iii) o **controle social**, em que as organizações coletivistas diferentemente das burocráticas não utilizam da autoridade centralizada para legitimar o controle social, (iv) as **relações sociais**, diferentemente das organizações burocráticas em que a impessoalidade é almejada, no caso das organizações coletivistas os relacionamentos tendem a ser afetivos e valiosos.

Por conseguinte, Rothschild-Whitt (1979) ainda destaca as demais dimensões, como o (v) **recrutamento e promoção**, tendo em vista que no caso das organizações coletivistas os membros são recrutados pelos coletivos, com base em valores políticos sociais, (vi) a **estrutura de incentivos**, no qual as organizações coletivistas baseiam-se em incentivos tanto solidários, quanto materiais, (vii) a **estratificação social**, em contraste à organização burocrática, nas organizações coletivistas o igualitarismo é uma característica central, desta forma, tais organizações tentam de várias formas indicar que são um coletivo, como por exemplo na igualdade de remuneração, por fim quanto (viii) a **diferenciação**, as organizações coletivistas tendem a reduzi-las da melhor forma, através de ações que visam a eliminação da divisão do trabalho que separa os trabalhadores intelectuais dos manuais, o que se defere das organizações burocráticas, haja vista que esta última é marcada por uma rede complexa de funções, que por sua vez são especializadas e fragmentadas.

Assim, vale reforçar que tal estruturação, realizada por Rothschild-Whitt (1979), trata-se de um compilado que envolve as principais diferenças do tipo ideal de um modo de organização burocrático e coletivista. Deste modo, a importância do estudo de Rothschild-Whitt (1979) se expressa justamente por trazer à baila a necessidade de uma teoria organizacional ampliada, que seja capaz, portanto, de captar as especificidades de organizações que passam a ganhar fôlego em diversos países, como exemplo as coletivistas democráticas.

Ao situar a temática da economia solidária e dos EES no campo dos estudos organizacionais, Costa e Carrion (2009) ainda ressaltam que, a economia solidária e os EES se colocam enquanto um campo particular de tais estudos, os autores apontam, portanto, para a necessidade da construção de um paradigma próprio de análise para as pesquisas em gestão dos EES, de modo a incorporar novas noções capazes de captarem a natureza dessa organização.

Meira (2005) corrobora para tal argumentação ao ressaltar que: “Atualmente, poucos são os estudos voltados para a dimensão técnica da gestão em empreendimentos econômicos solidários, e os que existem apontam a necessidade de se realizar pesquisas mais profundas nesta área” (p.57).

Assim, como apontado por Costa e Carrion (2009), a economia solidária e os EES se colocam enquanto um fato organizacional empírico, que tanto guardam similaridades com as formas de organização existentes, quanto distanciamentos e singularidades, o que, segundo os autores, reforçam a necessidade da construção de um referencial teórico específico, de caráter interdisciplinar, de modo a estabelecer um diálogo com os conceitos já instituídos no campo dos estudos organizacionais.

Com base nesta breve discussão levantada, fica claro que o cenário de pesquisa no campo das organizações é bem polarizado, tal característica surge principalmente pois, tanto as organizações, quanto o enfoque de análise dos pesquisadores variam. Assim, Scott e Davis (2016) destacam que há pelo menos três níveis de análise nos estudos organizacionais, sendo eles: (i) o *social psychological level*, ou nível psicológico social, que enfoca o comportamento dos indivíduos, pelo qual o pesquisador explora o impacto das características organizacionais nas atitudes dos indivíduos, (ii) *organizational level*, ou nível organizacional, que tem como foco as características estruturais ou os processos que caracterizam as organizações e (iii) *ecological level*, ou nível ecológico, que enfoca a análise de uma organização dentre uma classe de organizações, sobre uma perspectiva sistêmica.

Assim, para o presente propósito da pesquisa, a análise perpassará pelo *ecological level*, ou nível ecológico, tendo em vista que, ao buscar analisar os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no Brasil, coloca-se em ênfase tanto os fatores organizacionais que permeiam os EES quanto sua relação com as instituições financeiras e demais organizações.

Sustentado nesta breve exposição da temática organizacional, inicia-se agora a caracterização deste tipo de organização intitulada como EES, busca-se, assim, ressaltar suas principais características tanto do ponto de vista dos autores na literatura, quanto do ponto de vista normativo através da definição dada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A começar pela definição dos EES pelos autores da temática, França Filho e Laville (2004) lançam luz sobre um importante ponto de partida, que se trata de cinco principais critérios para a definição dos EES. Tais critérios guardam relação com sua natureza, origem dos recursos, tomada de decisão e outros aspectos.

Estes critérios, de acordo com França Filho e Laville (2004), são:

I. A **pluralidade de princípios econômicos**, através da articulação de distintas fontes de recursos sendo elas: mercantil, não-mercantil e não monetária.

II. A **autonomia institucional**, que diz respeito a autonomia de gestão do empreendimento, o que não impede sua interdependência com demais organizações, todavia os arranjos estruturados tendem a preservar sua autonomia.

III. A **democratização dos processos decisórios**, no qual supõe-se a existência de determinada decisão baseada em princípios democráticos e participativos, insere-se, portanto, o princípio autogestionário.

IV. A **sociabilidade comunitário-pública**, que diz respeito a um modo de sociabilidade singular, que agrega padrões comunitários de organização e relações sociais.

V. E, a **finalidade multidimensional**, que orienta os EES, como: a dimensão econômica, social, cultural ecológica e política, através de sua projeção no espaço público.

Por conseguinte, nas concepções de Guimarães (2011, p.325), caracterizam-se enquanto EES aqueles: “[...] empreendimentos que se distinguem pela ausência da distinção entre capital e trabalho e pela presença de formas participativas de autogestão e de distribuição dos resultados”. Os EES consistem, assim, em sociedades de pessoas e não somente de capitais, cujas principais características singulares são: a indivisibilidade entre proprietários e trabalhadores, a gestão coletiva e o envolvimento em redes (GAIGER, 2007).

Insere-se, desta forma, diversas experiências como associações, cooperativas, empresas recuperadas e administrada pelos trabalhadores, grupos informais e demais experiências, das quais estão pautadas na associação entre trabalhadores, na posse coletiva dos meios de produção e na gestão democrática (GAIGER, 2004; SILVA, 2018).

Gaiger e Kuyven (2019) corroboram para tal entendimento ao ressaltarem que os EES têm como objetivo assegurar a produção de bens ou oferta de serviços, mediante um trabalho associado e orientado pelos princípios de autogestão, se orienta, portanto, tanto por uma lógica empreendedora quanto solidária. Desta forma, na definição dos autores, os EES podem ser compreendidos enquanto uma forma de organização econômica e social orientada pela solidariedade.

Os EES comportam tanto a dimensão empreendedora quanto a solidária. Pela dimensão empreendedora, insere-se a capacidade do EES em respeitar suas características específicas e estruturar os fatores produtivos e humanos, tendo como base as virtudes da comunidade de trabalho. Já pela dimensão solidária, incorpora-se a capacidade de comercialização solidária, participação em redes políticas, decisões coletivas (GAIGER, 2007; GAIGER, 2008).

Todavia, não basta todo esse arcabouço solidário, “(...) se não houver uma compreensão e uma condução tanto da economia na qual estão imersos os empreendimentos quanto da economia que pretendem e podem efetivamente praticar” (GAIGER, 2008, p.62).

Tal argumentação estruturada por Gaiger (2008) coloca em evidência a indissociabilidade da dimensão tanto empreendedora, quanto solidária dos EES. E para além, lança luz acerca de uma

outra importante ótica de análise, que diz respeito a característica heterogênea dos EES, sobretudo no caso brasileiro, como evidencia Silva (2017b), ao destacar que cada forma de organização dos EES traz consigo uma gama de especificidades, relacionadas a sua atividade econômica, sua interação com demais grupos, sua área de atuação, dentre outros fatores.

Assim, “Diante deste cenário, os empreendimentos econômicos solidários têm representado espaços de inclusão social e geração de trabalho e renda para populações, como catadores, mulheres provedoras de família, artesãos e agricultores familiares” (LOPES et al., 2016, p.27) e demais categorias sociais, o que reforça a heterogeneidade de experiências dos EES, sobretudo no caso brasileiro (GAIGER et al. 2018).

Embora tais empreendimentos apresentem como uma característica marcante a inclusão econômica através da produção de um bem ou serviço, ou demais relações que envolvam fins econômicos, tais empreendimentos mantêm as dimensões política e social fortemente presentes (SILVA, 2013).

As iniciativas de economia solidária entendidas como EES, assim, invertem o ideal de concentração de riquezas presente na economia tradicional, ao promoverem formas de luta política para a configuração de uma nova relação com a economia, marcadamente composta pelas dimensões econômica, social e política (COELHO; GODOY, 2011; SILVA, 2017b).

O que em “[...] linhas gerais, pôde-se constatar que os EES, com algumas exceções, constituem experiências dotadas de um conjunto de práticas orientadas por uma racionalidade que concilia solidariedade e desempenho econômico” (GAIGER, 2015).

Já em uma perspectiva crítica da leitura dos EES, Coutinho et al. (2005, p.8) acreditam que: “[...] os empreendimentos solidários podem constituir-se em alternativas de geração de trabalho e renda, mas são incapazes de confrontar as formas mercantis de produção”.

Adiante, quanto à definição dos EES pela via institucional, o Guia de orientações e procedimentos do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), organizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) juntamente com a SENAES (2006), caracteriza enquanto EES aquelas organizações que:

I. são coletivas e suprafamiliares, como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção e demais, nas quais os trabalhadores exercem a gestão coletiva das atividades e da alocação dos resultados;

II. tem característica permanente, não sendo práticas eventuais, como os mutirões. Inclui-se, assim, empreendimentos que estão implantados em atividade e os que estão em processo de implantação;

III. dispõem ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização;

IV. realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas assim devem ser a “razão de ser” da organização;

V. são singulares e complexas, desta forma são considerados os diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características anteriores. São exemplos de empreendimentos complexos, centrais de associação ou cooperativas, redes de empreendimentos e demais.

A definição que contém o Guia de orientações e procedimentos do SIES foi utilizada para nortear os mapeamentos nacionais de economia solidária no país. Desta forma, a pesquisa estruturada pelos mapeamentos comporta enquanto EES aqueles que se enquadraram na definição posta acima. Note-se que tal definição se aproxima da discussão teórica levantada anteriormente, na qual as características como: a autogestão, a diversidade de atividades econômicas e o reconhecimento das singulares e complexidades dos EES vão ao encontro com as definições de autores como Gaiger, 2004; Gaiger, 2007; Silva, 2018; Gaiger e Kuyven (2019) e demais.

Há que ressaltar por fim que, para efeito deste estudo como é utilizado os microdados oriundos do segundo mapeamento nacional da economia solidária, tomará como definição para EES a definição normativa apresentada anteriormente.

2.4. O papel da economia solidária e dos EES na promoção do desenvolvimento socioeconômico: uma justificativa para a política pública

Assim como o conceito de economia solidária, o debate que envolve a temática de desenvolvimento se caracteriza pela sua multiplicidade de enfoques e olhares sobre determinada realidade. Tal multiplicidade ganha escopo com a evolução temporal, ou seja, falar de desenvolvimento na década de 1930 não é o mesmo que falar de desenvolvimento nos dias atuais. Tendo em vista que, com o passar dos anos, a discussão que engloba o desenvolvimento tem sido incorporada à novas dimensões de análise (SACHS, 1995; FURTADO, 2000).

O conceito de desenvolvimento se sustentou por muito tempo através de uma perspectiva centrada na dimensão puramente econômica, sendo atribuída como sinônimo de crescimento econômico (SIEDENBERG, 2003; FURTADO, 2000; FURTADO, 2004). A obra “Teoria do Pensamento econômico”, escrita por Schumpeter em 1911, remete claramente tal abordagem do desenvolvimento sobre o enfoque na dimensão econômica.

Schumpeter (1997) descreve assim o que é o desenvolvimento e quais são suas premissas, o argumento central que compõe sua tese é a de que o motor do desenvolvimento seria a inovação. Basicamente, o autor vai analisar o funcionamento da economia capitalista, apresentando o papel do

desenvolvimento. Neste sentido, principais conceitos são trabalhados como o de fluxo circular, capital, juro, lucro empresário, ciclo econômico e demais.

Inicialmente, Schumpeter (1997) apresenta o fluxo circular, caracterizado por uma produção organizada pela tradição e baseada em experiências passadas adquiridas pelos produtores, sendo uma economia de equilíbrio, na qual capitalistas não tem lucro (no sentido de ganhar apenas o suficiente para a remuneração de valores), se não tem lucro empresarial não haveria assim o desenvolvimento. Neste sentido, o desenvolvimento, para Schumpeter (1997), se consolidava apenas quando houvesse a inovação mediante a criação de novas tecnologias, que permitiria que o empresário obtivesse lucros. Em síntese, note-se que a construção da teoria de Schumpeter remete à uma abordagem de desenvolvimento focada na perspectiva puramente econômica.

Tal cenário começa a mudar quando o debate de desenvolvimento passa a agregar outras dimensões que não só a econômica, como a social, daí se deriva o termo “desenvolvimento socioeconômico”. Dentro desta discussão, Lechner (1990) introduz o debate do papel do Estado e do mercado na América Latina, ao destacar que a globalização trouxe consigo efeitos como a fragmentação, e para além uma desigualdade na distribuição de renda. Sobre este enfoque, Lechner (1990) propõe um olhar de dupla via para o desenvolvimento, que integre o papel do Estado na promoção social e do mercado na promoção econômica, já que, segundo o autor, individualmente esses atores não são capazes de atuar para atender às exigências do desenvolvimento socioeconômico e ao mesmo tempo democrático.

Ao buscar definir o desenvolvimento, Sachs (1995) destaca que: “Pensamos que o desenvolvimento, no sentido forte da palavra, deve ter uma finalidade social justificada pelo postulado ético da solidariedade entre gerações e da equidade concretizada num contrato social” (p.43), o que foi conceituado de solidariedade diacrônica e solidariedade sincrônica.

Tal definição insere o debate da ampliação das bases do desenvolvimento pautado puramente na perceptiva econômica, chegando assim à discussão do desenvolvimento socioeconômico, pelo qual demais variáveis são incorporadas, dentre elas a solidariedade, como bem ressaltado pelo autor.

O desenvolvimento pode ser entendido, desta forma, pela via socioeconômica, ou seja, como um processo de mudanças sociais e econômicas, sejam elas no campo da economia, saúde, assistência social, educação, habitação e demais áreas (SIEDENBERG, 2003).

Desta maneira, o desenvolvimento socioeconômico:

[...] tem sido conceituado como sendo parte de um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que obtenham capacidades e oportunidades de ser o que desejam ser, e contempla de início, entre outros elementos, o aumento da produtividade, a acumulação, o capital, a renda real per capita, sua estrutura operacional, e a distribuição de seus custos e benefícios entre agentes desse processo (NINO, 2016, p. 354).

Nestes termos, o enfoque do desenvolvimento na dimensão socioeconômica transfira seu objetivo para o ser humano, saindo do reducionismo econômico para considerar também os valores sociais, culturais e políticos (NINO, 2016).

O que confere à discussão de desenvolvimento uma dupla jornada, agora não só econômica, mais também social, na busca por melhores condições de vida aos indivíduos, que passa a ser considerada como um fator crucial para o alcance do desenvolvimento socioeconômico. Assim, em outras palavras: “[...] quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento” (FURTADO, 2004, p. 484).

Imerso à esta discussão do desenvolvimento socioeconômico, Celso Furtado se inscreve como um importante autor brasileiro, que trouxe à baila de tal debate diversas pautas de análise, tais como a importância do desenvolvimento de uma teoria que fosse voltada para o contexto de países subdesenvolvidos como o caso brasileiro, uma análise do desenvolvimento sobre a ótica da racionalidade instrumental e substantiva, inspirada nas obras de Max Weber, dentre outras. O que confere a este autor uma importante relevância e contribuição, sobretudo para o entendimento de desenvolvimento socioeconômico que se pretende alcançar aqui.

É certo que, o ideal de desenvolvimento é uma característica marcante que circunda a sociedade moderna, e é sobre ela que o papel do homem como um agente da invenção cultural, portanto, transformador, se coloca. O que faz com que o desenvolvimento seja composto por uma gama de capacidades criadoras através da invenção cultural. Todo este processo de invenção pode ser lido através de dois eixos, sendo eles: a **racionalidade instrumental** e a **racionalidade substantiva**. Tais conceitos, originários nas teorias de Max Weber, são emprestados a Furtado (2000), para tomar como base para a discussão do processo de desenvolvimento.

A racionalidade instrumental, entendida como a busca na eficácia da ação, pressupõe a existência de objetivos previamente definidos, ou seja, diz respeito a técnica. A racionalidade substantiva se baseia na busca do propósito para a vida como fim último, diz respeito assim aos valores. Há que destacar ainda que, dentro desta discussão, a teoria do desenvolvimento predominante tende a considerar os valores subjetivos como meros “epifenômenos” (FURTADO, 2000).

Sobre esta leitura, nas concepções de Furtado (2000), o advento do capitalismo e a inserção dos critérios mercantis na produção trouxeram como resultado a submissão do espaço social à lógica da racionalidade instrumental, passando por cima da racionalidade substantiva, “(...) em que a inventividade dos aspectos operativos da vida social impõe-se sobre todas as outras formas de criatividade” (FURTADO, 2000, p. 50).

O desenvolvimento, na percepção de Furtado (2000), pode ser entendido, assim, como um resultado de determinadas atividades criadoras, no qual dentro deste processo a acumulação se torna condição necessária. Tal acumulação se orienta através de dois principais eixos, sendo eles: (i) o desenvolvimento das forças produtivas, e (ii) a acumulação fora do sistema de produção. O eixo (i) está relacionado ao aumento da estrutura do sistema de produção, através de formas mais racionais do comportamento dos grupos que contém o sistema de produção, enquanto o eixo (ii) se direciona para o desenvolvimento da capacidade humana não ligadas a atividades produtivas (FURTADO, 2000).

O que configura ao eixo (i) a dimensão de uma racionalidade instrumental, haja vista que, está orientada para as técnicas e a eficiência, com objetivos previamente definidos, e o eixo (ii) a orientação da racionalidade substantiva, com a qual se prioriza diretamente os fins dos quais se pretendem a coletividade, em que os fins são considerados em si mesmos (FURTADO, 2000).

Desta forma, Furtado (2000) adiciona este importante elemento de análise para o desenvolvimento, ao inserir à dimensão dos dois eixos que compõe tal processo, orientados um pela racionalidade instrumental e outro pela substantiva, no qual ambos fazem parte em maior ou menor grau do processo de desenvolvimento.

Atrrelado à esta discussão, importantes autores, como Serva (1997), inserem ainda o debate da racionalidade instrumental e substantiva no estudo das práticas organizacionais, ao traçar um quadro de análise que permite compreender como tais racionalidades incidem nas organizações.

Neste sentido, os principais elementos que compõem as **ações racionais instrumentais** são: cálculo, maximização dos recursos, foco nos resultados, desempenho, utilidade, rentabilidade. Enquanto pelas **ações racionais substantivas**, espera-se: a autorrealização, entendimento, julgamento ético, autenticidade, valores emancipatórios. Vale sublinhar que, tais ações instrumentais e substantivas coexistem nas dinâmicas do cotidiano das organizações, não havendo assim a exclusividade de um só tipo nas ações das organizações produtivas (SERVA, 1997). Para Anes, Deponti e Arend (2017), a racionalidade instrumental encontra-se diretamente associada ao pensamento econômico industrial centrada no mercado, enquanto a racionalidade substantiva permite a compreensão do ser humano a nível individual e coletivo. Portanto, a primeira racionalidade pertence a lógica econômica e a segunda a lógica humana.

Assim, há que ressaltar que, com a contribuição de tais autores, sobretudo de Furtado (2000), abre-se um frutífero debate sobre a dimensão da racionalidade substantiva no desenvolvimento, pouco trabalhada até então, ao passo em que, a estruturação das teorias do desenvolvimento esteve pautada no caráter puramente econômico e instrumental.

Este cenário reflete o fato de que: “[...] não temos dúvida de que a inovação, no que respeita aos meios, vale dizer, o progresso técnico, possui um poder de difusão muito maior do que a criação

de valores substantivos” (FURTADO, 2000, p. 8). O que por muito, fortaleceu o debate do desenvolvimento pautado sobretudo na racionalidade instrumental, na qual as técnicas são postas com papel fundamental, cabendo à racionalidade substantiva um papel secundário.

Destaca-se, assim, a importância da leitura do desenvolvimento como não apenas: “[...] um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade” (FURTADO, 2004, p. 485).

O que insere duas principais dimensões ao desenvolvimento, a econômica através do progresso das técnicas e da produtividade, e a social através da busca pela satisfação das necessidades fundamentais da população (FURTADO, 2000). A julgar pelo fato em que: “[...] O aumento da eficácia do sistema de produção - comumente apresentada como indicador principal do desenvolvimento – não é condição suficiente para que sejam mais bem satisfeitas as necessidades elementares da população” (FURTADO, 2004, p.22). O que coloca em ênfase a importância da dimensão social.

Adiante, ao incorporar a discussão da economia solidária e dos EES, há que considerar que: “[...] sobre a racionalidade, a Economia Solidária se desenvolve, sob o ponto de vista teórico, e principiológico, a partir de uma racionalidade substantiva, baseada em valores que caminham além do cálculo econômico, e assim, busca a emancipação dos indivíduos” (SOARES; REBOUÇAS; FILHO, 2019, p.2).

As pesquisas empíricas acerca da gestão dos EES (DIAS; SOUZA, 2014; SOARES; REBOUÇAS; FILHO, 2019) têm corroborado para a argumentação de que os EES tendem a priorizar as ações mediante uma racionalidade substantiva em detrimento da instrumental. Assim, tais ações são pautadas pelo prisma tanto econômico, quanto social (GAIGER; et al., 2018).

A tendência da orientação sobre a racionalidade substantiva da economia solidária e dos EES contribui para a sua estruturação como uma **estratégia de desenvolvimento**. Mas, não como uma estratégia de desenvolvimento pautada na acumulação pela via da racionalidade técnica, como retratado por Furtado (2000), na qual a técnica e os objetivos são previamente definidos. Mas sim, como uma estratégia voltada a uma dimensão que envolve a racionalidade substantiva do desenvolvimento, ao passo em que: “Na ES, as ações são governadas por uma racionalidade motivada por valores, e, por isso, reivindica-se uma racionalidade substantiva em suas formas de organização” (SOARES; REBOUÇAS; FILHO, 2019, p.5). Desta forma, como bem colocado por Furtado (2000), nesta racionalidade substantiva, as ações dos indivíduos são tidas como fins em si mesmas, ou seja, se volta ao desenvolvimento da capacidade humana, tanto a nível individual como a nível coletivo.

Assim, tal tendência da economia solidária e dos EES a inscreve como uma potencial **estratégia de desenvolvimento socioeconômico**, ao extrapolar os muros da discussão puramente econômica e incorporar a dimensão social em tal proposta. Nesse sentido, pelo **prisma econômico**, as experiências dos EES na economia solidária tendem a promover a inclusão econômica produtiva, ao estruturar formas alternativas de organização econômica e permitir a inserção dos excluídos do mercado capitalista. Assim como, pelo **prisma social**, tais experiências tendem a atuar na promoção da inclusão social ao valorizarem, como parte do processo produtivo, as relações sociais, a participação, a democratização, a autogestão e a busca pelos direitos sociais.

Mediante as ações dos EES, a economia solidária recupera, assim, a dimensão social, política e cultural do trabalho, que permite o desenvolvimento das pessoas ao fornecer bens e serviços com o viés de atender as necessidades coletivas, promovendo o desenvolvimento socioeconômico (ARRUDA; MARIANI, 2013; CEBALLOS, 2016).

Se os empreendimentos de economia solidária se conectarem economicamente entre si, articularem os rendimentos monetários e não monetários – gerados por eles próprios [...] há de fato um grande potencial para eles se fortalecerem e desenvolverem, incluindo cada vez mais trabalhadores e apontando para uma nova economia, capaz de promover desenvolvimento socioeconômico efetivamente incluyente (SOUZA; JÚNIOR, 2020).

Tal argumentação abre espaço para a existência de críticas quanto à capacidade da economia solidária e dos EES em emancipar os indivíduos ao se fazer um paralelo deste com as organizações mercantis capitalistas. Entretanto, há que salientar que o processo de democratização dos processos decisórios em tais experiências tendem a corroborar com os resultados econômicos, já que reduz conflitos, aumenta a coesão entre o coletivo e diminui a concentração de poder, o que de certo modo, contribui para a promoção do desenvolvimento socioeconômico⁴ (SOARES; REBOUÇAS; FILHO, 2019). Ou seja, embora a capacidade da economia solidária, enquanto uma potencial proposta de desenvolvimento socioeconômico, seja colocada em dúvida, há que considerar que ela se apresenta enquanto uma importante estratégia de tal desenvolvimento.

Ao remeter à viabilidade da economia solidária enquanto um projeto de desenvolvimento no sentido amplo, Bertucci (2010) defende o argumento no qual, por mais que os EES possam se tornar viáveis do ponto de vista econômico, social e até mesmo ambiental, estes não possuiriam uma base que pudesse criar uma dinâmica de desenvolvimento no sentido amplo. Um dos fatores que explica esta argumentação do autor é que, sobre sua ótica de análise, a política de economia solidária estaria restrita a uma parte específica da população, ou seja, aos EES, o que consiste em um percalço para sua consolidação enquanto um projeto de desenvolvimento para o país.

⁴ Para além, a economia solidária tende a promover o desenvolvimento socioeconômico uma vez que sobre suas diversas formas de atuação como agricultores familiares, artesãos, cooperativas e demais estruturas de EES, possuem a capacidade de promoção de renda, incluindo muitas das vezes os excluídos do mercado formal. Nesse sentido, há a inserção de grupos como os doentes mentais, catadores de lixo, que traduzem o lado social de inclusão e resgate da dignidade, no âmbito da economia solidária.

Entretanto, como bem ressalta Bertucci (2010):

Não se quer, com isso, afirmar que a política não seja relevante, mas apenas apontar seus limites, já que considerá-la como um paradigma de desenvolvimento pode ser uma opção no mínimo precipitada. Colocada da forma como hoje está definida, **a política solidária pode ser considerada um elemento a ser considerado em um projeto de desenvolvimento**, na medida em que tem potencial de atingir um conjunto específico de trabalhadores (assim como uma política de agricultura familiar ou uma política voltada para um setor da indústria), **mas não como o projeto em si** (p.95, grifo do autor).

O que não retira a legitimidade do papel da economia solidária e dos EES na promoção do desenvolvimento socioeconômico, ao passo em que, pode ser entendida como uma **estratégia**, como abordado inicialmente, ou até mesmo como **elemento** de um projeto de desenvolvimento como definido por Bertucci (2010). Assim, em ambas as colocações, é consensual que a economia solidária através de suas experiências tende a promover o desenvolvimento socioeconômico, seja como uma estratégia ou elemento de um projeto.⁵

Para além, há que ressaltar ainda que, o debate de desenvolvimento pós-furtado tem trazido novos elementos para a temática. Sachs (2002) se destaca como um dos autores ao discutir a dimensão da sustentabilidade atrelada ao desenvolvimento, assim, o desenvolvimento retratado por este autor pode ser entendido como aquele em que o aproveitamento racional e sustentável da natureza é prezado, colocando em evidência a importância do desenvolvimento pela via não só econômica, mas social e ambiental, fundamenta-se desta forma na harmonização de tais vias.

Desta maneira, o desenvolvimento sustentável que passa a ser discutido principalmente na década de 1980, com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (MORETTO; GIACCHINI, 2005), incorpora, segundo Sachs (2002), a necessidade da apropriação efetiva dos direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e inclusive o direito coletivo do meio ambiente. Desta forma, atribui à temática de desenvolvimento sustentável três principais pilares segundo o autor, sendo estes: a relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica.

Ademais, outros elementos que passam a ser trabalhados na discussão de desenvolvimento pós-furtado é o da democracia e os direitos humanos, aspectos estes considerados cruciais, segundo Boa Ventura de Souza Santos (2014), uma vez que, segundo o autor, a dimensão democrática e a vigência de direitos humanos de forma integral implicam na necessidade de um modelo de desenvolvimento, que detenha por sua vez uma natureza de contraposição ao projeto neoliberal.

Junto a estes elementos de análises, outras dimensões passam a ser incorporadas ao desenvolvimento, como a dimensão territorial (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009), o enfoque ao rural (DELGADO; LEITE, 2011) e demais, o que configura ao debate de desenvolvimento o caráter aberto e inacabado (ANJOS, 2016).

⁵ Cabe ressaltar que a economia solidária tem seu lado político, mas tem seu lado econômico, que estabelece inclusive um mercado muito próprio, no qual se destaca os circuitos curtos com relações de proximidade e reciprocidades entre o vendedor e o consumidor. Tema que extrapola o escopo desse trabalho, apresentando um recorte específico de pesquisa de grande abrangência e relevância.

Paralelo a esta discussão, salienta-se ainda que, na literatura sobre a qual a economia solidária se insere, outras abordagens de desenvolvimento são retratadas, tais como a economia solidária no desenvolvimento local, em que diversos estudos empíricos demonstram o papel desta na promoção das economias locais (FRANÇA FILHO, 2008; GOUVEIA, 2009; JESUS, 2004), a economia solidária e o seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável (ARROYO; SCHUCH, 2006; FRANÇA FILHO, 2008; SILVA, 2010; MARTINS; TOLEDO, 2016, SILVA; FILHO, 2018) e a economia solidária e a dimensão territorial do desenvolvimento (ORTIGOZA, 2014).

Entretanto, para os fins desta pesquisa, o recorte feito diz respeito ao papel da economia solidária e os EES na promoção do desenvolvimento socioeconômico na perspectiva trabalhada por Furtado (2000; 2004), ao passo em que o elemento central da análise focalizará no acesso ao crédito pelos EES no Brasil, o que permitirá uma análise mediante as dimensões econômicas e sociais.

3. ACESSO AO CRÉDITO E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

3.1. Definição do crédito e suas modalidades

O crédito é um instrumento que envolve troca baseada na confiança de que o devedor pague pelo que é fornecido no presente, assim a definição de crédito está associada a aspectos do futuro e também de risco (SECURATO; FAMÁ, 1997).

Assim, o mercado de crédito “[...] é formado, basicamente, por agentes superavitários, representados pelas instituições financeiras que ofertam crédito na economia, e por agentes deficitários ou demandantes de crédito” (MANOS, 2006, p. 29).

Quanto a evolução do crédito no Brasil, há que destacar inicialmente dois importantes períodos, o de 1995 a 2002 e, posteriormente, o de 2003 a 2006. O primeiro período é marcado pela reestruturação patrimonial das instituições financeiras públicas e a desnacionalização bancária, enquanto no segundo período, medidas como o acesso popular aos bancos, fenômeno conhecido como “bancarização”, passam a ser estruturadas, acarretando assim o aumento da competitividade dos bancos no País (COSTA, 2008).

No primeiro período, no final da década de 1990, sobre a égide neoliberal, o movimento de desnacionalização do setor bancário do País fica evidente, o que fez com que neste período a reserva de mercado bancário passasse a se tornar supérflua. Desta maneira, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, a evolução do crédito se deu de forma bem tímida (COSTA, 2008; GALLE, 2009).

Um dos efeitos da reestruturação patrimonial das instituições financeiras públicas neste período foi a queda na participação média do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal na área bancária do mercado de crédito, que era de cerca de 40,4% entre o período de 1995 a 1999, passando para 21,4% em 2002 (PAULA; LEAL, 2006; COSTA, 2008; MORA, 2015). A Tabela 1, a seguir, demonstra os efeitos das medidas neoliberais de desnacionalização do setor bancário sobre o País.

Tabela 1 – Participação das instituições bancárias nas Operações de crédito no País de 1995 a 2000 (%)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Bancos com Controle Estrangeiro	5,72	8,64	11,71	14,88	19,75	25,16
Bancos Privados	31,79	32,74	35,35	30,97	31,66	34,53
Bancos Regionais, Estaduais e Caixas	23,46	23,47	10,3	8,86	8,13	5,12
Caixa Econômica Federal	22,63	24	30,93	32,31	28,74	23
Banco do Brasil	15,96	10,62	10,97	12,05	10,58	10,95
Cooperativas de Crédito	0,44	0,53	0,74	0,93	1,14	1,24
Total de Crédito da Área Bancária	100	100	100	100	100	100

Fonte: Costa (2008, p. 262).

A participação dos bancos com controle estrangeiro nas operações de crédito no País aumentou expressivamente de 1995 a 2000, passando de 5,72% para 25,16%, como demonstra a Tabela 1, tais mudanças representam, portanto, os efeitos da desnacionalização do crédito no País. Junto a isto, outro dado a salientar é que grande parte das operações realizadas neste período se concentrava na atuação dos bancos privados, com uma média de 32,84% de participação. As cooperativas de créditos foram as instituições com menos expressividade de atuação neste período, como demonstra a Tabela 1, entretanto, apresentaram um crescimento contínuo, passando de 0,44% para 1,24% (COSTA, 2008).

Já no segundo período, que compete aos anos de 2003 a 2006, o cenário começa a mudar e outra dimensão é introduzida, sendo esta o acesso popular aos bancos, que ficou popularmente conhecida como o fenômeno da “bancarização”. Assim, neste período, com a criação de contas simplificadas, a figura dos correspondentes não bancários e o acesso ao crédito popular, como exemplo o crédito consignado, houve a tentativa da inclusão de cidadãos de classes mais baixas e para além um aumento expressivo na concessão de crédito pelo Sistema Financeiro Nacional para as instituições financeiras públicas e privadas (PEREIRA, 2007; COSTA, 2008; IVO, et al., 2016).

Desta maneira, a partir de 2003, com as medidas de bancarização das camadas mais baixas da população, a inclusão de uma grande massa ao sistema financeiro nacional se torna a tônica principal das políticas públicas de acesso ao crédito neste período (BARONE; SADER, 2008).

Dentre as principais medidas tomadas, destacam-se: “[...] a massificação de contas simplificadas (bancarização); o estímulo à oferta de crédito por meio da destinação de parte dos recursos do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista e a formação de cooperativas de crédito de livre associação” (BARONE; SADER, 2008, p. 1251).

O cenário macroeconômico presente neste segundo período, como o crescimento das reservas internacionais brasileiras, a queda do endividamento do setor público e demais fatores, se apresenta, assim, como favorável à expansão da concessão do crédito verificada (GALLE, 2009), ou seja: “[...] sendo o aumento no nível do crédito neste período um reflexo do bom momento vivido pela economia brasileira, apesar das oscilações” (IVO, et al., 2016, p.168). O que remete a importância do cenário econômico na oferta e demanda por crédito.

Assim, este breve recorte temporal retratado permite demonstrar dois principais momentos marcantes na história do crédito no País, sendo que no primeiro período a atuação dos bancos públicos é restringida, e no segundo período nota-se o início de uma tentativa de democratização do acesso ao crédito, que se torna um fator importante para a promoção não só econômica, mas como social.

A fim de delimitar a discussão da temática do crédito no Brasil, serão apresentadas brevemente duas modalidades, sendo estas o microcrédito e as finanças solidárias, que têm se

colocado como modalidades para além do crédito convencional. Tais categorias se inscrevem com uma lógica que distingue da dinâmica de acesso ao crédito convencional, haja visto que este é marcado por:

[...] diversos tipos de exclusão, decorrentes do conservadorismo das instituições financeiras, acabam gerando um custo para a sociedade, já que empreendimentos economicamente viáveis e que poderiam gerar emprego e elevar o nível de renda, podem ser excluídos do mercado de crédito e deixar de contribuir para o processo de crescimento econômico (MANOS, 2006, p. 49).

Os principais fatores que demarcam a exclusão destes empreendimentos pelo crédito convencional são: elevadas taxas de juros, seleção adversa e/ou até mesmo pela exigência de garantias que são incompatíveis muitas das vezes com as disponibilidades dos que buscam o acesso ao crédito. O perfil de tais empreendimentos, que tendem a ter dificuldades para o acesso ao crédito pela via tradicional, se concentra naqueles micros empreendimentos, que nem sempre dispõem de uma garantia real, não possuem experiência com o mercado e demandam um volume pequeno de crédito se comparado às grandes empresas estruturadas (MANOS, 2006). Fica claro, portanto, como demonstra Valentin e Serra (2012), que o processo tradicional de acesso ao crédito sempre esteve associado às elites e camadas médias da economia.

Baseada nesta discussão, as iniciativas de crédito que se pautam com objetivos diferentes da dinâmica do crédito convencional passam a ser estruturadas no Brasil, dentre elas destaca-se as experiências de microcrédito e de finanças solidárias.

Grande parte das experiências de microcrédito no Brasil surgiram através de iniciativas públicas ou através de programas de incentivos governamentais. Santos e Santos (2017) destacam quatro fases na evolução do microcrédito no caso brasileiro, mediante a atuação de quatro principais organizações, sendo elas: o papel das instituições afiliadas a redes internacionais; as organizações da sociedade civil, através de iniciativas dos líderes locais; as iniciativas governamentais lançadas através de líderes políticos; e por fim a atuação das instituições financeiras, tanto do setor público quanto privado.

Assim, o microcrédito no Brasil passa a ser ofertado de várias formas, com a atuação do poder público, das instituições privadas e da sociedade civil, apresentando diversos desenhos institucionais (BARONE et al., 2002). A Figura 1 a seguir descreve a evolução do microcrédito no Brasil apresentando os principais programas e atuação das instituições.

Figura 1- A evolução do microcrédito no Brasil



Fonte: Adaptado de Barone *et al.* (2002)

Foi no ano de 1973 em que o Brasil experimentou o microcrédito pela primeira vez para o setor informal urbano, a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, nomeada como Programa Uno é criada nos municípios de Recife e Salvador por iniciativa da organização não governamental Accion International e com a participação das organizações empresariais e bancos locais. O Programa UNO financiou milhares de pequenos empreendimentos em Pernambuco e na Bahia, todavia, apesar de sua grande contribuição, o Programa teve fim dezoito anos após a sua criação (BARONE et al., 2002).

Em 1987, é intituido em Porto Alegre o Centro de Apoio aos pequenos empreendimentos Ana Terra (CEAPE), seu êxito resultou na replicação em vários estados brasileiros. Adiante, em 1989, o Banco da Mulher na Bahia inaugura o programa de microcrédito, atendendo inicialmente o público feminino, incorporando com o passar do tempo o público masculino (BARONE et al., 2002).

Em 1995, a prefeitura de Porto Alegre, juntamente com a sociedade civil, promove a criação da Portosol, que é uma organização não governamental. A Portosol concede créditos para capital de giro e para capital fixo aos pequenos empreendimentos. Já em 1996, o VivaCred é criado pelo movimento social VivaRio no Rio de Janeiro, o principal objetivo da criação é o de conceder crédito aos microempreendimentos das comunidades carentes do Rio de Janeiro (BARONE et al., 2002).

Em 1998, é criado o programa de microcrédito CrediAmigo no Nordeste. Tal experiência disponibilizou um grande volume de recursos financeiros a empreendimentos formais e informais de pequeno porte, sendo caracterizado como um potencial mecanismo de redução da pobreza e de promoção ao desenvolvimento. O CrediAmigo foi, assim, o primeiro programa de microcrédito operado por um banco estatal, sendo considerado como um dos maiores atores de microcrédito no País (BARONE et al., 2002; VALENTIM; SERRA, 2012; SANTOS; SANTOS, 2017; GONZALES; PORTO; DINIZ, 2017).

Em 2001, o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) inicia sua atuação no ramo do microcrédito, dá início assim ao Programa de Apoio ao Segmento de Microcrédito, no qual se prevê o apoio na capacitação de recursos humanos, serviços de consultoria, capacitação de lideranças e demais (BARONE et al., 2002).

Adiante, em novembro de 2004, com a edição da Medida Provisória 226 e o Decreto nº 5.288, o Governo Federal cria o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

(PNMPO)⁶, que posteriormente em 2005 se torna a Lei 11.110, tendo como objetivo central atender os empreendedores de pequeno porte, gerenciado em sua maior parte por cidadãos de baixa renda. “Em termos gerais o microcrédito produtivo orientado é um crédito especializado para um determinado segmento da economia: os micro e pequenos empreendimentos, formais e informais” (BARONE; SADER, 2008), não se destinando ao financiamento de consumo.

Assim, segundo Pereira (2007), o PNMPO é fruto de uma construção coletiva entre governo e atores sociais que compõem o segmento, ainda segundo o autor, a estratégia de microcrédito produtivo orientado consiste em: “[...] oferecer microcrédito, exclusivamente a empreendedores populares de pequeno porte com orientação técnica e acompanhamento ao empreendedor no seu local de trabalho” (PEREIRA, 2007, p. 4).

O que atribui ao microcrédito produtivo orientado a capacidade de valorização dos aspectos de inclusão social ao atuar na promoção de geração de renda, na melhora na capacidade produtiva e na qualidade de vida dos cidadãos participantes (PEREIRA, 2007).

Desta forma, é justamente dado a importância da atuação do microcrédito produtivo orientado no País que segundo Pereira (2007):

Faz se necessário uma ação setorial para a adoção de novas técnicas, metodologias e formas inovadoras de atuação que massifiquem as atividades do MPO, bem como conquistar maior aproximação e abertura do sistema financeiro para este segmento de crédito que possui uma responsabilidade para a camada da população sem acesso a crédito para investimento em atividades informais e de pequeno porte, inclusive as de economia solidária (p.2).

Tendo em vista sua estrutura proposta, as experiências de microcrédito têm sido inscritas assim como uma alternativa ao crédito convencional, que por hora tem se apresentado como excludente a determinadas classes sociais e modalidades econômicas, como os pequenos empreendimentos e os EES. Desta maneira, a modalidade de microcrédito se apresenta como um potencial arranjo capaz de ampliar a oferta e o acesso ao crédito na dinâmica econômica (MANOS, 2006; CAÇADOR, 2014).

Esta ampliação se dá sobretudo porque não são cobradas garantias reais ao tomar o crédito, o que permite ampliar a oferta deste. Assim, em suma, a modalidade de microcrédito é composta por uma:

[...] (i) nova forma de compensar o risco; (ii) acompanhamento financeiro e até mesmo administrativo do negócio pelo agente de crédito e realização de cursos de capacitação em gestão para microempreendedores; e (iii) atendimento de necessidades imediatas dos microempreendedores, dentre outros fatores menos relevantes (MANOS, 2006, p. 56)

Desta forma, a principal característica da metodologia do microcrédito se torna a concessão assistida do crédito, tendo em vista que diferentemente do acesso ao crédito convencional que adota

⁶O PNMPO foi criado em novembro de 2004 com a edição da Medida Provisória 226 e o Decreto nº 5.288 (PEREIRA, 2007), posteriormente em 2005 se torna a Lei 11.110, sendo novamente revogado pela Lei 13.636 de 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13636.htm>. Acesso em: 23 dez. 2020.

uma posição reativa, as instituições de microcrédito realizam o oposto, uma vez que os chamados agentes de crédito vão até o local onde o demandante de crédito se encontra, tal ação torna-se relevante para o público tomador de crédito, pois ao ir ao local os agentes de crédito avaliam as necessidades e condições do empreendimento em questão (BARONE et al., 2002).

Ainda no que confere às características desta modalidade de crédito, a ausência de garantias reais também é um fator que difere da dinâmica da oferta de crédito convencional. O sistema de garantias do crédito convencional é o de garantias reais, já o microcrédito atua com um sistema de garantias mais próximo das condições socioeconômicas dos empreendimentos demandantes, está baseado assim no capital social da comunidade (BARONE et al., 2002).

Sendo assim, o sistema de garantias do microcrédito pode assumir duas formas, sendo estas: individual, pela qual o tomador apresenta um fiador que esteja de acordo com as condições estabelecidas pela instituição ofertante de microcrédito; e coletiva com o aval solidário, que trata-se da reunião de três a cinco pessoas que formam um grupo solidário, em que cada um é ao mesmo tempo o tomador de crédito e avalista dos demais participantes (BARONE et al., 2002).

O microcrédito se caracteriza assim como um crédito especializado para um segmento específico da economia, sendo estes os pequenos empreendimentos informais e as microempresas, tendo como objetivo apoiar e fomentar o desenvolvimento de negócios de pequeno porte através da democratização do acesso ao crédito, na qual grande parte dos pequenos empreendedores se encontram excluídos (BARONE et al., 2002).

Desta maneira, na concepção de Manos (2006), democratizar o acesso ao crédito no Brasil perpassa pela necessidade de fortalecer, ampliar e democratizar o acesso ao microcrédito, com destaque para a atuação do governo nas áreas de capacitação, informação e demais, com vista a fortalecer tal expansão.

Trazendo a discussão do microcrédito para a economia solidária, este tem se apresentado como um importante instrumento de fortalecimento e promoção econômica, já que um número significativo dos EES é composto por grupos informais, o que acaba por dificultar o acesso ao crédito pela via tradicional. Neste contexto, inscreve-se o microcrédito enquanto uma alternativa “[...] uma vez que além de possibilitar a realização de empréstimos para pequenos empreendimentos, tal contratação vem acompanhada de informações acerca de como utilizar esse recurso [...]” (BARROS, 2010, p. 6). A potencialidade de sua ação se demonstraria, portanto, segundo este mesmo autor, ao atuar sobretudo nos principais entraves encontrados pelos EES na busca do acesso ao crédito que são eles: a falta de informação e a inadequabilidade dos créditos existentes.

Entretanto, cabe ressaltar que, como argumentado por Valentin e Serra (2012), é necessário cuidado ao estabelecer uma relação entre a eficiência do microcrédito, tal como o microcrédito

produtivo orientado para os EES, tendo em vista que a versão de microcrédito criada dá ênfase, segundo os autores, ao espírito do empreendedorismo individual, o que pode comprometer os próprios princípios norteadores da economia solidária, como o de empreendimentos coletivos, solidários e autogestionários.

Para além, França Filho (2008) corrobora com tal posicionamento ao ressaltar de forma crítica que a “indústria do microcrédito” pode obscurecer a visão sobre uma série de outras experiências, como as finanças de proximidade e solidárias. Todavia, apesar de tais argumentos levantados por esses autores, há que evidenciar que o microcrédito embora apresente determinadas limitações no tocante o acesso ao crédito pelos EES, consiste em um avanço no processo de democratização do acesso ao crédito se comparado a forma de acesso ao crédito convencional.

Entretanto, apesar de tal evolução, a modalidade de microcrédito produtivo orientado, por mais que tenha sido de grande relevância, não conseguiu incorporar determinadas parcelas da demanda por crédito. E é dentro desta discussão que as finanças solidárias se inserem, enquanto uma modalidade que passa a atribuir a dimensão do crédito como um direito aqueles que se vêm excluídos das demais modalidades encontradas (SILVA, 2017a).

Assim, estes desafios que permeiam o microcrédito produtivo orientado no Brasil, sobretudo quanto ao acesso pelos EES, acabam por chamar a atenção de outras alternativas de acesso ao crédito, como as já mencionadas finanças solidárias ou de proximidade, as quais apresentam como objetivo central a democratização em relação aos recursos financeiros por meio da gestão comunitária dos recursos. Tem como exemplo as cooperativas de crédito solidário e os bancos comunitários de desenvolvimento (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; SILVA, 2017a), caracterizando-se desta maneira como uma modalidade de crédito potencial para a promoção da economia solidária no País.

Ao corroborar com tal argumentação, Spilleir (2018) destaca que um dos maiores desafios para a sobrevivência dos EES no Brasil tem sido a dificuldade de acesso ao crédito, por serem em sua maioria incapazes de oferecer as garantias que o crédito convencional exige. Desta maneira, pensando na mitigação de tais problemas: “[...] o sistema solidário resolveu encontrar seus próprios métodos de financiamento que englobassem a mesma lógica da solidariedade, cooperação e participação coletiva, surgindo assim, as chamadas finanças solidárias” (SPILLEIR, 2018, p. 48).

A finanças solidárias se constituem desta maneira:

[...] em um campo diversificado de modalidades organizacionais e de propósitos. Neste universo, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) se apresentam como uma prática de finanças solidárias originárias e voltadas para territórios empobrecidos. Tal prática tem sido vista pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE) como mecanismo para que as pessoas mais pobres sejam, de fato, incluídas no sistema financeiro e tenham acesso ao crédito (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015, p. 73).

Esta modalidade, portanto, atua para além da oferta do crédito, ao buscar um sistema de serviços mais diversificado e mais coeso com a realidade do público do qual objetiva atender, que no geral são os excluídos do acesso convencional (SILVA, 2017a). Assim, “[...] as finanças solidárias, sob os princípios da economia solidária, representam uma proposta que busca atingir, fundamentalmente, à população de baixa renda excluída do acesso ao crédito” (SANTANA; GUZMÁN, 2012, p. 13).

Desta maneira, o principal objetivo das finanças solidárias é “[...] assegurar o acesso aos serviços financeiros de forma democrática e apropriada, priorizando os excluídos do sistema bancário e fortalecendo o trabalho humano e o capital social” (SILVA, 2017a, p.22).

Neste sentido, as principais características norteadoras das finanças solidárias são: não detém a finalidade lucrativa, o propósito econômico se subordina à finalidade social; as relações de proximidade são desenvolvidas; e por fim sua atuação visa o controle social ou democrático do dinheiro (SANTANA; GUZMÁN, 2012; SILVA, 2017a).

As finanças solidárias, enquanto uma modalidade de crédito, é composta por diversas experiências. No caso brasileiro três delas se destacam, sendo estas: os fundos rotativos solidários, os bancos comunitários de desenvolvimento e as cooperativas de crédito solidário (SANTANA; GUZMÁN, 2012; JÚNIOR; RIGO; PASSOS, 2015; SILVA, 2017a).

A começar pelo fundo rotativo solidário, este é considerado como uma das experiências mais antigas da modalidade das finanças solidárias no caso brasileiro, sua expansão se dá sobretudo na década de 1990. Em sua dinâmica de atuação estabelece-se um círculo rotativo, cuja origem pode se dar de diversas naturezas, como doações, programas de governo e pela arrecadação da contribuição de cada sócio. Há que destacar ainda que cada fundo possui suas características particulares que guardam relação com as finalidades das quais estes são criados, assim alguns tipos de fundos mais comuns são o fundo rotativo solidário de produção e o fundo rotativo solidário de apoio à comercialização (SILVA, 2017a).

Os bancos comunitários por sua vez são organizações fundadas sobre forma de associação civil sem fins lucrativos, atuando na oferta de serviços financeiros e não financeiros às economias populares em bairros e municípios. A primeira iniciativa desta experiência no caso brasileiro é o Banco Palmas, localizado em Fortaleza, sendo fruto de mobilizações populares esta iniciativa ganhou reconhecimento nacional e internacional, atuando em estratégias como serviços de microcrédito, fomento aos clubes de trocas, com a criação de uma moeda social própria, dentre outras ações (JÚNIOR; RIGO; PASSOS, 2015; SILVA, 2017a).

Os bancos comunitários se articulam sobre quatro principais eixos de ações, sendo eles: i) o fundo de crédito solidário, ii) a moeda social com circulação local, iii) a promoção de sistemas alternativos de produção e iv) a capacitação em educação de práticas cooperativistas. Assim, sua

atuação se diverge das instituições financeiras convencionais ao tratar o acesso ao crédito não como um fim em si mesmo, mas como um meio para o alcance da finalidade última que é a inclusão econômica e social (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015; JÚNIOR; RIGO; PASSOS, 2015; SILVA, 2017a).

Por fim, as cooperativas de crédito são datadas no Brasil por volta do início do século XX, com expressividade na região sul, sobretudo com cooperativas de crédito voltadas para o setor rural. Entretanto, tal estruturação acabava por excluir os chamados agricultores familiares, o que levou a origem de cooperativas estruturadas e geridas por agricultores familiares sobre perspectivas solidárias, como exemplo a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) no Paraná, criada em 1996 (SILVA, 2017a). Sua contribuição tem sido, assim, reconhecidamente expressiva, pois além de promover inclusão social e econômica via circuito financeiro, tende a trazer retornos aos associados (SPILLEIR, 2018).

Quanto a estruturação das cooperativas de crédito, Silva (2017a) destaca ainda que tal formato opera sobre um arranjo institucional mais complexo se comparado aos fundos rotativos solidários e os bancos comunitários de desenvolvimento, isto se dá pois o Banco Central do Brasil (BCB), como órgão responsável pelo controle monetário do País, detém o poder regulatório para determinadas ações das cooperativas de crédito nacionais, o que faz com que as cooperativas de crédito assumam dois principais desafios, sendo estes: seguir os estatutos aprovados pelos associados e atender as regras impostas pelo sistema financeiro.

Estas três principais experiências, brevemente tratadas aqui, refletem assim o potencial de atuação das finanças solidárias sobre o processo de democratização do acesso ao crédito ao se orientar sobre o ideal de inclusão econômica e social.

3.2. A importância do acesso ao crédito para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e da economia solidária: uma justificativa para a política pública creditícia

Como respaldado no subtópico anterior, a dinâmica do funcionamento do sistema financeiro de acesso ao crédito pela via tradicional no Brasil é marcada por mecanismos que atuam de maneira diferenciada e seletiva sobre o território nacional, o que acaba por gerar efeitos assimétricos e heterogêneos sobre a distribuição creditícia, ficando restrito a grupos específicos. Esse movimento tende a excluir, assim, uma ampla camada da população por diversos fatores, sejam eles, não deter patrimônio ou até mesmo não atender às exigências demandadas pelos canais tradicionais de crédito (NERI; GIOVANINI, 2005; SILVA, 2017a; SOUZA; JÚNIOR, 2020).

Tal dinâmica acaba por gerar um círculo vicioso na atuação das instituições financeiras de acesso ao crédito convencional, haja vista que, quanto mais pobres as regiões, menos estas

instituições que ofertam o crédito convencional estarão dispostas a atuarem, produzindo assim um círculo vicioso de perpetuação da exclusão financeira através de altas taxas de juros, que fogem da realidade dos pequenos empreendimentos e demais camadas da população (SILVA, 2017a; SOUZA; JÚNIOR, 2020).

Em virtude de tais dificuldades apresentadas, a questão da dinâmica financeira nos territórios, sobretudo aqueles com alta concentração de pobreza, tem se apresentado de grande relevância. A necessidade surge principalmente porque o acesso aos recursos financeiros se inscreve enquanto um importante mecanismo para a viabilização de projetos de desenvolvimento, assim como para a reprodução social das famílias (DUBENA; SELLOS-KNOERR, 2014; SILVA, 2017a).

Desta maneira, um importante questionamento se coloca, sendo este: por que falar de acesso ao crédito para a promoção do desenvolvimento socioeconômico? Uma das possíveis respostas para tal questionamento está no fato de que o crédito tem se demonstrado como uma ferramenta potencial de promoção ao desenvolvimento socioeconômico, pois este tende a promover tanto a perspectiva econômica quanto social, através da inclusão da população excluída da dinâmica financeira.

Assim, dado o cenário de “[...] um país de alta concentração de renda, dar acesso aos bancos era o mesmo que dar cidadania. Permitia também democratizar o acesso ao crédito bancário, para promover o crescimento econômico” (COSTA, 2008, p. 265). O que coloca em evidência a capacidade de atuação do crédito como uma ferramenta de desenvolvimento socioeconômico.

Dubena e Sellos-Knoerr (2014) corroboram para tal argumentação ao ressaltarem que o crédito se caracteriza como “[...] um importante fator de crescimento e reinserção social, pois em razão dele, milhares de pessoas atingiram bens de consumo e conseqüentemente, uma vida mais digna” (p.455). Assim, “O crédito ágil, oportuno e compatível com as necessidades de seus tomadores é um importante instrumento para o desenvolvimento econômico e social, pois gera oportunidades de crescimento [...]” (MACIEL et al., 2012).

Avançando com a discussão, fica evidente que a caracterização do crédito enquanto uma ferramenta de desenvolvimento socioeconômico perpassa pela necessidade da discussão de sua modalidade, ao passo em que, como já discutido anteriormente, o crédito convencional dado sua estruturação tende a ser excludente a determinadas camadas da população. Desta maneira, modalidades como o microcrédito e as finanças solidárias têm sido apontadas na literatura como relevantes na promoção do desenvolvimento socioeconômico.

A começar pelo microcrédito, Fernandes (2008) ressalta que, o fato desta modalidade ser uma política voltada para os excluídos economicamente e socialmente do sistema financeiro, tende-se a promover o desenvolvimento socioeconômico.

Haja vista que: “Promover o desenvolvimento socioeconômico do ser humano é permitir que ele mesmo lute pela sua subsistência, possibilitando-lhe, os meios necessários para que tenha acesso aos instrumentos que o estimule e ajude nesse processo” (FERNANDES, 2008, p.39).

Assim, a importância de tal modalidade é reforçada sobretudo dado o contexto brasileiro, onde os micro e pequenos empreendimentos tanto formais quanto informais são expressivos, assim como se verifica: o crescimento do setor informal da economia, o crescimento do desemprego e para além a dificuldade de acessar o crédito vivenciado por este público (NERI; GIOVANINI, 2005; SELA; SELA; COSTA, 2006).

Desta forma, o microcrédito tem sido apresentado enquanto um importante instrumento de atuação frente as problemáticas econômicas e sociais, tendo em vista que este é um meio para o acesso financeiro, mediante diversas estratégias, dentre elas a aplicação de juros baixos e o atendimento das necessidades de microempreendedores. (SELA; SELA; COSTA, 2006; FERNANDES, 2008; SANTOS; SANTOS, 2017).

Assim, como reforça Santos e Santos (2017, p.35), o microcrédito está relacionado: “[...] diretamente aos benefícios sociais que a oferta do empréstimo pode oferecer aos indivíduos beneficiados, tendo o objetivo de desenvolvê-los tanto economicamente quanto socialmente”. Atua, portanto, na inclusão sobretudo da população de baixa renda, o que tende a promover o desenvolvimento socioeconômico ao surgir como um fator gerador de emprego e renda, ao fornecer condições às pessoas que não têm nenhum acesso ao sistema creditício (SELA; SELA; COSTA, 2006).

Ao inserir a dimensão das experiências, em específico no caso brasileiro, o programa de crédito popular CrediAmigo no Nordeste se destaca ao evidenciar a capacidade do microcrédito na promoção do desenvolvimento. Seu público-alvo composto majoritariamente por proprietários de micro empreendimentos, que atuam muitas das vezes no setor informal, contam com o fácil acesso ao crédito, condições de empréstimos em conformidade com sua realidade e o apoio empresarial nas áreas de capacitação técnica e gerencial disponibilizadas por tal programa. O que configura o CrediAmigo como uma experiência exitosa, que se confirma na pesquisa de avaliação de impacto, realizada em nove estados da região do Nordeste em 2001 pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas. A pesquisa revelou impactos positivos do CrediAmigo na promoção do desenvolvimento socioeconômico através da melhoria dos negócios e bem-estar dos beneficiários (VALENTE, 2002).

Junto a isto, Sela, Sela e Costa (2006) analisam o microcrédito enquanto uma ferramenta de transformação socioeconômica, ao analisarem a experiência do Banco do Povo, situado em Maringá no estado do Paraná, no qual oferta a modalidade de microcrédito. Assim, por meio da realização das entrevistas com os funcionários do Banco e parte dos tomadores do microcrédito, os autores

identificaram que tal modalidade de crédito tem se inscrito enquanto uma alternativa para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, sobretudo pela inclusão social, ao verificarem que a condição de vida dos tomadores melhorou com o acesso. As principais melhorias levantadas pelos entrevistados foram: a possibilidade de adquirir bens para sua residência e realização de reformas na residência, a possibilidade de financiar os estudos dos filhos, dentre outras.

Com base em tais experiências apresentadas, fica claro que:

O impacto social do microcrédito, embora de difícil mensuração, é reconhecidamente positivo, resultando em melhores condições habitacionais, de saúde e alimentar para as famílias usuárias. Além disso, contribui para o resgate da cidadania dos tomadores, com o respectivo fortalecimento da dignidade, a elevação da auto-estima e a inclusão em patamares de educação e consumo superiores (BARONE et al., 2002, p. 11).

Assim, somada a esta discussão, há que destacar que a dinâmica da promoção do desenvolvimento por meio do microcrédito envolve a necessidade do papel do Estado neste processo, que, segundo Pereira (2020), se torna fundamental, uma vez que a capacidade de difusão de tal modalidade de crédito perpassa pela necessidade da articulação e promoção de políticas públicas voltadas para esse fim.

Quanto às finanças solidárias, experiências como os bancos comunitários também têm sido apontadas como importantes arcabouços para a promoção do desenvolvimento socioeconômico. Maciel et al. (2012), ao descreverem a dinâmica de funcionamento do Banco Palmas localizado no bairro de Palmeiras em Fortaleza, no estado de Ceará, identificam a capacidade deste banco comunitário, administrado pela associação de moradores do bairro, em incluir economicamente e socialmente a população local. O Banco Palmas se constitui em uma experiência marcante no campo das finanças solidárias no caso brasileiro, sobretudo por objetivar a dinamização local, a solidariedade e a inclusão, atuando desta forma nos principais entraves encontrados, através da disponibilização de acesso democrático ao crédito.

Assim, o Banco Palmas conta com cinco principais linhas de crédito, sendo elas: (i) o microcrédito para produção, comércio e serviço; (ii) o Palmacard, que é uma modalidade de cartão de crédito que circula no local, criada para incentivar o consumo local; (iii) o PalmaCasa, que disponibiliza uma linha de crédito para reformas domésticas e demais funções desta natureza; (iv) o microcrédito para mulheres, que se volta principalmente para aquelas que se encontram em risco social; e por fim (v) a agricultura urbana, que é uma linha de crédito que visa incentivar a produção e manutenção de hortas nas residências (MACIEL et al., 2012).

Tal formato confere ao Banco Palmas o potencial de promoção do desenvolvimento socioeconômico, sendo uma experiência de finanças solidárias levada para todo o país, haja vista que: “[...] seu objetivo de romper o ciclo da pobreza e melhorar a renda da população com projetos

de desenvolvimento social local ajudam a promover o desenvolvimento humano” (MACIEL et al., 2012, p.9).

Ainda no estado do Ceará, demais experiências de bancos comunitários para além do Banco Palmas têm sido desenvolvidas. Júnior (2007), com base na pesquisa “Avaliação dos Impactos da Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários para o Desenvolvimento Territorial no Estado do Ceará” (p.4) e a realização de entrevistas, realizada em 2007, identifica a atuação dos bancos Serrano, PAR, BASSA, BANCART, PAJU e o banco BEM situados respectivamente nas cidades Palmácia, Paracuru, Santana do Acaraú, Iraucuba, Maracanaú e Maranguape como importantes mecanismos tecnológicos de finanças solidárias, que têm atuado no incentivo do desenvolvimento socioeconômico dos territórios sobre os quais se inserem (JÚNIOR, 2007).

Os bancos comunitários se caracterizam, assim, como importantes mecanismos de promoção ao desenvolvimento, ao passo em que:

[...] o Banco Comunitário cria produtos sob demanda para seu público e oferta o que se precisa para o Desenvolvimento Socioeconômico do Território, não levando tanto em conta se o produto/serviço oferecido será uma linha de crédito que vai dar um retorno econômico menos elevado que os ganhos sociais do investimento ou apenas cobrir os custos de operação (JÚNIOR, 2007, p. 5).

Desta maneira, atrelada aos princípios da economia solidária, tais experiências oferecem à população excluída do sistema financeiro a capacidade de acessar o crédito através de mecanismos como o fundo de crédito solidário, podendo alguns bancos comunitários contar até mesmo com a moeda social local. O caracteriza esta dinâmica como um avanço tecnológico social para a condução de práticas que atuem na mitigação das desigualdades socioeconômicas (JÚNIOR, 2007).

Somado a isto, demais experiências de finanças solidárias, como as cooperativas de crédito solidárias, também têm sido apontadas na literatura como promotoras do desenvolvimento socioeconômico, ao passo em que dinamizam a população local por meio da inclusão financeira e social.

Sucupira e Freitas (2011) demonstram o caso de uma cooperativa de crédito solidário que atua em Araponga, um município do estado de Minas Gerais, na área de financiamento rural. Assim, ao tecer tal estudo, os autores identificaram, por meio de dados dos formulários e entrevistas junto aos dirigentes e associados, que a atuação da cooperativa, criada em 2004, é seguida do aumento na renda dos cooperados, permitindo a alavancagem das atividades produtivas destes através das três linhas de financiamentos ofertadas sendo: pró-insumo, pró-colheita e crédito pessoal. Desta maneira, esta experiência de caráter local coloca em evidência a importância do papel facilitador de acesso ao crédito pelas cooperativas de crédito solidárias para o fomento da inclusão social e financeira.

Próximo a esta discussão, Rovani et al. (2020) estruturaram um estudo no município de Concórdia, situado no estado de Santa Catarina, com o objetivo de identificar as contribuições propiciadas pelas cooperativas de crédito no município para o desenvolvimento socioeconômico. A pesquisa contou com a pesquisa de campo feita nas seis instituições de crédito presentes no município, sendo elas: Cooperativa de Crédito do Alto Uruguai Catarinense, Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Concórdia e Região, Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária, Cooperativa de Crédito Unicred Desbravadora Ltda., Sistema de Crédito Cooperativo e a Cooperativa de Crédito Uniprime.

Assim, através da pesquisa, Rovani et al. (2020) identificaram que os indivíduos procuram se associar nas cooperativas com vista a obterem auxílio financeiro, muita das vezes não atendido pela via tradicional. Atribui-se, assim, o papel de dinamização econômica e promoção social pelas cooperativas estudadas, através de linhas de financiamento mais acessíveis, projetos desenvolvidos e demais ações.

Desta maneira, com base em tais experiências brevemente mencionadas, fica evidente o papel do crédito enquanto uma ferramenta que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento socioeconômico em diversas localidades, assim, ao financiar as atividades dando aporte aos empreendedores, suscita a manutenção dos setores produtivos, sendo por vezes considerado um canal para a promoção econômica e social (CAPOBIANGO *et al.*, 2012).

Assim, como evidenciado, a capacidade da promoção perpassa pela modalidade da qual nos referimos, ao passo em que cada modalidade de acordo com seus objetivos apresentará as potencialidades e os desafios frente ao desenvolvimento socioeconômico.

Por fim, há que frisar que outro debate que se faz relevante nesta dimensão é quanto à natureza do crédito, seja ele público ou privado. Dubena e Sellos-Knoerr (2014) se posicionam de forma crítica ao retratar a capacidade das instituições financeiras privadas em promover o social, em suas palavras destacam que é: “Impossível imaginar que o sistema bancário privado tenha interesse e condições de se apresentar frente às necessidades sociais, especialmente em situações onde, num curto prazo de tempo, o retorno não exista” (p.444).

Desta maneira, a atuação do Estado frente a promoção do desenvolvimento socioeconômico via crédito pelas instituições financeiras públicas se torna fundamental, como exemplo a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a Caixa Econômica Federal e demais instituições, que tendem a atuar em linhas e setores não prestigiados pelo setor privado, aumentando assim a capacidade de inclusão socioeconômica (DUBENA; SELLOS-KNOERR, 2014).

Com base na discussão levantada neste subtópico, nota-se que o crédito tem sido concebido pela literatura selecionada como um importante instrumento capaz de fomentar o desenvolvimento

socioeconômico, principalmente quando a oferta vem imbuída de uma finalidade de inclusão socioeconômica, como é o caso das experiências de microcrédito e finanças solidárias.

Ao trazer esta discussão para o campo da economia solidária, tal importância do acesso ao crédito se reforça, uma vez que pesquisas realizadas com vista a descrever as tipologias dos EES no Brasil têm apontado que as dificuldades financeiras atingem uma expressiva parte destes (GAIGER, 2007; CULTI *et al.*, 2010; SOUZA; JÚNIOR, 2020; SPILLEIR, 2021).

Esta dificuldade se torna clara se observado os dados que conferem o primeiro mapeamento da economia solidária, ocorrido entre 2005 e 2007 no país, quando 21.859 EES foram mapeados, dos quais aproximadamente 76,4% EES apontaram a necessidade de acesso a financiamentos, apresentando enquanto principais entraves ao acesso, todavia, a falta de documentação, a dificuldade de elaborar projetos, taxas de juros incompatíveis, dentre outros entraves (GAIGER, 2007; BARROS, 2010).

Adiante, Silva (2017b), já com base nos dados do segundo mapeamento de economia solidária ocorrido entre 2010 e 2013 no país, no qual abrangeu 19.708 EES, destaca que 69,2% dos EES indicaram a necessidade de financiamento, enquanto apenas 23,3% do total dos EES buscaram o acesso ao crédito, o que denota uma demanda reprimida por tal acesso. A situação se agrava ao comparar com o percentual de EES que buscaram e obtiveram o acesso, que representa apenas 11,1%. Assim, tais dificuldades apontadas tendem a comprometer diretamente a capacidade de investimento dos EES e conseqüentemente o seu desenvolvimento.

Os resultados apresentados por estas pesquisas indicam para o fato de que a dificuldade de acesso ao crédito tem se tornado um desafio para a sustentabilidade dos EES no caso brasileiro. Spilleir (2021) considera como o maior dos desafios, uma vez que, o crédito enquanto uma importante ferramenta de promoção socioeconômica não tem alcançado parte dos EES que o demandam (GAIGER, 2007; BARROS, 2010; SILVA, 2017b).

Desta forma, este cenário encontrado reforça a importância do acesso ao crédito pelos EES no Brasil, uma vez que “Uma possibilidade de superarem essa insuficiência monetária para a realização de investimentos necessários á estrutura produtiva seria via disponibilidade de crédito” (SILVA, 2017b, p. 220). O que inscreve a economia solidária como uma “[...] via merecedora de crédito, à medida que propicia o fortalecimento de recursos decisivos, mesmo intangíveis, como os ativos relacionais e a identidade coletiva [...]” (GAIGER, 2015, p.59).

Alinhado a esta discussão, o tipo de modalidade do crédito tem sido incorporado na literatura que compete aos EES, ao passo em que o campo da economia solidária, dada sua heterogeneidade e dificuldade de acesso ao crédito pela via tradicional, tem apresentado a necessidade de canais de financiamento dos quais sejam compatíveis para com a sua realidade, como exemplos o microcrédito e as finanças solidárias, que se orientam pelo propósito de inclusão

econômica e social pela via do crédito (FERNANDES, 2008; NAGEM; SILVA, 2013; SILVA, 2017a).

Neste sentido, com base nas discussões levantadas até aqui, tem-se que ampliar o acesso ao crédito pelos EES no Brasil, atuaria na promoção e fortalecimento destes, o que impulsionaria o desenvolvimento socioeconômico através de uma dupla via, sendo elas: tanto pelo crédito quanto pela economia solidária.

4. FATORES QUE AFETAM A CAPACIDADE DE ACESSO AO CRÉDITO NO BRASIL E A ATUAÇÃO DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Para compreender os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito no Brasil, será brevemente retratado nesta seção a dinâmica do Sistema Financeiro Nacional, incorporando a discussão de sua definição, estrutura e histórico. Para além, é abordada a dinâmica das finanças solidárias no País, sobretudo dos bancos comunitários, no qual buscou-se evidenciar a potencialidade de sua atuação frente as problemáticas encontradas de acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas e os EES no País.

4.1. A dinâmica do Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro é formado por um lado pelas pessoas que poupam e de outro pelas pessoas que investem. Como um sistema, este é composto por diversas instituições financeiras, que se encontram incluídas tanto nos mercados financeiros quanto nos intermediários financeiros (NARDO, 2013).

No mercado financeiro, o dinheiro é gerido, ou seja, é demandado e ofertado. Para tanto, o mercado financeiro está subdividido em diversos mercados, dentre os quais está o mercado de crédito, que é composto por agrupamento de instituições financeiras, com o objetivo de ofertar financiamento ao consumo e capital de giro, além de outras operações (NARDO, 2013).

Segundo Almeida (2010, p.8), o Sistema Financeiro Nacional (SFN) “[...] é formado pelo conjunto de instituições dedicadas a proporcionar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recursos entre poupadores e investidores no País”. Pode ser entendido, assim, como: “[...] um conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam transferir recursos dos agentes econômicos superavitários para os deficitários” (SILVA et al., 2016). O que atribui a este a função de captação de recursos de cunho financeiro, a distribuição e circulação dos valores. Desta forma, ao financiar o crescimento da economia, tal dinâmica do SFN pode promover o desenvolvimento (SELAN, 2014).

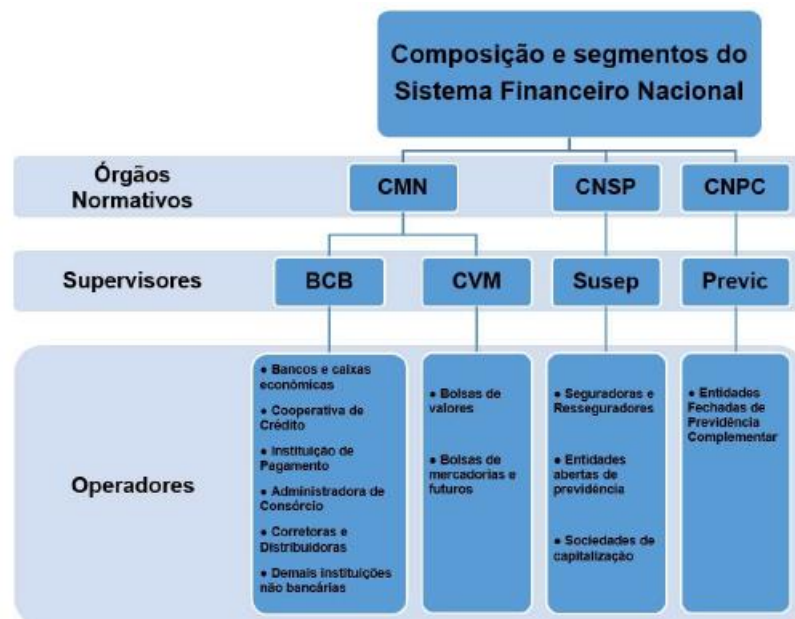
As instituições financeiras são segundo o Art.17 da Lei da Reforma Bancária 4595 de 1964:

[...] as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros. As instituições financeiras atuam de forma empresarial, com ou sem fins lucrativos, com o objetivo principal de intermediar recursos financeiros, a venda de produtos financeiros, a prestação de serviços e, conseqüentemente a cobrança de tarifas (SILVA et al., 2016, p.1023).

No que confere sua estrutura, o SFN é estruturado por três principais atores. A Figura 2 ilustra tal estruturação elaborada por Falcão (2016) com base nas informações obtidas pelo Banco Central do Brasil. A começar pelos **órgãos normativos**, este é formado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) que se caracteriza como órgão supremo do SFN, tendo como finalidade a fixação de diretrizes para as políticas de natureza monetária, creditícia e cambial do País, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

Já o segmento de **supervisores** conta com a atuação do Banco Central do Brasil (BCB), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) (FALCÃO, 2016; BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

Figura 2 – Síntese da estrutura do SFN



Fonte: Falcão (2016, p.13).

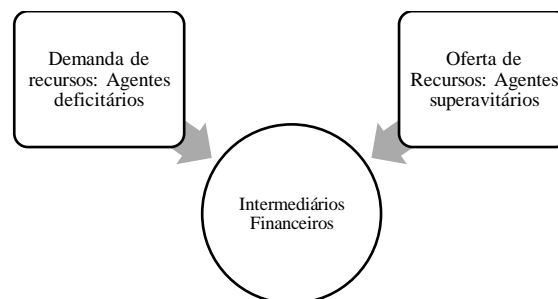
Há que destacar que, a atuação do BCB se dá principalmente pelas funções básicas de: exercer o monopólio de emissão de moeda, atuar como o banco dos bancos, cumprir com a fiscalização do sistema financeiro, dentre outras funções (ALMEIDA, 2010; NARDO, 2013; SILVA et al., 2016). O BCB assume assim a natureza de órgão executivo central do SFN, funcionando como secretaria executiva do CMN, que o caracteriza como um importante ator na dinâmica do SFN (NARDO, 2013; SELAN, 2014), uma vez que: “O controle exercido pelo BACEN nas operações de natureza monetária é de fundamental importância para manter a credibilidade no sistema financeiro” (SILVA et al., 2016, p. 1020).

E por fim tem-se o segmento dos **operadores** que são as instituições que fazem a intermediação financeira entre os agentes, dentre eles estão: os bancos e caixas econômicas, administradoras de consórcios, cooperativas de crédito, corretoras e distribuidoras, instituições de pagamento, instituições não bancárias, bolsas de valores, bolsas de mercadorias e futuros, seguradoras e resseguradores, entidades abertas de previdência, sociedades de capitalização, entidades fechadas de previdência complementar, dentre outras.

O sistema bancário como parte do segmento operativo do SFN apresenta como principal atividade a captação de depósitos dos clientes. Sua formação é composta pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos cooperativos, cooperativas de crédito, CAIXA e demais instituições (NARDO, 2013; FALCÃO, 2016).

Os bancos comerciais são instituições financeiras bancárias, podendo assumir natureza pública ou privada, se caracterizam assim pela sua ação intermediadora entre os chamados agentes superavitários e deficitários (NARDO, 2013; SILVA et al., 2016). Desta maneira, sua dinâmica consiste em receber depósitos à vista e efetuar empréstimos basicamente de curto e médio prazo (ALMEIDA, 2010). A figura 3 a seguir apresenta tal relação.

Figura 3- A atuação dos Intermediários Financeiros



Fonte: Adaptado de Almeida (2010, p. 9).

Desta maneira, o principal objetivo do SFN, no qual inclui instituições como os bancos comerciais, é o de viabilizar a intermediação entre poupança e investimento, possibilitando assim maior eficiência ao setor produtivo (ALMEIDA, 2010).

Cabe ressaltar ainda que, como enfatizado por Almeida (2010), os bancos comerciais:

[...] deixam de ser a principal classe de instituição financeira no Brasil a partir de 1988, quando, por resolução do Banco Central, as instituições financeiras que atuavam em operações de banco comercial e de banco de investimento foram autorizadas a se organizar como bancos múltiplos (p.14).

Desta maneira, tal resolução incorporada fez com que nos anos seguintes quase a totalidade de bancos comerciais se transformassem em bancos múltiplos. As características de bancos

múltiplos são: pode operar simultaneamente com carteiras de banco comercial, de crédito imobiliário, de crédito, de investimento e de desenvolvimento, constitui em uma só instituição financeira e detém personalidade jurídica própria (ALMEIDA, 2010; SILVA et al., 2016).

Ainda no que confere ao sistema bancário, como retratado anteriormente também é composto pelas cooperativas de crédito que são resultado da associação entre funcionários, com objetivo de oferecer crédito aos seus cooperados. Um exemplo são as cooperativas de crédito rural que atuam com objetivo de proporcionar uma melhor comercialização de produtos rurais (ALMEIDA, 2010).

Há que ressaltar ainda o papel de um dos mais importantes bancos de financiamento de longo prazo da economia nacional, sendo este o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) fundado em 1952 pela Lei 1.628 o BNDE surge com a pretensão de financiamento de longo prazo para a viabilização de projetos de grande porte, como os de infraestrutura (BERNARDINO, 2005).

Todavia é só em 1982 que o BNDE incorpora em sua nomenclatura e também diretriz o “S” de social, se tornando o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Desta maneira, é em 1996 que o BNDES se volta para atuação visando à questão social com a criação da Área de Desenvolvimento Social (PAMPLONA, 2009).

Dentre seu papel de promoção ao desenvolvimento não só econômico mais também social Pamplona (2017) evidência a importância da atuação do BNDES nas ações de inclusão produtiva nacional a grupos como pequenas associações produtivas, agricultores familiares, catadores de materiais recicláveis, dentre outros, dos quais encontram em grande parte dificuldades para financiamento e investimento.

Apesar de seu avanço para tal público segundo Pamplona (2017) segue-se ainda o desafio do BNDES em seguir aumentando o alcance de sua atuação no processo de inclusão produtiva dado o tamanho da demanda. Para tal o autor sugere ações que podem ser tomadas diante de tal cenário, como o aprimoramento da articulação institucional, o aprimoramento da aplicação de recursos não reembolsáveis, uma abordagem territorial para os projetos apoiados, assim como um adequado sistema de monitoramento e avaliação dos resultados.

Sendo assim, ainda segundo Pamplona (2017):

[...] entende-se possível construir estratégias estruturantes de desenvolvimento em áreas com baixo dinamismo econômico, e, assim, contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais, parte relevante da missão histórica do BNDES (p. 82).

O que atribui ao BNDES um importante papel de promoção ao desenvolvimento socioeconômico via financiamento a projetos financeiros de apoio a inclusão produtiva

socioeconômica a públicos que no geral não detêm a capacidade de tomada de crédito, se tornando assim um dos desafios da atuação do BNDES.

Ainda no que se refere à atuação do BNDES Pamplona (2009) insere tal discussão com a economia solidária retratando a história do Departamento de Trabalho e Renda (DTRAB) criado em 1990, que em 2003 se torna Departamento de Economia Solidária (DESOL). Em sua atuação o DTRAB cria o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP) que estava focado por sua vez nos microempreendedores individuais inseridos na economia informal. Desta forma, o problema principal a ser mitigado era, portanto, a criação de uma institucionalidade que conseguisse repassar os recursos financeiros ao segmento de micro e pequenos portes.

Sendo assim, após sete anos de criação do PCPP a rede de instituições financeiras de repasse do microcrédito continuava se consolidando, atingindo o mercado do microcrédito a marca de R\$ 200 milhões. Adiante, em 2003 dado as mudanças governamentais o DETRAB ganha o nome de DESOL buscando incorporar um novo conceito ainda pouco conhecido, assim em virtude da grande demanda por acesso ao microcrédito o DESOL em 2005 mantém o foco para tais ações (PAMPLONA, 2009).

Enquanto forma de aproximação da atuação do BNDES com a economia solidária Pamplona (2009) destaca a estrutura de garantia do acesso ao microcrédito que no geral se dá por meio de aval solidário, a atuação do DESOL com as cooperativas de crédito, o apoio a partir de 2007 da DESOL com as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, dentre outras ações (PAMPLONA, 2009).

Todavia, quanto à efetividade de atuação do BNDES para com os Empreendimentos Econômicos Solidários Pamplona (2009) destaca que, há ainda um longo caminho a se percorrer uma vez que segundo o autor o BNDES não consegue sozinho atender as demandas de tal segmento, posto que se faz necessário o fomento de um desenvolvimento institucional e o desenvolvimento de uma rede específica para a oferta de crédito voltada aos segmentos de menores portes.

Desta maneira, apesar da criação de um Departamento de Economia Solidária no âmbito do BNDES em 2003 há ainda muito que se avançar, visto que: “[...] o desafio se constitui numa atuação mais estratégica, a partir de uma intensa articulação institucional que possibilite ampliar de forma sustentada o tamanho do público atendido.” (PAMPLONA, 2009, p. 37).

Partindo agora para a discussão dos ramos do SFN, Falcão (2016) destaca que o mercado financeiro é considerado o principal ramo. Entende-se por mercado financeiro segundo SELAN (2014, p. 30): “[...] o mecanismo ou ambiente por meio do qual se produz um intercâmbio de ativos financeiros e se determinam seus preços”. Assim, o mercado financeiro encontra-se dividido em

quatro grandes mercados, sendo estes o mercado de capitais, o mercado de crédito, o mercado de câmbio e o mercado monetário (SELAN, 2014; FALCÃO, 2016).

O mercado de capitais é composto por instituições que negociam com títulos mobiliários, viabilizando assim a capitalização das empresas, já o mercado de crédito é formado por instituições financeiras bancárias, que ofertam o crédito a pessoa física e jurídica. O mercado de câmbio por sua vez é composto pelos agentes econômicos e instituições que realizam transações com o exterior. Por fim o mercado monetário é aquele que abrange operações de curto prazo, sendo principalmente utilizado para o controle da liquidez da economia (SELAN, 2014; FALCÃO, 2016).

Desta maneira, no que confere a estrutura do SFN, Selan (2014, p.11) destaca que esta oferece: “[...] aos agentes econômicos segurança e rapidez nas operações de troca de recursos e alternativas variadas na destinação destes recursos, promovendo o desenvolvimento equilibrado do país”. Vieira, Pereira e Pereira (2012) complementam tal argumento ao ressaltarem que o SFN se torna um dos principais pilares do desenvolvimento econômico brasileiro, sendo um dos motores para o alcance na época ao pertencimento do grupo das dez maiores economias mundiais. Todavia, apesar de sua grande relevância para a economia nacional, sua história e consolidação foi marcada por crises e incertezas ao longo do percurso.

No Brasil colônia não havia uma moeda própria, assim, as transações comerciais eram realizadas por trocas diretas de mercadorias. A chegada da família real em 1808 demarca a primeira fase da evolução histórica do SFN, com a criação do primeiro Banco do Brasil (SELAN, 2014). Todavia, em 1821, ao D. João VI retornar para Portugal levando consigo as reservas de metais preciosos, o Banco encerra suas atividades em 1829, sendo oficialmente liquidado em 1833 (VIERA; PEREIRA; PEREIRA, 2012; SILVA et al., 2016).

Diante de diversos percalços, o Banco do Brasil só começa a se consolidar em 1906, quando este se une ao Banco da República do Brasil, tornando a única instituição autorizada a atividade de emissão de moeda, sendo esta a origem do Banco do Brasil dos dias de hoje. Há que destacar ainda que, até 1905, não havia uma regulamentação legal do sistema bancário. Foi só após a consolidação do Banco do Brasil, em 1906, quando se torna agente do Estado, que se inicia o processo de normatização, sendo criado, em 1920, o primeiro órgão fiscalizador dos bancos, nomeado como a Inspeção Geral dos Bancos (VIERA; PEREIRA; PEREIRA, 2012).

A legislação bancária brasileira ganha robustez apenas na década de 1960, quando é criado o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, pela Lei 4.595 de 1964, passando a atuar com suas importantes funções normativas. Quanto a estrutura do sistema bancário, passa por uma grande mudança, a partir de 1988, quando através da Resolução nº 1.524, elaborada pelo Conselho Monetário Nacional, foi permitida a criação de bancos múltiplos (VIERA; PEREIRA; PEREIRA, 2012; SELAN, 2014; SILVA et al., 2016).

Outro importante período que demarca a dinâmica do SFN é após 1994, com a implantação do Plano Real. Nardo (2013) ressalta que a estabilização econômica, gerada pelo Plano Real, fez com que o sistema bancário realizasse uma política de ajuste operacional para se adaptar diante do novo cenário encontrado. Assim, a dinâmica convergia para o esforço de reequilibrar as contas frente ao fim das receitas inflacionárias, uma vez que, anteriormente, as receitas bancárias eram facilmente obtidas com a alta da inflação.

Desta maneira, os bancos tiveram de reduzir custos e junto a isto encontrar novas fontes de receitas diante do cenário de crise do setor bancário, provocado pela perda das receitas inflacionárias pelas instituições bancárias e o choque externo provocado pela crise financeira mexicana, tendo como consequência para o cenário nacional a fuga de capitais e redução das reservas cambiais (NARDO, 2013; OLIVEIRA; SOARES, 2019).

Assim, foi diante deste cenário de crise que o Banco Central adotou diversas medidas para garantir a eficiência do SFN, dentre estas medidas estão o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), que era voltado aos bancos privados, e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) voltado para os bancos públicos (NARDO, 2013).

Tais medidas adotadas, bem como o acordo de Basileia assinado pelo Brasil, em meados de 1990, fez com que instituições financeiras bancárias caíssem expressivamente, principalmente os pequenos bancos, uma vez que, diante de tais dificuldades encontradas, as fusões e aquisições se tornaram as principais estratégias para a resolução da crise (VIEIRA; PEREIRA; PEREIRA, 2012; NARDO, 2013; OLIVEIRA; SOARES, 2019).

A adoção de fusões e aquisições contribuiu assim para o movimento de concentração bancária do País. Oliveira e Soares (2019), ao buscarem entender o processo de concentração bancária no Brasil, analisam o comportamento dos bancos no período de 1995 a 2017, calculando o índice de concentração de “Hirschman- Herfindahl”, que é um dos índices mais utilizados segundo o Banco Central para avaliar a concentração bancária. Assim, a pesquisa realizada pelos autores indica que o aumento da concentração bancária ocorreu a partir dos anos de 2000, sendo mais acentuado em 2008, podendo ser explicado pelas fusões e aquisições ocorridas. Adiante, em 2017, se verificou uma concentração bancária moderada, com grande participação de instituições como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Bradesco e Santander.

Desta maneira, a consolidação do SFN se deu sobre o cenário de uma drástica redução da quantidade de bancos, através de fusões e aquisições como argumentado anteriormente. Assim, apesar do sucesso em lidar com a crise bancária de 1994, determinadas ações que foram adotadas, como a abertura do mercado financeiro e outras, não atuaram nos problemas estruturais da dinâmica do SFN como um deles a escassez na disponibilização de crédito.

Como reforça Nardo (2013):

Para muitos analistas do setor, tem-se que ainda um setor bastante conservador, não somente pela disponibilidade de crédito na economia, mas também pela conduta bastante burocrática na sua operacionalização, isso de alguma forma reduz a probabilidade de riscos, porém trava bastante o processo no que diz respeito às transações feitas com o pequeno investidor e/ou tomador de crédito (p. 80).

Para além da dinâmica de concentração bancária verificada, outro ponto interessante a ser ressaltado é acerca da atuação dos bancos públicos no Brasil, como o Banco do Brasil e CAIXA que apesar de serem considerados bancos públicos seguem as regras de mercado, ou seja, visam o spread bancário.

Andrade e Deos (2009) ao avaliarem o desempenho do Banco do Brasil no período de 2001 a 2006 identificaram que desde meados dos anos de 1980 o Banco do Brasil tem perdido crescentemente a sua função principal que é a de ser um banco público, se aproximando com as características de um banco privado se diferenciando apenas pelo fato de que o controle acionário pertence majoritariamente ao Estado.

E é sobre este cenário que a importância de iniciativas alternativas atreladas aos bancos públicos e privados se coloca, como as experiências da economia solidária. SILVA (2016) destaca que:

A criação de cooperativas de crédito, bancos comunitários e moedas sociais são exemplos de iniciativas que evidenciam a mobilização da sociedade civil e mesmo de atores estatais na busca pela inclusão e autogestão e reforçam as múltiplas possibilidades de nosso Sistema Financeiro Nacional (p.3).

Desta maneira, ao dar apoio as comunidades das quais são desenvolvidas, as cooperativas de crédito solidárias, bancos comunitários e demais experiências, além de fortalecer o Sistema Financeiro Nacional, segundo Silva (2016), o fazem sobre uma perspectiva de inclusão socioeconômica na busca por um desenvolvimento equânime.

4.2. Fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas no Brasil e a atuação dos bancos comunitários

Complementar a discussão levantada no final do subtópico anterior, Zica, Martins e Chaves (2008) destacam que, apesar de termos um Sistema Financeiro Nacional que detenha certa solidez, este não tem conseguido abarcar de forma eficiente determinadas parcelas da demanda por crédito, como grande parte das Micro e Pequenas Empresas (MPE's) e os EES no País. Assim, "Em suma, o Brasil apresenta a combinação paradoxal de ampla demanda não atendida de crédito e

financiamento com um sistema financeiro sólido e sofisticado” (CARVALHO; ABRAMOVAY, 2004, p.19).

Desta maneira, neste subtópico apresenta-se como objetivo específico identificar, com base na literatura de MPE's, os principais fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito no Brasil. Cabe ressaltar ainda que, a escolha pelo recorte de MPE's se dá uma vez que, este formato organizacional é um dos quais mais se aproxima da realidade dos EES. O que contribuirá, assim, para a posterior escolha e justificativa das variáveis de análise a serem levantadas para o alcance do objetivo central do estudo, que é analisar os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no Brasil.

Ao iniciar a discussão do acesso ao crédito pelas MPE's, Zica, Martins e Chaves (2008) colocam em evidência que as empresas no geral encontram dificuldades em obterem crédito, seja ele via bancos públicos ou privados. Todavia, estas dificuldades ganham expressividade ao se referir as MPE's no País.

Carvalho e Abramovay (2004) compartilham de tal argumento ao mencionarem que:

O sistema financeiro nacional não atende às necessidades das pequenas empresas e das microempresas e menos ainda às necessidades dos trabalhadores por conta própria, os milhões de famílias e indivíduos empenhados em negócios e iniciativas os mais variados, com os quais geram renda única e indispensável a sua sobrevivência ou complementam os poucos recursos que recebem em outras atividades formais ou informais (p.17).

Assim, embora diversas medidas estejam sendo tomadas para expansão do crédito no País, como a redução da taxa de juros, aprofundamento para as camadas mais excluídas, e demais, a parcela que confere as MPE's ainda carecem de maiores recursos para realizarem suas atividades, com melhores condições de acesso e custos reduzidos (ZICA; MARTINS; CHAVES, 2008).

A Federação Latino-Americana dos Bancos (FELABAN) apontou, com base em pesquisa realizada em 2005, que “[...] a falta de informações adequadas e disponíveis é apontada como o principal fator de inibição para a concessão de recursos, sob a ótica dos bancos” (ZICA; MARTINS; CHAVES, 2008, p.7). Assim, a falta de informação se torna um fator de peso nas dificuldades de acesso ao crédito por estes junto às instituições públicas e privadas.

Outro fator que afeta a capacidade de acesso ao crédito pelas MPE's na percepção dos ofertantes creditícios é a baixa qualidade de práticas contábeis de grande parte destas empresas, o que acaba por dificultar a qualidade da análise do demandante pelas instituições financeiras, provocando assim a chamada assimetria de informações nas operações de crédito (PEZZI, 2005; ZICA; MARTINS; CHAVES, 2008). A assimetria gerada se torna uma condição que acaba por levar os bancos a cobrarem taxas de juros mais altas para compensarem o risco da operação (MORAIS, 2005; ZICA; MARTINS, 2008).

Ainda sobre a ótica dos ofertantes de crédito, outro fator que se torna um obstáculo ao acesso ao crédito pelas MPE's tem sido a falta de garantias por parte dos demandantes, o que faz com que o acesso ao crédito seja restrito, uma vez que as instituições bancárias públicas ou privadas encontram-se orientadas tanto pelo cumprimento da legislação, quanto pela redução dos riscos da operação ao exigirem as garantias reais (ZICA; MARTINS; CHAVES, 2008).

Junto a isto, Morais (2005), com base na pesquisa de campo realizada pelo Sebrae e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, em agosto de 1999 no estado de São Paulo, com amostra inicial de 450 empresas do setor de indústria, comércio e serviços, destaca que do universo pesquisado 79 % delas nunca tinham acessado um empréstimo, dentre os fatores apontados da não obtenção estão: 36% indicaram a insuficiência de garantias reais, 23% ressaltaram a falta de documentação e 11 % apontaram a existência de registros negativos em centrais de crédito.

Uma vez questionado as empresas se estas teriam o interesse de acessar empréstimos em bancos de forma mais acessível, 60% das MPE's indicaram interesse, todavia 40% apontaram não ter interesse, por fatores como dificuldade de efetivar o pagamento do empréstimo, a incerteza da política econômica e até mesmo a aversão ao acesso de empréstimos (MORAIS, 2005).

Em uma segunda pesquisa citada por Morais (2005), realizada em 2004 em São Paulo pelo Sebrae, com o mesmo tamanho de amostra da primeira pesquisa realizada em 1999, ou seja, 450 empresas, foi identificado que 61% delas nunca tinham acessado um empréstimo convencional em bancos públicos e privados.

Dentre as empresas da segunda pesquisa que indicaram não terem acessado o empréstimo convencional, 40% dessas atribuem o não acesso à falta de garantia reais, 16 % à existência de registros negativos em centrais de crédito, 12 % à dificuldade de atendimento dado a burocracia bancária e 32% indicaram diversas razões, como o tempo de conta no banco (MORAIS, 2005).

Apesar destas duas pesquisas citadas por Morais (2005) serem importantes para a discussão do acesso ao crédito pelas MPE's, sobretudo no caso paulista, o autor ressalta que, ainda assim, dados consolidados acerca de empréstimos á MPE's são praticamente inexistentes, e é neste sentido que Morais (2005) realiza uma pesquisa, produzindo um levantamento de dados primários juntamente aos bancos.

No processo de obtenção de dados, dez maiores bancos foram entrevistados, sendo sete privados e três estatais, dentre os privados estão: Bradesco, Itaú, Unibanco, HSBC Bank Brasil, ABN Amro Real, Santander Banespa e BankBoston, e quanto aos públicos foram selecionados: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Nossa Caixa. Além dos bancos, empréstimos repassados por programas e fundos como os gerenciados pelo BNDES e os bancos regionais de fomento: Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia, que detém a tradição de empréstimos para pequenas e médias empresas também fizeram parte do universo da pesquisa (MEIRA, 2005).

Quanto aos resultados da pesquisa, a maioria das argumentações dos entrevistados indicaram como as principais dificuldades nas análises de crédito às MPE's a restrição na obtenção de informações confiáveis e falhas nos registros contábeis (MEIRA, 2005), o que complementa a argumentação encontrada em Zica, Martins e Chaves (2008), como anteriormente colocado.

Desta maneira, segundo a visão dos bancários selecionados na pesquisa, o principal fator que diferencia as condições de acesso das MPE's em relação às grandes empresas é a qualidade nos registros contábeis que as grandes empresas detêm, o que faz com estas na visão dos bancários tenham maior facilidade de acesso ao crédito. Atrelado a este fator, as MPE's tendem a lidar ainda com a falta de habilidades gerenciais básicas, o que dificulta ainda mais o seu acesso ao crédito (MORAIS, 2005; MORAIS, 2006).

Agregado a estes fatores, diversos bancos apontaram as altas taxas de mortalidade das pequenas empresas como um dos fatores que interferem no interesse dos bancos em concederem o crédito, isto porque em grande parte dos bancos a dinâmica de acesso ao crédito a determinada empresa exige uma idade mínima de funcionamento do negócio, podendo variar de um a quatro anos (MORAIS, 2005). Há que ressaltar ainda que, dentre os fatores que levam o fechamento das MPE's estão a falta de clientes, problemas financeiros, falta de capital de giro e a própria falta de crédito bancário (PEZZI, 2005), assim tais dificuldades acabam por estimular um círculo vicioso que tende a se reproduzir continuamente (CARVALHO; ABRAMOVAY, 2004).

Outro aspecto levantado pelos entrevistados e já até apontado por Zica, Martins e Chaves (2008), é o fator da informalidade de determinadas MPE's, uma vez que a empresa não dispendo do registro legal, encontra-se excluída do mercado formal de crédito, podendo ser atendida somente por programas de crédito de fomento promovidas pelo governo federal. Os motivos pela permanência na informalidade por MPE's são vários, dentre eles estão o custo da documentação exigida, o custo dos impostos e demais fatores que se encontram quase que irreais com as reduzidas receitas obtidas muita das vezes pelas MPE's informais (MORAIS, 2005; MORAIS, 2006).

Todavia, mesmo no caso em que as MPE's se encontram na formalidade, muitas ainda possuem dificuldades em apresentar as documentações exigidas pelas instituições bancárias, como o contrato social, os demonstrativos contábeis e financeiros, declaração de renda, comprovações de regularidade fiscal, dentre outros (MORAIS, 2005; MORAIS, 2006).

Assim, quanto à disponibilidade de acesso ao crédito pelas MPE's, a pesquisa realizada em 2003 por Morais (2005) que consta também em seu estudo Morais (2006), revelam que, dos cinco bancos privados que forneceram informações dentre os sete que foram levantados, em média 13,6 % de seus empréstimos são destinados as MPE's, cenário este que se torna bem diferente quando analisado as três instituições bancárias públicas, que juntas apresentam em média 40,3 % da oferta

do crédito destinada as MPE's. O que coloca em evidência a importância da atuação estatal para com esse segmento.

Adiante, ao retratar o acesso ao crédito por parte das MPE's brasileiras no período pós-plano real, Pezzi (2005) reforça que as MPE's encontram dificuldades em obterem crédito tanto pelo lado da oferta, como já mencionado alguns pontos anteriormente, com características como falta de informações contábeis, custo de transação, alto risco, falta de garantias e demais, quanto pelo lado da demanda, na qual se apresenta características como alto custo do crédito, burocracia das instituições financeiras, falta de confiança nos bancos, excesso de garantias e demais fatores.

Pezzi (2005, p.79) aponta, com base na pesquisa realizada pelo SEBRAE em 2004, que dentre as razões para os bancos não concederem empréstimos estão: “[...] a falta de garantias reais (40%), registro no Cadin/Serasa (16%), insuficiência de documentos (12%), inadimplência da empresa (8%), linhas de crédito fechadas (8%) e projeto inviável (4%)”.

Os aspectos organizacionais como uma contabilidade que registre e controle, um setor jurídico que pudesse elaborar e atualizar contratos e um departamento financeiro que lidasse com as contas, em grande parte foge da realidade das MPE's, o que aliado a falta de garantias provocam a restrição ao crédito, segundo Pezzi (2005). Sendo assim, “As evidências sugerem que as MPEs brasileiras enfrentam sérios problemas de racionamento de crédito, especialmente as informais” (PEZZI, 2005, p.121).

Junto a isto, a fragilidade e o pouco desenvolvimento de instrumentos especializados para as MPE's, como linhas especiais de crédito dos bancos públicos, têm sido apontados por Carvalho e Abramovay (2004) como fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito por parte destas MPE's.

Neri e Giovanini (2005) estruturam um importante estudo que analisa empiricamente os determinantes do uso do crédito, a partir da pesquisa da Economia Informal Urbana (ECINF) realizada pelo IBGE em 1997. O trabalho conta com uma amostra de 50 mil empresas formais e informais por conta própria ou empregadora de até cinco empregados, contando com o público de negócios nânicos urbanos, como nomeado pelos autores.

Dentre as principais dificuldades apontadas pelos negócios nânicos, 33,6% representam a falta de clientes, 18,8% a alta concorrência, sendo que apenas 0,98% retratam ser a falta de crédito, apesar da falta de capital próprio ser indicada por 12,5%, o que indica que: “[...] existe um problema de financiamento cuja solução percebida não passa pela oferta de novas linhas de crédito, dadas as altas taxas de juros vigentes” (NERI; GIOVANINI, 2005, p. 651).

Ao analisar o acesso ao crédito, Neri e Giovanini (2005) constataram que apenas 7% do universo de negócios nânicos pesquisados obtiveram acesso ao crédito nos últimos três meses de realização da pesquisa. Desta forma, para identificar os prováveis determinantes do acesso ao

crédito os autores estruturam uma análise quantitativa, por meio da utilização do modelo logit, dado a natureza discreta da variável de análise.

Quanto as variáveis selecionadas para o estudo, Neri e Giovanini (2005) elencaram as variáveis: idade, anos de estudo, ter nascido ou não no município, setor de atividade, tempo de empresa, o fato de ser filiado a algum sindicato, associação ou cooperativa, possuir constituição jurídica, ser empregador ou trabalhador por conta própria e demais variáveis que se mostraram estatisticamente significantes para a explicação do modelo.

Quanto aos resultados da pesquisa, este revela importantes pontos, como: foi identificado que para cada acréscimo de uma unidade nos anos de estudo, a chance de a pessoa obter crédito aumenta em 0,025; quanto o fator da idade, o estudo mostra que a cada aumento de uma unidade na idade a chance de obter crédito diminui em 0,004. Quanto ao aspecto da localização, o estudo aponta que o fato do negócio estar situado em uma região metropolitana apresenta-se uma vantagem de 10% se comparado aos negócios que encontram-se localizados em cidades menores. O setor de atividade do negócio também revela dados interessantes, uma vez que foi identificado que a vantagem de conseguir crédito para os que se enquadram na categoria de comércio é de 92% maior se comparada a outros setores (NERI; GIOVANINI, 2005).

Os elementos de capital social também se mostraram relacionados à obtenção de crédito, Neri e Giovanini (2005) identificaram que o fato do negócio estar associado a um sindicato, associação ou cooperativa aumenta em 33% em sua vantagem de acessar ao crédito. Agregado a isto, a constituição jurídica também apresenta um resultado interessante, uma vez que o negócio que possui constituição jurídica obtém vantagem 55% maior se comparado as que não possuem. Assim, o principal resultado da pesquisa é mostrar a importância da organização social e individual para o acesso ao crédito.

Oliveira e Rocha (2006), com a finalidade em demonstrar as dificuldades encontradas pelas MPE's em implementar ações e a falta de acesso ao crédito, estruturam um estudo de caso em uma indústria de laticínios localizada na Serra da Mantiqueira, que encontra-se em atividade a trinta anos, com o processamento de leite e fabricação de queijos. Nesta pesquisa, foi realizada uma entrevista com o gerente do setor de produção e compras e o responsável pela análise da qualidade do leite. Dentre as dificuldades encontradas pela fábrica a principal elencada é a falta de informatização.

Como reforçam Oliveira e Rocha (2006), diversos são os motivos pelo qual as MPE's possuem dificuldades de acessar o crédito, dentre eles está o fato de as empresas usarem poucas ferramentas de gestão financeiras, assim como terem dificuldades em apresentar um sistema de informações que possibilite a instituição bancária analisar a empresa.

Com a finalidade de coletar informações acerca da visão do setor financeiro, os autores realizaram também uma entrevista com um funcionário de um banco, que é há mais de cinco anos gerente de negócios de pessoa jurídica. Os resultados da entrevista com o gerente do banco apontam que na argumentação do entrevistado: não existe um programa específico para conceder crédito às MPE's no banco, a análise do acesso ao crédito é a mesma para MPE's e para as grandes empresas, o que dificulta o acesso para as MPE's, uma vez que, como já identificado em diversos estudos anteriores, estas empresas encontram dificuldades como a falta de garantias suficientes, de habilidades gerenciais, de informações necessárias e demais fatores, que as colocam atrás se comparadas às médias e grandes empresas.

Os outros apontamentos feitos pelo gerente entrevistado são: não são concedidos empréstimos para MPE's com menos de 90 dias de constituição; quanto às informações necessárias para o acesso ao crédito estão: data da constituição da empresa, faturamento mensal médio, ramo de atuação e análise de restrição financeira; as taxas de juros praticadas com as MPE's acabam sendo maiores se comparado as grandes empresas, devido seu poder de barganha e a existência de conta em diversos bancos (OLIVEIRA; ROCHA, 2006). Assim, tais fatores apontados pelo entrevistado da instituição financeira colocam em evidência os empecilhos que as MPE's enfrentam ao buscarem acessar o crédito.

Complementando tal discussão, o estudo de Silva (2007) também apresenta um estudo de caso, todavia parte-se do enfoque do Programa Fundese/Geraminas, analisando assim dois municípios mineiros sobre o qual o programa abrange, desta maneira a autora busca analisar dois municípios, tendo em vista que um seria um caso de sucesso e outro de insucesso.

Criado em 1962, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) foi instituído com o objetivo de promover o desenvolvimento dos municípios mineiros, sua sede se encontra em Belo Horizonte, não possuindo filiais ou agências em outras cidades, assim sua divulgação é em grande parte realizada pelos CDL' e SEBRAE's. O Programa Fundese é um Fundo de Fomento e Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado de Minas Gerais, sendo o BDMG responsável em repassar os recursos do Fundese por meio da linha Geraminas, dando suporte de crédito para as MPE's. Desta maneira, mediante o Programa Fundese, são financiados investimentos para giro, fixos ou mistos (SILVA, 2007).

A escolha dos municípios para o estudo de caso de Silva (2007) foram Montes Claros como caso de sucesso e Juiz de Fora como insucesso. A classificação se deu pelo Índice de Densidade do Projeto, que mede a relação do número de financiamentos deferidos em relação ao número de MPE's no município. Desta forma, foram aplicados questionários aos representantes conveniados do BDMG e alguns micros e pequenos empresários dos municípios.

Em Montes Claros, o cenário encontrado foi de que, dos empresários que fazem parte do Programa Fundese, 27% indicaram utilizá-lo como a principal fonte de crédito, considerando o prazo oferecido pelos fornecedores, e 21% o empréstimo em bancos. Já em Juiz de Fora, 30% indicaram solicitar via empréstimos bancários. Já no que tange as alternativas de garantias, 37% das MPE's de Montes Claros sinalizaram que prefeririam que a forma de garantia fosse por estoque de mercadorias, enquanto em Juiz de Fora 28% indicaram as garantias reais, sendo 22% a preferência também por estoque de mercadorias (SILVA, 2007).

Ao questionar acerca dos entraves para o acesso ao crédito, no município de Montes Claros, 41% das MPE's entrevistadas indicaram as garantias exigidas, 37% o excesso de documentação solicitado e em terceiro lugar com 14% a falta de postos de atendimento nas cidades do interior. Tal cenário encontrado se apresenta também no município de Juiz de Fora, onde 33% das MPE's indicaram as garantias utilizadas e 25% o excesso de documentação, indicando como fatores que também dificultam o acesso ao crédito o aval de terceiros e a falta de informação sobre o próprio Programa Fundese (SILVA, 2007).

Assim, segundo Silva (2007), o estudo permitiu demonstrar que dentre os motivos de o município de Montes Claros ter obtido sucesso, se comparado ao de Juiz de Fora, está a relação que o BDMG possui com as entidades conveniadas do município, uma vez que em Juiz de Fora as entidades conveniadas não tinham uma relação estreita com o BDMG.

Para além, o estudo de Aoki e Badalotti (2014) também trás importantes apontamentos. Com o objetivo de analisar as linhas de crédito públicas Proger e BNDES/Finame, os autores realizam a aplicação de 99 questionários com os responsáveis pelas MPE's situadas no município de Chapecó, localizado em Santa Catarina, assim como quatro entrevistas semiestruturadas com representantes de apoio e financeiras.

O Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) foi formulado por volta dos anos de 1993 e 1994, compreendendo um conjunto de linhas de crédito, no qual os recursos advêm do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Já o Finame é uma linha de crédito do BNDES, que apresenta como objetivo o financiamento de máquinas e equipamentos. Desta maneira, tanto o Proger quanto o Finame se constituem em políticas de investimento estatal através do fomento ao financiamento (AOKI; BADALOTTI, 2014).

Os resultados do estudo de Aoki e Badalotti (2014) apontam que, em relação ao conhecimento das MPE's acerca do crédito do Proger, 67% dos entrevistados afirmaram não conhecer, quanto à linha Finame do BNDES, 62% das MPE's também indicaram não conhecer. Quanto ao acesso, 95% dos entrevistados apontaram não acessar o Proger, o mesmo percentual (95%) também representa os que indicaram não acessar o Finame.

Ainda quanto ao acesso, os autores indentificaram que, em relação ao Proger, dos 5% que acessaram 80% possuíam a escolaridade acima de superior incompleto; quanto à linha Finame, identificou-se que dos 5 % que acessaram todos possuíam escolaridade acima de 2º grau completo. Desta forma, a relação da escolaridade se demonstrou relevante para a explicação do acesso em ambas as linhas de financiamento. Junto a este fator, Aoki e Badalotti (2014) também constataram que o fator idade da empresa também afeta o acesso ao crédito, uma vez que nenhuma empresa com menos de dois anos no mercado teve acesso a ambas as linhas de financiamento.

Quanto à aplicação das entrevistas aos representantes de apoio e financeiras, Aoki e Badalotti (2014, p.1320) apontam que: “Algumas falas dos representantes das instituições de apoio e financeiras investigadas afirmam que as empresas de médio e maior porte, principalmente do setor industrial e transportes, têm mais facilidade em acessar essas linhas de crédito”. Quanto ao apoio para acessar tais linhas, os dados da pesquisa refletem que 66% das MPE’s não contam com o apoio que auxilie na obtenção de informação sobre tais linhas de crédito. Sendo assim, a principal conclusão do estudo de Aoki e Badalotti (2014) é a de que grande parte de MPE’s não acessam o crédito por não terem acesso à informação sobre tais linhas de crédito públicas, sendo a falta de apoio e assessoria um dos grandes obstáculos.

Com objetivo de captar as principais dificuldades de acesso ao crédito por parte das MPE’s, Salm (2019) realiza um estudo com 32 MPE’s localizadas na região metropolitana de Florianópolis, Santa Catarina. A amostra foi selecionada de forma não probabilística, quanto ao instrumento para a coleta de dados, foi utilizado o questionário eletrônico.

Quanto aos resultados da pesquisa, Salm (2019) retrata que as modalidades de crédito mais utilizadas pelas MPE’s pesquisadas são: o pagamento de fornecedores a prazo, com 59,4%; o cartão de crédito, com 40,6%; e em terceiro lugar empréstimos em bancos privados, com 31,3%. No que tange a solicitação de empréstimo bancário, 19 MPE’s (59,4%) solicitaram, todavia apenas 12 delas receberam o valor total solicitado, 2 receberam apenas parte do valor e 5 MPE’s tiveram seu acesso negado.

Quando questionado a principal razão para a não concessão por parte dos bancos, os respondentes afirmaram que os motivos eram que a empresa muito nova, com 42,5% das respostas, a falta linhas de crédito para o perfil (26,2%), a falta de garantias, com 13% das respostas, dentre outros fatores. Adiante, a pesquisa de Salm (2019) também buscou captar quais são, na visão dos tomadores do crédito, no caso as MPE’s, os principais fatores que afetam a capacidade de acessar o crédito. Sendo assim, os resultados evidenciaram que 57,8% dos respondentes indicaram a taxa de juros alta, 26,3% a falta de garantias, 21,8% a documentação exigida, dentre outros.

Ainda no que se refere ao acesso ao crédito, na pesquisa de Salm (2019), foi identificado que 13 MPE’s (40,6%) não buscaram o acesso ao crédito, entre os motivos indicados pelos

respondentes estão não necessitar do empréstimo (26,7%), não quer pagar juros (16,2%) e a burocracia envolvida (6,7%). Sendo assim, apesar de sua limitação por ser uma pesquisa com amostra não probabilística, como ressalta a própria autora, seu estudo contribui para a identificação dos fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelas MPE's, resultados estes que foram ao encontro com pesquisas já realizadas e citadas anteriormente neste subtópico.

Após citados estes importantes estudos que trabalham os fatores que afetam o acesso ao crédito por parte das MPE's, será agora apresentado brevemente alguns estudos que retratam tal recorte, porém com o enfoque para o rural. Este enfoque foi selecionado pela existência de um grande volume de EES no setor, além da presença de um programa de crédito específico para os agricultores familiares, com linhas para os pequenos produtores, que é o Pronaf.

Um estudo recente sobre crédito, publicado por Cazella, Capellesso e Schneider (2020), discute um interessante enfoque teórico, o do “não-recurso”, voltado ao não acesso de agricultores familiares ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Ao calcularem a taxa de não-recurso, os autores identificam um percentual de 64%, com base em dados levantados pelo Censo Agropecuário em 2006.

Ao buscarem analisar o que se encontra por trás deste valor, os autores utilizam a abordagem teórica da tipologia explicativa do não-recurso aplicada no caso do Pronaf. Tal tipologia foi dividida em três principais blocos, sendo estes: (i) o do não conhecimento ao programa, (ii) a da não demanda, que envolve aspectos como falta de interesse no crédito, aversão ao risco, ausência de garantias, receio de perder o acesso a outras políticas públicas como bolsa família e demais auxílios, dentre outros e (iii) a não recepção, que engloba aspectos como a dificuldade de expressar suas demandas e fazer com que sejam ouvidas, a baixa qualidade dos serviços prestados pelos ofertantes, assim como preconceitos por parte dos operadores do crédito (CAZELLA; CAPELLESSO; SCHNEIDER, 2020).

Quanto ao resultado da pesquisa, Cazella, Capellesso e Schneider (2020) identificam que o predomínio de não-recurso no caso do Pronaf encontra-se mais associado ao aspecto da não demanda. Como exemplo, a circunstância em que os agricultores idosos já aposentados, ou prestes a aposentar não dispõem sucessores para dar continuidade, assim como a não demanda por constrangimentos, associada a agricultores pobres que muitas das vezes não apresentam garantias, sendo deixados assim em segundo plano, segundo os autores.

Sendo assim, a principal conclusão do estudo de Cazella, Capellesso e Schneider (2020, p.65) foi a de que: “[...] a alta taxa de não-recurso ao Pronaf não se deve exclusivamente à ineficiência dos serviços públicos de extensão rural e financiamentos, como demonstram os casos de não acesso por opção”. O que coloca em pauta a discussão dos fatores que afetam o acesso ao

crédito, que podem estar associados assim não somente a dinâmica financeira, mas também às escolhas e condições pessoais do indivíduo, como demonstra o estudo.

Junto a este estudo, Zeller e Schiesari (2020) também buscam analisar o caso do Pronaf, todavia, os autores estruturam a pesquisa com o objetivo de identificar quais fatores afetam a intensidade do Programa no País. A intensidade, segundo os autores, diz respeito ao montante de crédito obtido no município dividido pelo número total de domicílios agrícolas que receberam financiamento. Sendo assim, para realização de tal pesquisa, os autores realizam análises econométricas e aplicação de entrevistas.

Instituído em 1996, o Pronaf se apresenta com o objetivo de promover o desenvolvimento rural e a inclusão de agricultores familiares, entretanto, estudos como de Zeller e Schiesari (2020) têm demonstrado que tal alocação creditícia tem sido desigual pelo território nacional. Desta maneira, com o objetivo de analisar o que há por trás desta desigual distribuição, Zeller e Schiesari (2020) estruturaram uma análise de regressão com base em dados obtidos pelo Censo Agropecuário Brasileiro de 2006.

Os principais resultados apontam que, embora a região Nordeste do País seja a que tenha a maior quantidade de unidades agrícolas, a maior parcela de recursos do Pronaf é destinada a região Sul, o que reforça o cenário de alocação desigual apontado pelos autores. Ao avaliarem a intensidade do Pronaf o cenário se repete, uma vez que a intensidade é baixa na região Norte e Nordeste do País e alta na região Sul (ZELLER; SCHIESARI, 2020).

Quanto aos fatores que afetam a intensidade do Programa, Zeller e Schiesari (2020) identificaram que a renda total, maquinaria, ser proprietário de terras, ter acesso a eletricidade, haver bancos no município, estar cooperativado, obter assistência técnica, dentre outros fatores, têm um impacto positivo na intensidade do Programa, ou seja, se tais variáveis aumentam em uma unidade, a intensidade do Pronaf no município também aumenta, mantendo os demais fatores constantes. Já as variáveis baixo nível de escolaridade, pequeno agricultor e estar localizado no semiárido apresentaram relação negativa com a intensidade do Pronaf, ou seja, se estas variáveis aumentam em uma unidade, a intensidade do Pronaf no município diminui, mantendo os demais fatores constantes.

Junto à análise quantitativa, Zeller e Schiesari (2020) também realizaram a aplicação de 27 entrevistas semiestruturadas em 12 municípios do País, dentre estes entrevistados estão prefeituras, organizações de agricultores familiares, organizações de desenvolvimento rural, empresas de extensão e instituições financeiras. Os resultados apontam que, na percepção das organizações de agricultores familiares, as empresas de extensão rural e as organizações de desenvolvimento rural, o Pronaf apresenta como principal desafio a necessidade de intensificar a assistência técnica pública no empréstimo, promovendo assim o acesso ao crédito.

Quanto aos fatores que afetam o acesso ao crédito, acarretando a distribuição desigual do Pronaf, 63% dos entrevistados apontaram para o nível de garantia e riqueza do agricultor. Dentre outros motivos estão o nível de organização dos agricultores, as condições climáticas, o nível de educação e informação e o acesso a assistência técnica e tecnologia (ZELLER; SCHIESARI, 2020).

Ainda no que tange o enfoque ao Pronaf, há que mencionar ainda o estudo de Cruz et al. (2021), no qual apresentam como objetivo analisar as diferenças demográficas e regionais do acesso da agricultura familiar ao crédito e a assistência técnica. Tal estudo apresenta assim importantes pontos que complementam os estudos anteriormente apresentados. Para a realização da pesquisa, Cruz et al. (2021) utilizaram como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014, utilizando como procedimento metodológico a estimação de modelos lógite.

Ao invés de analisar os beneficiários que obtiveram o acesso ao Pronaf, Cruz et al. (2021) analisaram o que eles nomeiam como Pessoa Potencialmente Classificada como Agricultor Familiar (PPCAF), que são: trabalhadores por conta própria ou empregadores com até dois empregados em atividade agrícola, com idade igual ou maior que 16 anos, o que preenche duas das quatro condições de classificação para o Pronaf.

Quanto aos resultados da pesquisa, Cruz et al. (2021) apontam que do total de PPCAF apenas 13,25% afirmaram ter recebido financiamento de algum programa de crédito para produção, destes a maioria 76,56% são de origem do Pronaf. Quanto à assistência técnica, 14,83% das PPCAF tiveram acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Os autores identificaram também que quanto à renda, as classes de renda mais altas têm mais acesso ao crédito e a assistência técnica. Quanto ao fator de estudo, foi identificado que as PPCAF com mais anos de estudo têm mais chances de acessar o crédito e a assistência técnica. Sendo assim, tais resultados vão ao encontro com o estudo de Zeller e Schiesari (2020), anteriormente retratado.

Ainda no que se refere ao crédito rural, Assunção e Chein (2007) analisaram o crédito rural formal concedido nos anos de 1991 a 2000, utilizaram desta maneira os dados do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), por regiões geográficas. Os autores identificam que o crédito rural formal concedido não se deu de forma homogênea entre as microrregiões do País, havendo uma concentração dos financiamentos rurais na região centro-sul, com menores operações no Norte e Nordeste.

Em relação aos fatores que estão positivamente correlacionados com o acesso ao crédito rural formal, Assunção e Chein (2007) identificaram que estes são: a renda, anos de estudo, o total de agências bancárias no município, a taxa de urbanização e a produtividade agrícola. O que faz com que se tenha de modo geral, segundo os autores, a tendência de direcionamento do crédito para regiões desenvolvidas.

Ao analisarem o caso do Pronaf, Assunção e Chein (2007) também identificaram a presença de uma correlação positiva e significativamente forte entre os financiamentos e a renda familiar, a média de anos de estudos e o número de agências bancárias por mil habitantes. Cenário este similar ao encontrado no caso do crédito rural formal no geral.

Sendo assim, como bem colocado por Bedê (2004, p.55) “[...] verifica-se que a dificuldade de acesso aos empréstimos bancários tradicionais é uma característica comum aos pequenos empreendimentos. Entre os empreendedores informais a exclusão é quase total [...]”. Este cenário é apontado pela literatura através de diversos estudos empíricos, como brevemente abordado neste subtópico, onde se pode ver que diversos são os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito dos micro e pequenos empreendimentos sejam eles urbanos ou rurais, ou até mesmo formais ou informais.

Entretanto, diante de todos estes entraves ao acesso ao crédito apontado pela literatura quanto às MPE’s, algumas ações que visem amenizar tais obstáculos também são apontadas, dentre elas estão: estimular o fomento do cooperativismo de crédito das MPE’s, ampliar as bases de microcrédito, contribuir para o desenvolvimento gerencial e contábil destas empresas, reduzir a taxa de juros a este público, ampliar os prazos dos empréstimos, reduzir a documentação exigida por parte das instituições bancárias, integrar estas MPE’s a instituições de pesquisa e treinamento, se constituem assim em algumas ações identificadas (PEZZI, 2005; MORAIS, 2005; ZICA; MARTINS; CHAVES, 2008).

Complementar a esta discussão, ainda no que tange aos fatores que afetam o acesso ao crédito, à literatura que remete os EES levanta pontos interessantes de análise, como a discriminação de gênero, o papel do apoio e assessoria assim como as potencialidades da articulação dos EES em redes de economia solidária na promoção do acesso ao crédito. No que concerne à discriminação de gênero, verifica-se na literatura acerca do mercado financeiro convencional a tendência de que obter recursos financeiros para mulheres é mais difícil do que para homens (SUCUPIRA, BRAGA, 2010).

Para além, como ressaltam Cerruci et al. (2016):

As mulheres têm menos acesso ao crédito e à propriedade, a maioria está atuando na informalidade e nas ocupações precárias, estando à frente de pequenos empreendimentos e associações, com a intenção de proporcionar o trabalho, o aumento da renda, sendo esse tipo de atividade uma alternativa de conciliar o trabalho e a família, visto que a responsabilidade da organização e as atividades do espaço doméstico são atribuídas à mulher, pois a divisão desses afazeres, não ocorre de forma satisfatória e em alguns casos, elas são as provedoras da casa (p.118).

Outro interessante ponto de análise levantado é o papel do apoio e assessoria na promoção do acesso ao crédito, visto que esses apresentam como objetivo o fomento aos EES, por meio da articulação de políticas e ações que visam atender às demandas específicas de dimensões

econômicas, ambientais, sociais, entre outras, desempenhando, portanto, um importante papel para o desenvolvimento dos EES (SILVA, 2016). Assim, espera-se que quanto maior for o apoio voltado aos EES maior será a propensão de acesso ao crédito.

Adiante, o debate sobre a articulação de redes econômicas solidárias tem sido bem promissor, sobretudo por se apresentar enquanto um potencial mecanismo de promoção do acesso ao crédito, os autores Gaiger (2007) e França Filho (2008) reforçam que a articulação em redes dos EES tem como objetivo permitir a sustentabilidade dos empreendimentos. Assim, a articulação evidencia no tocante ao viés econômico o fortalecimento dos EES por meio da capacidade de acessar ao crédito. Desta forma, espera-se que se o EES estiver articulado em redes maiores serão as chances desse em obter o acesso ao crédito.

Como evidenciado ao longo deste subtópico, diversos têm sido os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito, tanto por parte das MPE's quanto dos EES. Neste sentido, há que ressaltar que, dentre as ações para a atuação frente tais dificuldades, as formas alternativas de acesso ao crédito e a serviços financeiros, como as experiências de finanças solidárias da economia solidária têm se demonstrado de grande relevância (CARVALHO; ABRAMOVAY, 2004; BEDÊ, 2004; ZICA; MARTINS; CHAVES, 2008), uma vez que estas atuam na redução da exclusão bancária através de experiências como os bancos comunitários.

Os bancos comunitários, enquanto experiências de economia solidária, têm se apresentado desta forma enquanto uma importante dinâmica de ação para com os processos de exclusão bancária ao convidar a “[...] experimentação de um outro tipo de economia (efetivamente a favor do bem-estar humano e social)”. (CARVALHO; FILHO, 2008, p. 118).

Tal potencial apresentado pelos bancos comunitários se dá, sobretudo, pelo seu formato organizacional e objetivos sobre os quais se orientam, uma vez que sua natureza associativa envolve os moradores de um determinado território na busca não só meramente pela oferta do crédito, mas pelo que este será capaz de promover, como a inclusão social e econômica. Dentre suas principais características estão: são criados por decisão da própria comunidade, estimulam por meio de linhas de crédito a criação de uma rede local de produção e consumo, apoiam os EES, atuam em territórios marcados pela alta exclusão, dentre outras (SEGUNDO; MAGALHÃES, 2009).

Desta forma, seu formato organizacional e objetivos se diferem dos bancos comerciais, uma vez que enquanto estes últimos estão orientados ao lucro, o banco comunitário:

[...] cria produtos sob demanda para seu público e oferta o que se precisa para o Desenvolvimento Socioeconômico do Território, não levando em conta se o produto/serviço oferecido será uma linha de crédito que vai dar um retorno econômico menos elevado que os ganhos sociais do investimento ou apenas cobrir os custos de operação (JÚNIOR; CALOU; GONÇALVES, 2008, p. 222).

O que faz com que os bancos comunitários se tornem importantes ferramentas de promoção ao acesso ao crédito, através de um formato organizacional que preze pela cooperação e solidariedade, contribuindo desta forma na superação do acesso precário a serviços financeiros (LEAL; RIGO; ANDRADE, 2016).

Sendo assim, quanto a sua atuação, a dinâmica dos bancos comunitários se inscreve em uma perspectiva comunitária local através do fomento na comercialização, um exemplo deste incentivo é a moeda social, adotada por grande parte dos bancos comunitários do País.

A moeda social local é uma moeda criada pelo banco comunitário, sendo complementar a moeda nacional. Ela tem como objetivo fazer com que o dinheiro circule na própria comunidade, provendo assim o trabalho e renda local. A moeda social possui seu lastro na moeda nacional, sendo produzida com componentes de segurança, podendo ser trocada no banco comunitário a qualquer momento pela moeda nacional (CARVALHO; FILHO, 2008; JÚNIOR; CALOU; GONÇALVES, 2008; SEGUNDO; MAGALHÃES, 2009; RIGO; FILHO; LEAL, 2015), sendo, portanto, um importante instrumento dos bancos comunitários.

Desta forma, como reforçam os autores, os bancos comunitários tendem a atuar na promoção da inclusão não só creditícia, mas também socioeconômica, o que a inscreve como um importante instrumento de ação frente aos fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito tanto pelas MPE's quanto pelos EES.

5. METODOLOGIA

Esta seção se dedica a apresentação da operacionalização desta pesquisa. Desta maneira, é descrito inicialmente o enquadramento da pesquisa, que se refere à abordagem e a caracterização quanto ao objetivo, a seguir são apresentados os procedimentos de coleta de dados adotados, a base de dados e por fim a descrição da técnica que é aplicada para a análise de dados.

5.1. Enquadramento da Pesquisa

A começar pela abordagem da pesquisa, Flick (2013) destaca que esta pode assumir o formato quantitativo, qualitativo ou até mesmo uma combinação entre estes. O termo “pesquisa quantitativa” e “pesquisa qualitativa” envolve assim “[...] na verdade, uma ampla série de procedimentos, métodos e abordagens” (FLICK, 2013, p. 21).

A pesquisa quantitativa se caracteriza por sua orientação à instrumentos estatísticos, tanto na coleta de dados quanto no tratamento (GERHARDT; SOUZA, 2009; FLICK, 2013). Desta maneira, possibilita medir relações entre variáveis, pelas quais o pesquisador “[...] parte de um plano preestabelecido com hipóteses e variáveis claramente definidas. Procura medir e quantificar os resultados da investigação, elaborando-os em dados estatísticos” (ZANELLA, 2013, p. 35).

Desta maneira, com vista a atingir o objetivo desta presente pesquisa, que é analisar os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no Brasil, é adotada a abordagem quantitativa.

Ainda no que se refere ao enquadramento da pesquisa, sua classificação com base em seu objetivo assume a característica explicativa, que são pesquisas que têm como intuito central a identificação de fatores que determinam ou contribuem para ocorrência de determinados fenômenos (GIL, 2002; GIL, 2008; GERHARDT; SOUZA, 2009). Desta forma, a pesquisa contribui para a explicação do fenômeno a ser estudado, sendo este a dificuldade de acesso ao crédito pelos EES no caso brasileiro, com a qual se buscou identificar e analisar os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito por estes EES.

5.2. Procedimentos de coleta de dados

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, este consiste na realização de pesquisas bibliográficas e documental. A começar pela pesquisa bibliográfica, que compreende, segundo Gil (2002), a coleta de dados e informações através de materiais já desenvolvidos, esta foi realizada

através de livros, artigos, periódicos, documentos eletrônicos, teses, dissertações e anais de encontros científicos, referente à temática voltada a pesquisa.

Já a pesquisa documental por sua vez “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 51). Assim, para os fins deste estudo, tal pesquisa incorpora os microdados oriundos do segundo mapeamento nacional de EES, realizado no período de 2009 a 2013, que resultou no mapeamento de 19.708 EES por todo o território nacional, abrangendo 2.788 municípios, no qual se buscou identificar variáveis de dimensões tanto econômicas, políticas e organizacionais dos EES.

5.3. Base de dados

Implantado no ano de 2004 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) se consolida enquanto um instrumento para o registro acerca de informações dos EES e políticas públicas de economia solidária no País (MTE/SENAES, 2006).

O SIES se constituiu assim em um importante instrumento tanto para o planejamento de políticas públicas quanto para “[...] o reconhecimento e o dimensionamento nacional de uma realidade até então não captada pelas pesquisas oficiais no Brasil” (GAIGER et al., 2014, p.18).

Em sua atuação, o SIES realizou o primeiro mapeamento nacional da economia solidária no período de 2005 a 2007, sendo assim foram mapeados 21.859 EES por todo o território nacional. Adiante já no ano de 2009, o segundo mapeamento nacional da economia solidária começou a ser realizado, sendo finalizado no ano de 2013 (MTE/SENAES, 2006).

No segundo mapeamento nacional da economia solidária, base de dados selecionada para esta pesquisa, foram mapeados pelo SIES no período de 2009 a 2013, 19.708 EES distribuídos ao longo do território nacional, tal mapeamento comportou a aplicação de um questionário composto por 171 questões, organizadas nas seções de identificação e abrangência, características predominantes dos sócios e dos EES, dimensionamento da atividade econômica dos sócios, situação de trabalho, dimensão organizacional, sociopolítica e ambiental, aspectos subjetivos acerca dos EES e o acesso ao crédito, objeto desta presente pesquisa (MTE/SENAES, 2013).

O boletim informativo, disponibilizado pelo MTE/SENAES, (2013), destaca ainda que a análise da consistência de tais dados mapeados, assim como a organização dos microdados, foram realizados pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), como parte do convênio realizado entre o MTE/SENAES e a UNISINOS.

Como reforçam Gaiger et al. (2014) até a elaboração do mapeamento, o fato de não se ter informações abrangentes e sistematizadas acerca da economia solidária restringia grande parte das

pesquisas desta temática a realização de uma abordagem qualitativa, o que apesar de ter contribuído e muito para seu avanço no campo acadêmico, não se tinha ainda estudos empíricos que abordassem de forma representativa a economia solidária a nível nacional.

Neste sentido, com a realização dos mapeamentos nacionais, tais bases permitiram a ampliação do uso de recursos, como as análises estatísticas, a partir de uma visão empírica ampla acerca do perfil dos membros dos EES, das suas formas de gestão e atuação econômica, dentre outras características levantadas pela base de dados estruturada. O segundo mapeamento nacional, selecionado para a realização desta pesquisa, conta com um formato e metodologia aperfeiçoado em virtude de já ter sido realizado um mapeamento anterior, sendo assim, apresenta indicadores de maior precisão e abrangência na coleta de informações (GAIGER et al., 2014).

Contudo, há que ressaltar que, apesar de ser um importante instrumento de análise, que contribui para a realização desta pesquisa, trata-se de um mapeamento, o que apresenta limitações quanto à representatividade se comparado a um censo e demais instrumentos de coleta de dados. Todavia, como mencionado anteriormente, no que confere ao campo da economia solidária, tal mapeamento se consolida enquanto um importante avanço na busca da compreensão das características dos EES ao longo do território nacional, mesmo que este não abranja a totalidade de EES nacionais.

5.4. Análise dos dados: Modelo de regressão Logit

Para verificar quais fatores afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no Brasil, utiliza-se o modelo logit. A escolha desse modelo justifica-se pelo fato de sua estimação permitir avaliar a significância estatística e a magnitude do efeito de cada variável explicativa sobre a probabilidade de os EES buscarem ou não buscarem crédito e dos que buscaram se tiveram acesso ou não ao crédito.

Portanto, neste trabalho, tem-se como variável dependente de natureza qualitativa, isto é, o regressando é uma variável binária ou dicotômica que assume o valor zero ou um. Para essa situação são indicados os modelos Logit e o Probit. Segundo Gujarati e Porter (2011), na maioria das aplicações os modelos são bastante parecidos, sem justificativas para a escolha entre um ou outro, mas na prática o modelo logit é o mais utilizado por causa da sua relativa simplicidade matemática.

O objetivo da regressão é estimar uma função que permita estabelecer a probabilidade de uma observação pertencer a um grupo previamente determinado em razão do comportamento de um conjunto de variáveis explicativas ou independentes ou explanatórias, neste caso tem-se uma

regressão no qual a variável dependente possui natureza binária, ou seja, assume-se valores 0 e 1, tornando possível trabalhar com variáveis de natureza qualitativa.

Como na regressão logística é previsto a probabilidade de ocorrência da variável dependente binária, o modelo utiliza a função de probabilidade logística acumulada para a estimação, que pode ser representada pela equação 1:

$$P_i = E(Y=1 | X_i) = \frac{1}{1 + e^{-Z_i}} \quad (1)$$

Onde, P_i é a probabilidade de ocorrência da variável dependente dado as variáveis independentes, variando de 0 a 1, X_i são as variáveis independentes, e é a base de logaritmo natural que é aproximadamente 2,7182 e $Z_i = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_n X_n$ e β os parâmetros a serem estimados (GUJARATI, 2011).

Se a probabilidade de ocorrência do evento é dada pela equação (1), logo a probabilidade de não ocorrer o evento pode ser representada por:

$$1 - P_i = E(Y = 0 / X_i) = \frac{1}{1 + e^{-Z_i}}$$

Adiante, obtém-se a razão de probabilidades, conhecida como *odds ratio*:

$$\frac{P_i}{1 - P_i} = \frac{1 + e^{-Z_i}}{1 + e^{-Z_i}}$$

Desta forma, ao logaritmizar a equação da razão de probabilidades temos que:

$$L_i = \ln\left(\frac{P_i}{1 - P_i}\right) = Z$$

$$L_i = \ln\left(\frac{P_i}{1 - P_i}\right) = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_n X_n \quad (2)$$

Ou seja, L_i representado na equação (2) é o logaritmo da razão de probabilidades, daí deriva o nome do modelo logit. Enquanto propriedade do modelo logit representado na equação (2) tem-se que o modelo supõe que o log da razão de chances esteja linearmente relacionado às variáveis X_i (GUJARATI, 2011; FIELD, 2009).

Uma vez descrito como o modelo logit é representado em termos matemáticos, a próxima característica a ser destacada é o como tal modelo é estimado, há que destacar que dado a natureza não linear da transformação logística (HAIR JR. et al., 2009; GUJARATI, 2011), tem-se que a estimação dos coeficientes do modelo se dá pela máxima verossimilhança que segundo Field (2009, p.223) seleciona os coeficientes cujos valores observados são mais prováveis ocorrer.

Quando utiliza-se o modelo de regressão logística para discriminação de dois grupos, a regra para classificação é a seguinte segundo Sucupira e Braga (2010): Se $P(Y=1) > 0,5$ então classifica-se $Y = 1$; em caso contrário, mostrando a previsão do comportamento explícito de um só indivíduo

ou de um só EES, o que sugere que o R^2 conforme Gujarati (2011) não é particularmente significativa nos modelos de regressão binário como o logit. Assim, no presente estudo utilizou-se o índice de razão de verossimilhança para avaliar a qualidade do ajustamento.

Com objetivo de avaliar a qualidade do ajustamento do modelo logit o teste Count R^2 indicado por Gujarati (2011) é adotado, tal teste substitui a medida convencional da qualidade de ajustamento nomeada como R^2 , já que esta medida não é particularmente significativa nos modelos de regressão binário como o logit. Assim, diferentemente do R^2 o cálculo do Count R^2 é dado pela razão do número de previsões corretas sobre o número total de previsões, calculando-se assim a qualidade de ajustamento do modelo.

Além da informação da significância global do modelo, o teste do Count R^2 permite ainda segundo Fávero e Belfiore (2017) a análise da sensibilidade e da especificidade, resumidamente a sensibilidade de um modelo mede segundo os autores a taxa de acerto do modelo para apenas aqueles que foram evento, ou seja, quando $P(Y=1) > 0,5$, e a especificidade trata-se de um indicador da taxa de acerto para os que não foram evento, ou seja, quando $P(Y=1) < 0,5$. Sendo assim, analisar tais fatores permite identificar qual grupo sendo eles eventos ou não eventos são melhores previstos segundo a estimação do modelo.

Para além, ainda com base na verificação da qualidade do modelo é indicado para análise nos modelos de regressão logística binária a curva *Receiver Operating Characteristic*, conhecida como curva ROC que trata-se de uma curva que apresenta a variação da sensibilidade em relação a função de (1- especificidade), permitindo assim a análise da significância estatística global a diferentes pontos de *cutoff* (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

Ainda com a finalidade de garantir a qualidade do ajuste do modelo, evitando a presença da heterocedasticidade no qual o termo de erro não assume variância constante, é indicado a medida de erros padrão robustos de White, que tem como objetivo corrigir a presença de heterocedasticidade e garantir que os erros padrão sejam melhores estimados (GUJARATI; PORTER, 2011).

A multicolinearidade que é a presença de forte correlação linear entre as variáveis explicativas do modelo também é verificada, uma vez que Field (2009) destaca que a regressão logística é suscetível ao efeito da multicolinearidade, sendo de importância avaliá-la. Quanto à avaliação da significância estatística de cada variável independente do modelo é utilizado a estatística Z, também conhecida como estatística de Wald, estatística indicada para os casos de regressão logística (HAIR JR. et al., 2009).

Adiante, como orientado por Gujarati e Porter (2011) buscou-se na estimação do modelo a sua adequada especificação para que não ocorresse a omissão de variáveis importantes ou a inclusão de variáveis irrelevantes. Todavia, os autores ainda destacam que em modelos em que a variável

dependente é binária, o mais importante são os sinais esperados dos coeficientes de regressão e sua significância estatística e/ou prática e não a qualidade do ajustamento.

Quanto a interpretação da magnitude de cada variável independente em relação a variável dependente esta pode ser interpretada por pelo menos duas maneiras sendo estas a partir do cálculo dos efeitos marginais (dy/dx) da probabilidade P_i em relação as variáveis explicativas (X_i) fornecendo assim o efeito marginal de cada variável explicativa e, também, através da razão das probabilidades conhecida como *odds ratio* que é dado por: $e^{\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 \dots}$

Desta maneira, para a operacionalização da estimação da regressão logit é utilizado enquanto ferramenta o programa estatístico Stata16. Os dados a serem analisados são oriundos do segundo mapeamento nacional de EES, realizado no período de 2009 a 2013, que resultou em um banco com microdados referentes a 2.788 municípios brasileiros mapeados, totalizando 19.708 EES.

Dos 19.708 EES mapeados é analisado nesta pesquisa 11.665 EES. Inicialmente, fez se necessário a exclusão da categoria social dos garimpeiros e mineiros que comportava informações de 20 EES, a exclusão desta categoria justifica-se pelo fato de esta categoria apresentar poucas informações acerca dos EES, fazendo com que ao rodar o modelo a categoria apresenta-se erro, não contribuindo assim para a explicação do objetivo buscado. Desta forma, a base de dados passa a ter 19.688 observações.

Ao proceder com o recorte dos dados fez-se necessária também a exclusão de 1 EES do mapeamento pela justificativa de que o entrevistado não respondeu grande parte das perguntas no mapeamento, chegando desta forma a 19.687 observações. Posteriormente, procedeu-se com a exclusão da categoria “não se aplica ou não há predominância” das variáveis raça, categoria social e faixa etária, fazendo com que dos 19.687 EES chegasse a 13.843 EES.

Por fim, ao rodar o modelo com as variáveis explicativas selecionadas os dados passaram a totalizar 11.665 EES sendo este o quantitativo analisado nesta pesquisa. Tal redução de 13.843 para 11.665 se deu em virtude do quantitativo de observações das variáveis explicativas selecionadas, chegando, portanto, ao número de EES analisado nesta pesquisa.

Com vista a atingir o objetivo geral proposto nesta pesquisa foi se estruturado dois modelos de regressão logística, no primeiro buscou se identificar os fatores que podem explicar a busca pelo crédito e no segundo os fatores que contribuem para explicar o acesso ao crédito.

Em ambos os modelos foi se utilizado as mesmas variáveis explicativas que dizem respeito às características dos EES como seu formato organizacional e aspectos gerenciais, tipo de apoio e capacitação recebidos, área de atuação, gênero, dentre outros fatores com o objetivo de captar sua possível influência na busca e no acesso ao crédito pelos EES.

Matematicamente, o modelo Logit estimado no presente estudo é:

$$P_i = E(Y_i = 1 / X_i) = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1)}}$$

$$P_i = E(Y_i = 1 / X_i) = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 \sum_{j=1}^4 reg + \beta_3 \sum_{j=1}^2 sit + \beta_4 \sum_{j=1}^2 areat + \beta_5 int + \beta_6 ms + \dots + \beta_{19} anoinicio)}}$$

O Quadro 1 a seguir apresenta as variáveis dependentes e explicativas utilizadas nos modelos, apresentando assim sua sigla e seu respectivo significado. Como demonstra o Quadro, ao todo foram selecionadas 17 variáveis explicativas tendo como base as hipóteses e colocações levantadas pela literatura que remete aos fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas no Brasil, com objetivo de verificar assim seus possíveis efeitos tanto na busca quanto no acesso ao crédito aos EES.

Quadro 1 – Variáveis dos modelos

	Nomenclatura	Descrição das variáveis
Variáveis dependentes	BUSCOUCRED	Variável binária onde se atribui 0 aos EES que não buscaram crédito e 1 aos EES que buscaram crédito
	CONSEGCRED	Variável binária onde se atribui 0 aos EES que não tiveram o acesso crédito e 1 aos EES que acessaram o crédito
Variáveis explicativas	REG	Conjunto de 4 variáveis dummy para as regiões do país: Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste (variável de controle: sudeste)
	SIT	Conjunto de 2 variáveis dummy para situação atual do empreendimento: em implantação e em reestruturação (variável de controle: em funcionamento)
	AREAT	Conjunto de 2 variáveis dummy para área de atuação do empreendimento: urbana e rural e urbana (variável de controle: rural)
	INT	Variável binária onde se atribui 0 aos EES que não tem acesso e 1 aos que possuem acesso a internet
	MS	Proporção de mulheres sócias: (número total de mulheres sócias/ número total de sócios) x 100
	RACA	Conjunto de 3 variáveis dummy para a cor predominante dos sócios do EES: negro, amarela e indígena (variável de controle: branco)
	POVO	Variável binária onde se atribui 0 aos sócios que não pertencem a algum um povo ou comunidade tradicional e 1 aos sócios que pertencem
CATS	Conjunto de 7 variáveis dummy para categoria social: artesãos, artistas, assentados de reforma agrária,	

Variáveis explicativas (continuação)		catadores de materiais recicláveis, profissionais de nível superior, trabalhadores autônomos e desempregados (variável de controle: agricultores familiares)
	ETA	Conjunto de 2 variáveis dummy para faixa etária: adultos e idosos (variável de controle: jovens)
	ORG	Conjunto de 3 variáveis dummy para forma de organização: associação, cooperativa e sociedade mercantil (variável de controle: grupo informal)
	REDE	Variável binária onde se atribui 0 aos EES que não participam de alguma rede de produção, comercialização e consumo e 1 aos EES que participam
	FATURAMENTO	Faturamento mensal do empreendimento
	APOIO	Variável binária onde se atribui 0 aos EES que não obtiveram algum tipo de apoio, assessoria ou capacitação e 1 para os EES que obtiveram
	RESULATIV	Conjunto de 2 variáveis dummy para os resultados que o EES permitiu aos sócios: pagar as despesas e não ter nenhuma sobra e não conseguir pagar as despesas (variável de controle: pagar as despesas e ter alguma sobra)
	PARTMOVS	Variável binária onde se atribui 0 aos EES que não participam de movimentos sociais, populares e 1 para os EES que participam
	SERVGEREN	Variável binária onde se atribui 0 aos EES que não contrataram serviços de terceiros como assessoria, contabilidade, finanças, administração e representação comercial e 1 para os EES que contrataram
	ANOINCIO	Variável binária onde se atribui 0 aos EES que iniciaram suas atividades antes de 2005 e 1 para os EES que iniciaram suas atividades após 2005.

Fonte: Elaboração própria, 2022.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o objetivo de identificar e analisar os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no Brasil esta seção foi estruturada. Inicialmente, é apresentada a análise descritiva das variáveis selecionadas para este presente estudo, logo após são analisados os resultados obtidos pela aplicação do modelo logit quanto aos fatores determinantes da busca do crédito pelos EES no Brasil, assim como os fatores do acesso ao crédito.

6.1. Análise descritiva das variáveis utilizadas no presente estudo

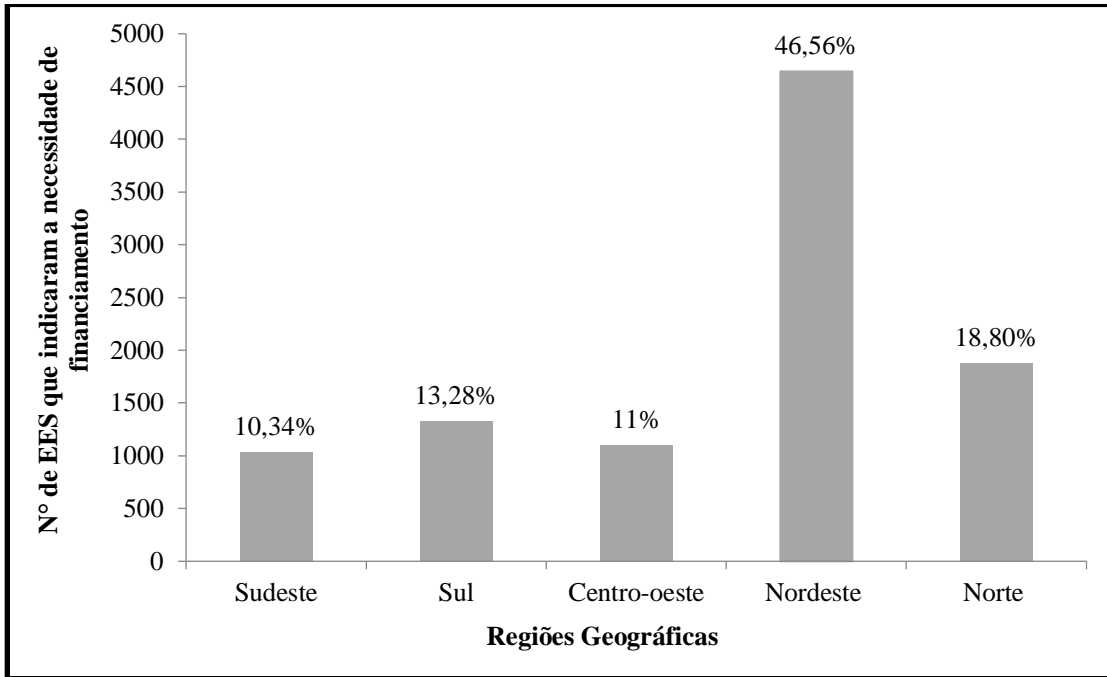
O segundo mapeamento nacional da economia solidária levantou dados acerca de 19.708 EES distribuídos ao longo de todo território nacional. Destes, 11.665 EES são analisados nesta pesquisa, conforme estabelecido na metodologia. Através de tal mapeamento foi possível identificar que 74,94% dos EES indicaram como principal desafio⁷ gerar renda adequada aos sócios e 67,69% indicaram a viabilização econômica do empreendimento. Os principais desafios apontados pelos respondentes sinalizam para empreendimentos que não conseguiram se estruturar no mercado, precisando de algum mecanismo que auxilie na viabilização do empreendimento, de forma a gerar renda suficiente para mantê-lo e ao mesmo tempo assegurar o sustento dos sócios.

Quanto ao crédito, 72,04 % dos EES mapeados indicaram a necessidade de financiamento, todavia 65,56% dos EES apontaram estar com dificuldades em obter o crédito ou financiamento. Nessa direção, é possível entender o crédito como um dos mecanismos que poderiam auxiliar para obter formas para viabilizar o empreendimento. Contudo, a indicação de não retorno dos EES pode ser um dificultador na obtenção do crédito ou financiamento.

Com a finalidade de compreender um pouco do universo dos EES que indicaram a necessidade de financiamento é estruturado dois gráficos, o primeiro se encontra na Figura 4, sendo composto pelo número de EES que indicaram a necessidade de financiamento distribuídos pela região geográfica, enquanto o segundo gráfico disposto na Figura 5 trás dados referentes ao número de EES que indicaram a necessidade de financiamento pela forma de organização.

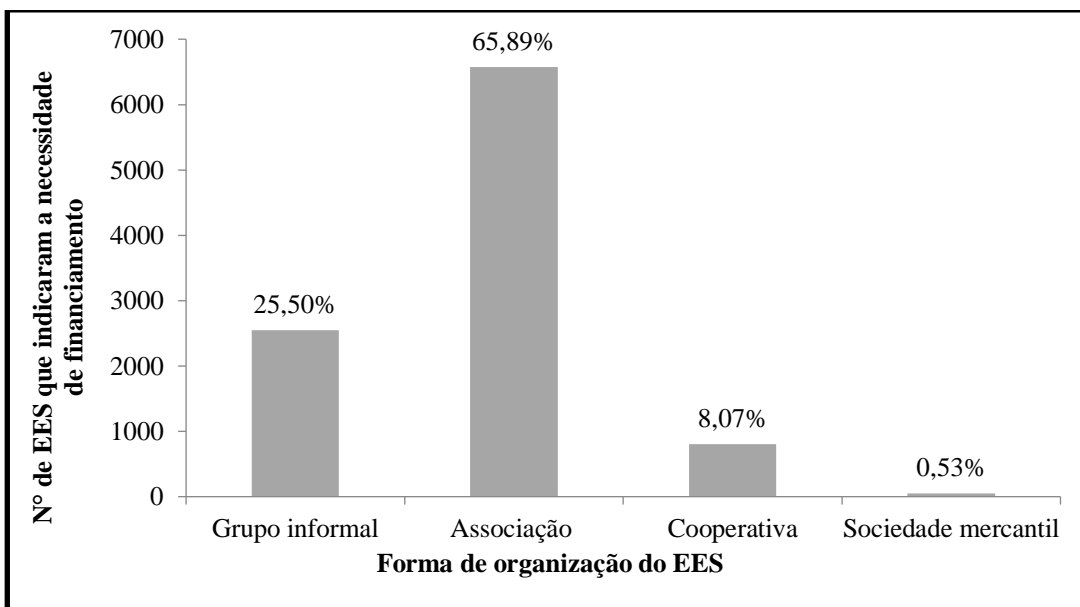
Com base na Figura 4, pode-se perceber que a região geográfica em que os EES mais indicaram necessidade de financiamento foi a região nordeste com 46,56%, seguindo com a região norte com 18,80%, as demais regiões do país sudeste, sul e centro-oeste os percentuais indicados foram bem próximos. Tal resultado encontrado é interessante, pois evidencia quais regiões do país mais carecem do acesso ao crédito, como pode-se perceber a região nordeste e norte.

⁷ A variável acerca dos principais desafios permitia que mais de uma opção fosse assinalada pelo EES.

Figura 4 – EES que indicaram a necessidade de financiamento pela região geográfica

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Adiante, a Figura 5 trás a relação do número de EES que indicaram a necessidade de financiamento pelo formato organizacional. Com base em tal Figura, pode-se perceber que EES classificados como associação são os que mais indicaram a necessidade de financiamento com 65,89%, logo em seguida 25,50% do total de EES que indicaram a necessidade de financiamento pertencem ao grupo informal, sendo menos expressivo portanto as cooperativas e a sociedade mercantil.

Figura 5 – EES que indicaram a necessidade de financiamento pelo formato organizacional

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Complementando tal cenário, os dados analisados revelam que apenas 24,24% do total dos EES buscaram o acesso ao crédito, e que 46,62% dos EES que buscaram o acesso ao crédito obtiveram. Ao relacionar a busca pelo crédito ao total dos EES, tem-se que apenas 11,29% obtiveram tal acesso, o que inicialmente demonstra tanto um receio pela busca ao crédito quanto obstáculos para seu acesso.

Quanto à natureza do crédito acessado, tem-se que 54,73% são de origem dos bancos públicos, 15,47% outras fontes de crédito, 9,65% banco privado, 9,34% das cooperativas de crédito, 6,77% dos bancos comunitários e do povo, 3,01% de ONGS e 1,02% outras instituições financeiras privadas. Desta forma, os dados indicam uma expressiva atuação dos bancos públicos na concessão de crédito aos EES. Cabe ressaltar que, mesmo com uma capacidade financeira menor, as cooperativas, bancos comunitários e ONGs juntos concederam mais (19,12%) que os bancos privados (9,65%). Desta forma, o crédito para os EES indica precisar de condições mais favoráveis às suas necessidades.

O debate da natureza do crédito acessado se torna mais interessante ainda quando analisado o recorte para o formato organizacional e categoria social dos EES. Desta maneira, são estruturadas duas tabelas que apresentam tais cenários. A Tabela 2 comporta o percentual da participação do EES por forma de organização na natureza do crédito concedido, enquanto que a Tabela 3 trás o percentual da participação do EES por categoria social na natureza do crédito concedido.

Tabela 2 - Percentual da participação do EES por forma de organização na natureza do crédito concedido

Fonte do crédito	Percentual da participação do EES por forma de organização na natureza do crédito concedido				Percentual da participação da instituição financeira no total do crédito concedido
	Grupo informal	Associação	Cooperativa	Sociedade mercantil	
Banco público	15,07%	75,46%	8,64%	0,81%	54,73%
Banco privado	29,13%	47,68%	19,86%	3,31%	9,65%
Banco do povo	35,89%	58,97%	5,12%	0%	2,50%
Cooperativa de crédito	15,75%	31,50%	50,68%	2,05%	9,33%
Outra instituição financeira privada	12,50%	87,50%	0%	0%	1,02%
ONG, OSCIP	38,29%	48,93%	10,63%	2,12%	3,00%
Banco comunitário	43,28%	47,76%	5,97%	2,98%	4,28%
Outra fonte de crédito	23,96%	59,50%	14,04%	2,47%	15,47%
Total	20,26%	63,93%	14,25%	1,53%	100%

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Ao se analisar a Tabela 2, interessantes cenários se apresentam, a começar pela natureza da instituição financeira, em que o banco público foi o que mais concedeu acesso ao crédito pelos EES na amostra do estudo. Quando analisado o formato organizacional, pode-se notar que EES classificados como associação representaram 75,46% do acesso pelo banco público, sendo a forma de organização mais expressiva para tal categoria de instituição financeira. O grupo informal teve a segunda maior participação com 15,07%, o que também é um fato interessante.

Importante ressaltar que banco do povo, apesar de ter tido apenas 2,50% de participação na concessão de crédito, 35,89% do crédito acessado por meio desta instituição financeira foi dada aos grupos informais, cenário similar à concessão pelos bancos comunitários, que também, apesar de representar 4,28% de participação na concessão do acesso ao crédito, 43,28% do acesso por essa instituição foi para o grupo informal. O que reforça a importância da oferta do crédito por meio de instituições financeiras solidárias voltadas ao público dos EES.

Outro ponto marcante quanto a natureza do crédito é o acesso por meio das cooperativas de crédito, em que 50,68% do crédito acessado nesta instituição financeira foi feito por EES classificados como cooperativas, o que é interessante quando verificado que esta natureza de crédito foi a que os EES classificados como cooperativas obtiveram maior participação, quando comparado a sua participação no acesso ao crédito pelas outras naturezas do crédito.

Desta maneira, pode-se notar com base na Tabela 2 que o formato de organização que mais acessou o crédito foi a associação, seguindo com o grupo informal e cooperativas, o formato que menos obteve acesso foi a sociedade mercantil com apenas 1,53%, o que também pode se justificar pelo fato de este formato compor apenas 0,58% da amostra da pesquisa.

Adiante, ao analisar a Tabela 3 começando pela natureza do banco público que como colocado anteriormente foi a natureza de crédito que mais concedeu crédito, tem-se que a categoria social com mais participação nesta natureza foi a de agricultores familiares, com 78,73% de participação.

Se atentar-se para a totalidade do acesso ao crédito, a categoria agricultores familiares foi a que mais acessou o crédito, possuindo o percentual de 71,99% de acesso, tal resultado pode se dar por pelo menos dois fatores, o primeiro pelo quantitativo de EES classificados como agricultores familiares, compondo 60,35% do total dos EES da amostra como disposto na Figura 9, e o segundo fator pode se dar pela existência de programas específicos de crédito voltados para tal grupo, como um exemplo deles o Pronaf.

A segunda categoria social que mais acessou o crédito foi a de artesãos, totalizando 11,44% do crédito acessado, dentre as instituições financeiras a que os artesãos obtiveram o maior acesso foi por meio do banco do povo, obtendo 43,58% de acesso por esta instituição, cenário este próximo aos dos EES classificados como trabalhadores autônomos, que obtiveram seu maior percentual de

acesso ao crédito por meio do banco comunitário. O que mais uma vez reforça a importância da atuação de instituições financeiras solidárias aos EES, uma vez que as exigências feitas por essas instituições são mais adequadas ao perfil desses empreendimentos.

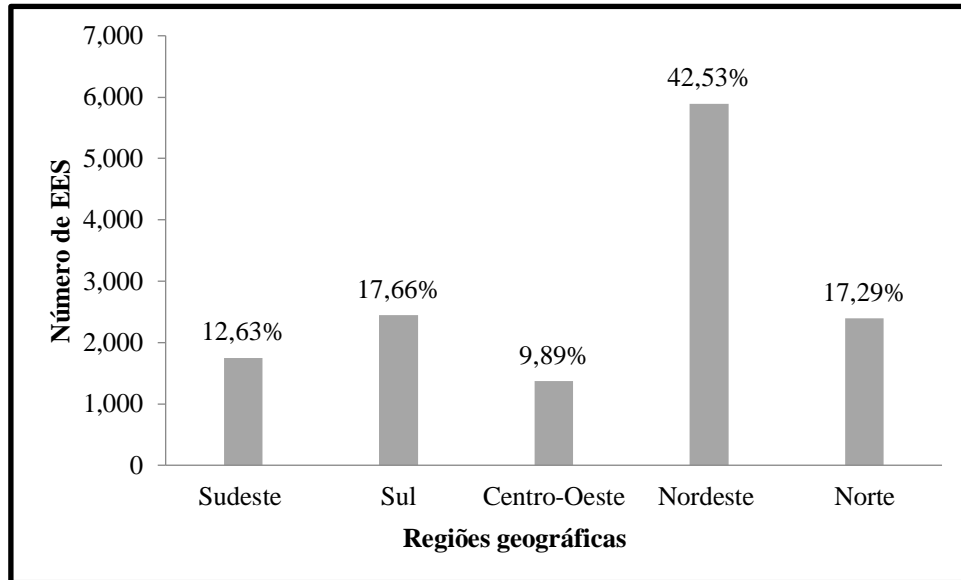
Interessante notar ainda que dentre as categorias sociais classificadas como artistas, catadores de material reciclável e desempregados, os maiores percentuais de acesso por estas categorias foram realizados nos bancos privados e outras instituições financeiras privadas, tal cenário encontrado pode também se colocar por diversos fatores, um deles pode se dar pela ausência de um banco comunitário ou do povo na localidade, ou até mesmo pelo não conhecimento de tais instituições de crédito.

Tabela 3 - Percentual da participação do EES por categoria social na natureza do crédito concedido

Fonte do crédito	Percentual da participação do EES por categoria social na natureza do crédito concedido								Percentual da participação da instituição financeira no total do crédito concedido
	Agricultor familiar	Artesãos	Artistas	Assentados	Catadores de material reciclável	Profissionais de nível superior	Trabalhadores autônomos	Desempregados	
Banco público	78,73%	9,11%	0,58%	5,49%	1,63%	0,35%	2,80%	1,28%	54,73%
Banco privado	58,94%	16,55%	0,66%	6,62%	1,32%	1,32%	7,94%	6,62%	9,65%
Banco do povo	30,76%	43,58%	2,56%	2,56%	0%	0%	12,82%	7,69%	2,50%
Cooperativa de crédito	84,24%	3,42%	0%	2,05%	0%	0,68%	8,90%	0,68%	9,33%
Outra instituição financeira privada	43,75%	12,50%	6,25%	6,25%	12,50%	0%	12,50%	6,25%	1,02%
ONG, OSCIP	53,19%	17,02%	0%	4,25%	4,25%	0%	19,14%	2,12%	3,00%
Banco comunitário	50,74%	23,88%	2,98%	1,49%	0%	0%	19,40%	1,49%	4,28%
Outra fonte de crédito	66,94%	11,57%	0,82%	8,67%	1,65%	2,89%	3,71%	3,71%	15,47%
Total	71,99%	11,44%	0,76%	5,49%	1,53%	0,83%	5,56%	2,36%	100%

Fonte: Elaboração própria, 2022.

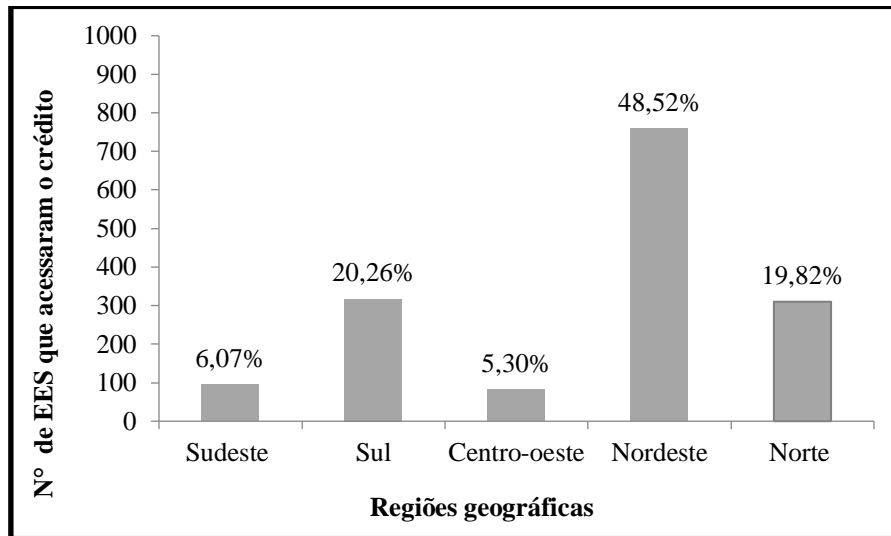
Quanto às estatísticas descritivas das variáveis que caracterizam os empreendimentos, a começar pelo fator locacional, tem-se que o Nordeste é a região com o maior número de EES no país com 42,53%, conforme Figura 6. As regiões Sul, Norte e Sudeste apresentaram percentuais próximos, sendo estes 17,66%, 17,29% e 12,63%, respectivamente. Por fim, a região Centro-Oeste apresenta menor percentual, com 9,89%. Tais dados evidenciam uma distribuição não homogênea dos EES sobre o território nacional, com áreas de grandes concentrações como o Nordeste e áreas pouco concentradas como o Centro-Oeste (AZEVEDO; ALIÓ; SILVA, 2016).

Figura 6 – Distribuição regional dos EES no Brasil

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Ainda no que se refere a distribuição regional dos EES, Silva (2017) ressalta que, embora os instrumentos de coleta tenham sido o mesmo para a realização do mapeamento nas regiões do País, o fato de que cada região tenha ficado com a responsabilidade de operacionalização da pesquisa acabou por gerar estratégias diferenciadas entre equipes de pesquisa, podendo assim ter produzido algum viés de escolha dos EES, assim como a forma de localizá-los. Todavia, apesar de tais questões, o levantamento dos dados dos EES pelo território se consolidou como um importante mapeamento quanto à realidade dos EES brasileiros. Além disso, por mais que tenha havido algum viés de escolha, o diferencial é bastante expressivo, com forte presença no Nordeste, região considerada mais pobre no país, reforçando pelo menos a aproximação da realidade na distribuição dos empreendimentos.

Ainda no que se refere ao fator locacional, a Figura 7 adiante trás o número de EES que obtiveram o acesso ao crédito pelas regiões geográficas. Com base em tal Figura, pode-se perceber que a região que mais acessou o crédito foi o nordeste, seguindo com a região sul e norte, já as regiões sudeste e centro-oeste apresentaram um baixo percentual de acesso quando comparado às demais regiões do País.

Figura 7- EES que acessaram o crédito pelas regiões geográficas

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Do total de EES mapeados ao longo do território nacional, 90,18% encontram-se em funcionamento. Quanto à sua idade, tem-se que 35,32% dos EES iniciaram suas atividades a partir de 2005 e 64,68% iniciaram suas atividades antes de 2005. Há que ressaltar ainda que, o empreendimento mais antigo mapeado iniciou suas atividades em 1885. Desta forma, o número de anos dos empreendimentos não foi o principal empecilho ao crédito, uma vez que a maioria já tinha mais de 8 anos em 2013.

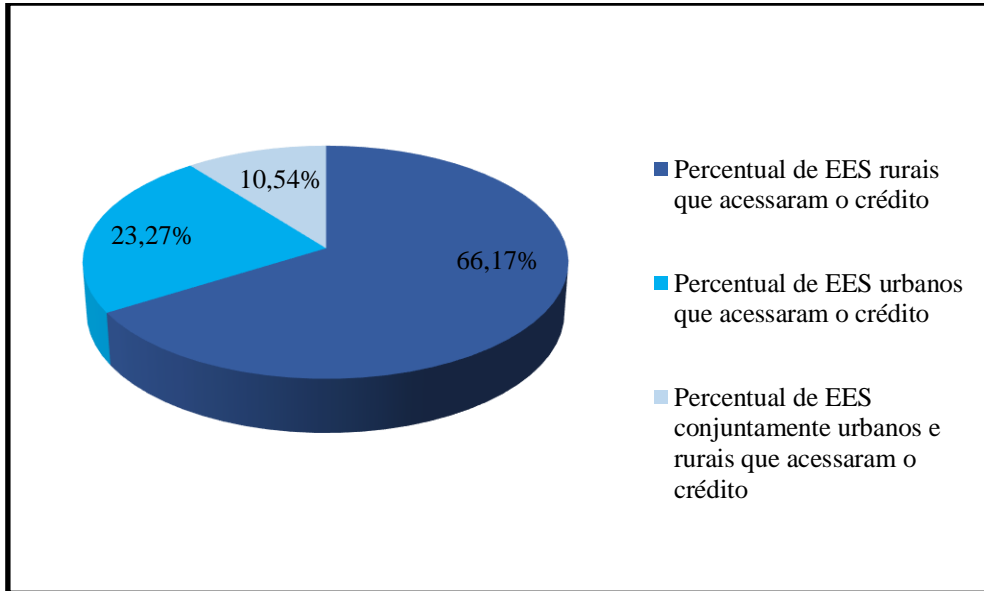
Indo ao encontro do reportado na literatura, os EES que iniciaram suas atividades antes de 2005 foram os que mais acessaram ao crédito, atingindo 70,65% do total de empreendimentos que obtiveram o crédito. Por outro lado, os empreendimentos, que iniciaram suas atividades após 2005, ficaram com o percentual restante de 29,34%, sendo, portanto, bem menor do que o acesso pelos EES mais antigos. Essa relação pode ser explicada pelo fato dos empreendimentos mais antigos tenderem a ser mais estruturados, demonstrando mais confiabilidade de pagamento às instituições financeiras.

Analisando a área de atuação dos EES, os dados revelam que 58,30% dos EES se encontram na área rural, enquanto 31,58% estão situados na área urbana. Ao analisar o percentual de acesso ao crédito pelos EES distribuído pela área de atuação, a Figura 8 evidencia que 66,17% do crédito acessado é composto por EES que encontram-se situados na área rural, seguindo com 23,27% com EES urbanos e 10,54% os EES conjuntamente rurais e urbanos. Tal resultado encontrado converge com o alto percentual de acesso ao crédito pelos EES classificados como agricultores familiares, como disposto na Tabela 3.

Adiante, ao serem questionados se possuem internet, 38,92% EES afirmaram ter o acesso. Ainda no que se refere às características dos sócios, os dados revelam que 70,09 % dos sócios são

negros, 12,27% pertencem a algum povo ou comunidade tradicional e que 91,37% do total dos sócios são adultos.

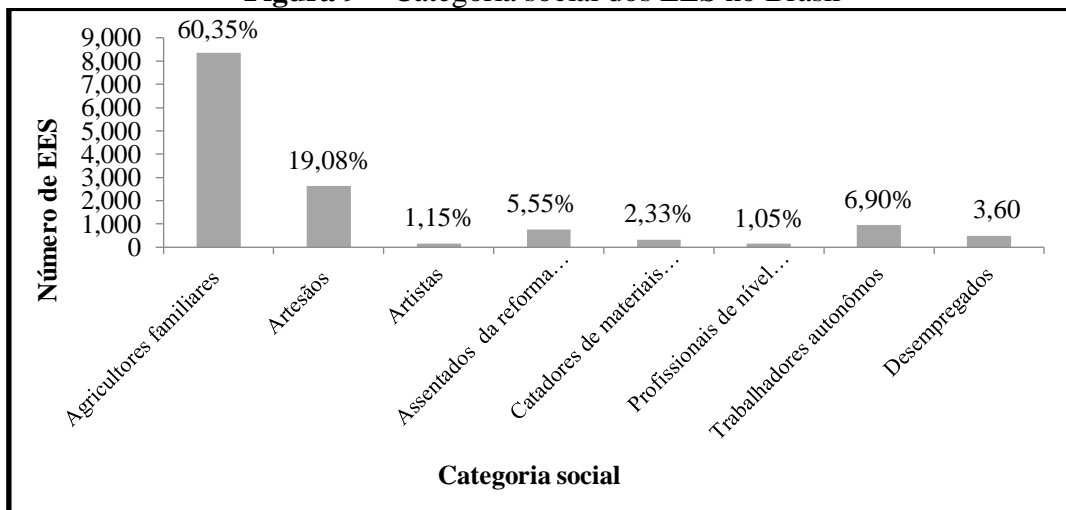
Figura 8- Percentual de acesso ao crédito pelos EES pela área de atuação



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Em relação às características organizacionais dos EES, a Figura 9 deixa clara a expressiva presença de agricultores familiares, que representam 60,35% dos empreendimentos dentre as categorias sociais classificadas, seguidos dos artesãos com 19,08%.

Figura 9 – Categoria social dos EES no Brasil

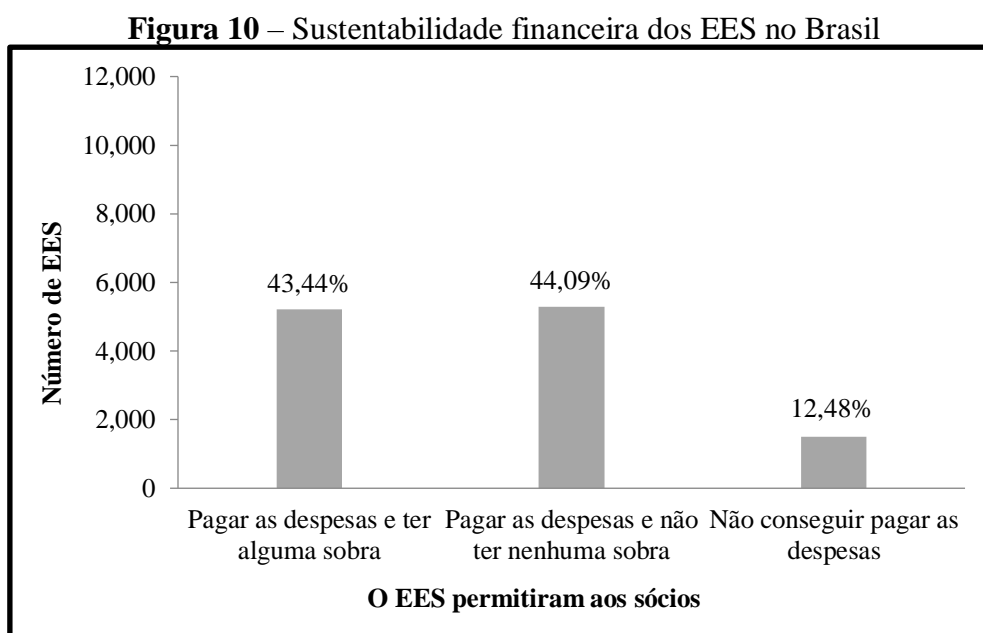


Fonte: Elaboração própria, 2022.

No que tange a forma de organização, 60,56% EES encontram-se associados, 30,54% pertencem ao grupo informal, 8,32% são cooperativas e 0,58% se enquadram como sociedade mercantil. Tal cenário demonstra que uma boa parte dos EES no País está no mercado informal, o

que, segundo Pezzi (2005), pode ser um possível fator que dificulta o efetivo acesso ao crédito, pelo menos em termos de bancos públicos e privados, ressaltando a importância dos bancos comunitários e cooperativas solidárias. Entretanto, como demonstra as estatísticas, o maior percentual dos EES está associado, o que, segundo pesquisa realizada por Neri e Geovanini (2005), tende a contribuir para o acesso ao crédito.

Em relação à renda, observando a Figura 10, nota-se que 43,44% dos EES conseguiram pagar suas despesas e ter sobras, 44,09% conseguiram pagar as despesas, porém não obtiveram sobras, e apenas 12,48% não conseguiram pagar suas despesas. Os dados indicam que, no geral, os EES apresentam potencial de sustentabilidade econômica para seus sócios.



Fonte: Elaboração própria, 2022.

No que se refere à contratação de serviços gerenciais de terceiros, como assessoria, contabilidade, finanças, administração e representação comercial, apenas 5,62% do total de EES contrataram tal tipo de serviço. Entretanto, ao serem questionados se obtiveram algum apoio, assessoria ou capacitação, 61,68% dos EES responderam ter recebido, indicando que boa parte dos empreendimentos tiveram algum tipo de apoio, o que poderia ser um ponto positivo para obtenção do crédito, de acordo com a literatura referenciada, anteriormente, e com o tipo de apoio recebido.

Tal cenário se confirma ao se analisar o universo dos EES que obtiveram o acesso ao crédito tendo este acesso ao apoio, os dados mostram que o percentual de acesso foi de 75,12%, enquanto que do universo dos que acessaram o crédito não possuindo acesso ao apoio foi de 24,87%, o que confirma a importância do acesso ao apoio pelo universo dos EES no País.

Adiante, segundo os dados quanto ao tipo do apoio⁸, 60,63% afirmaram ter recebido assistência técnica ou gerencial, 56,55% qualificação profissional, 32,71% formação sócio-política, 23,89% elaboração de projetos, 16,09% assessoria na constituição ou formalização, 13,90% diagnóstico, planejamento e análise, 12,57% assessoria em marketing, 9,71% assistência jurídica e 4,60% na incubação.

Ao perguntar sobre a origem do apoio⁹, os resultados da pesquisa junto aos EES demonstram que 32,03% foram das prefeituras, 29,52% do governo estadual e 28,56% foram do sistema “S”, como Sebrai, SESCOOP e demais, sendo estes os atores com mais expressividade na atuação do apoio, assessoria e capacitação para com os EES.

Quanto a articulação, apenas 17,79% dos EES indicaram estar vinculados a redes e 59,26% afirmaram participar de movimentos sociais e populares, o que demonstra que grande parte dos EES estão politicamente articulados. Este fato sugere a necessidade da articulação estabelecer ações para que promovam políticas direcionadas ao crédito, tanto em termos de condições como de acesso.

Partindo agora para o gênero dos sócios dos EES, a Tabela 4 evidencia que o percentual de homens sócios é maior que a de mulheres sócias, apresentando respectivamente 57,06% e 42,93%. Quando analisado a média tem-se que a média de mulheres por empreendimento é de 29 enquanto que a média de homens por empreendimento é de 39.

Para além, outro resultado que a Tabela 4 evidencia é que os dados para gênero apresentam um coeficiente de variação bem alto o que indica, portanto, uma alta dispersão e dados heterogêneos, tal dispersão pode ser verificada também pelos altos valores do desvio padrão. Quando analisado os valores de mínimo e máximo vemos que para mulheres sócias ao mesmo tempo em que temos EES com nenhuma mulher tem-se EES com até 5000 mulheres sócias, o que apresenta uma alta dispersão dos dados, quando analisado homens sócios tal dispersão se torna ainda mais expressiva, com base na Tabela 4 podemos perceber que o valor mínimo foi de 0 e o máximo de 12.000, indicando que ao mesmo tempo em que se tem EES com nenhum homem sócio tem-se EES com até 12.000 homens sócios, destacando assim a natureza heterogênea de tais dados.

Tabela 4 – Classificação dos EES por gênero

Classificação do EES	Nº de sócios	Percentual de sócios	Média	Desvio Padrão	Min.	Máx.	Coefficiente de variação CV= (s/x)*100
Mulher sócia	401.354	42,93%	29	114.317	0	5000	392,19%
Homem sócio	533.529	57,06%	39	204.9762	0	12000	525,58%
Total	934.883	100%	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria, 2022.

⁸ A variável natureza do apoio permitia que mais de uma opção fosse assinalada pelos EES.

⁹ A variável quem forneceu o apoio permitia que mais de uma opção fosse assinalada pelos EES.

Uma vez apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis selecionadas, já foi possível ter um panorama das principais características dos EES. O subtópico a seguir traz os resultados da aplicação do modelo logit. Além disso, é verificada a validação dos modelos e logo após identificados e analisados os fatores que explicam a busca pelo crédito pelos EES e os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no País.

6.2. Análise dos fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no Brasil: uma aplicação do modelo de regressão Logit

Inicialmente, para a construção do modelo de regressão logística, procedeu-se com a validação dos modelos através da análise da multicolinearidade e da qualidade do ajustamento com a análise do índice de razão de verossimilhança, o Count R^2 e a curva de ROC.

Uma vez validado os modelos, partiu-se para a estimação e análise destes, para identificar os fatores determinantes da busca pelo crédito pelos EES e os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no País.

6.2.1. Validação dos modelos

Com a finalidade de garantir a qualidade do ajuste do modelo, evitando a presença da heterocedasticidade, é adotada tanto no primeiro modelo quanto no segundo, a medida de erros padrão robustos de White, que tem como objetivo corrigir a presença de heterocedasticidade e garantir que os erros padrão sejam melhores estimados (GUJARATI; PORTER, 2011).

Adiante, buscou-se avaliar a multicolinearidade, que é a presença de forte correlação linear entre as variáveis explicativas do modelo, ou seja, “O problema da multicolinearidade existe quando há uma dependência linear exata ou aproximada entre as covariáveis do modelo” (RIBEIRO, 2015). Uma das formas de testar a sua presença é a utilização do VIF, que é o fator de inflação da variância, sendo assim, o VIF mede o número de variâncias inflacionadas ocasionadas pela multicolinearidade. A Tabela 5 a seguir demonstra como pode ser analisada a classificação do valor obtido pelo VIF.

Tabela 5– Classificação da multicolinearidade: Teste VIF

VIF	Multicolinearidade
< 5	Fraca
[5;10]	Moderada
≥ 10	Severa

Fonte: Nakamura (2013, p.25).

Desta forma, com vista a identificar a multicolinearidade, procedeu-se com o teste VIF, os resultados obtidos pelo teste tanto do primeiro modelo que é buscou crédito, quanto do segundo que é conseguiu crédito encontram-se na Tabela 6.

Verifica-se em ambos os modelos, com base na Tabela 6, que das 17 variáveis apenas a categoria adultos da variável faixa etária teve um valor de VIF maior que 10, indicando uma multicolinearidade severa desta variável. A grande parte das variáveis dos modelos apresentou multicolinearidade fraca.

Tabela 6 – Resultados do teste VIF para os modelos estimados

Variáveis	VIF Modelo 1	VIF Modelo 2
REGIAO		
Sul	2.43	2.88
Centro-oeste	1.78	2.17
Nordeste	4.27	6.78
Norte	2.37	3.84
SIT		
Em implantação	1.08	1.07
Em reestruturação	1.08	1.08
AREAT		
Urbana	3.96	2.95
Rural e Urbana	1.38	1.36
INTERNET	2.14	2.28
MULHERSOCIA	5.52	4.66
RACA		
Negro	5.71	7.00
Amarelo	1.06	1.09
Indígena	1.17	1.17
POVO	1.31	1.35
CATS		
Artesãos	2.96	2.01
Artistas	1.11	1.10
Assentados de reforma agrária	1.16	1.19
Catadores de materiais recicláveis	1.30	1.23
Profissionais de nível superior	1.09	1.10
Trabalhadores autônomos	1.54	1.39
Desempregados	1.30	1.25
ETA		
Adultos	12.04	12.44
Idosos	1.50	1.37
ORG		
Associação	3.96	5.50
Cooperativa	1.54	2.04
Sociedade mercantil	1.03	1.09
REDE	1.31	1.41
FATURAMENTO	1.02	1.11
APOIO	2.83	3.35
RESULATIV		
Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	2.05	2.14
Não conseguir pagar as despesas	1.33	1.46
PARTMOVS	2.79	3.52
SERVGEREN	1.15	1.27
ANOINICIO	1.73	1.57
MÉDIA VIF	2.35	2.57

Fonte: Resultados da pesquisa, 2022.

Para os casos em que a multicolinearidade apresenta um alto valor, comumente, é indicado que esta seja excluída do modelo, exceto para os casos em que a variável é importante para explicação do modelo, uma vez que sua exclusão também pode levar o problema de omissão de variáveis importantes, como visto na metodologia. Sendo assim, optou-se por manter a variável

faixa etária por ser considerado um importante fator que possa explicar a capacidade de acesso ao crédito.

Quanto à significância estatística do primeiro modelo, os dados da Tabela 9 demonstram que o modelo foi bastante significativo, obtendo um valor de 667.10 pela razão da verossimilhança, o que significa que conjuntamente os coeficientes angulares são diferentes de zero. O segundo modelo estimado também apresentou significância estatística, com um valor de 257.51 pela razão da verossimilhança, com os coeficientes angulares também diferentes de zero, como apresentado na Tabela 10.

Para além, ainda com a finalidade de avaliar a qualidade do ajustamento dos modelos estimados, o teste de Count R^2 é indicado por Gujarati (2011), uma vez que, como mencionado na metodologia, tal teste se adéqua melhor aos modelos de regressão binários como o logit. Sendo assim, o cálculo do Count R^2 é dado pela razão do número de previsões corretas sobre o número total de previsões, calculando-se assim a qualidade de ajustamento do modelo.

Ao calcular o Count R^2 do primeiro modelo, correspondente ao “buscou crédito”, tem-se que o valor da significância global foi de 76,49%, indicando que o modelo estimou 76,49% das previsões corretamente, o que denota uma boa qualidade de ajustamento. Quanto ao modelo 2, referente a “conseguiu crédito”, o valor obtido foi de 62,14%, ou seja, a porcentagem das previsões feitas corretamente do modelo foi 62,14%, o que também indica um bom ajustamento.

Para além da análise da significância global do modelo, o teste do Count R^2 permite ainda a análise da sensibilidade e da especificidade. Os resultados do primeiro modelo quanto a sensibilidade foi de 4,65%, o que indica a taxa de acerto para apenas aqueles que foram evento ao ponto de *cutoff* de 0,50, ou seja, daqueles que buscaram o acesso ao crédito. Ao analisar a especificidade do primeiro modelo, os dados revelam que a taxa de acerto dos que não foram evento, portanto, dos que não buscaram o acesso ao crédito, foi de 98,74%. Resumidamente, isso quer dizer que a estimação deste primeiro modelo é melhor para prever os EES que não foram evento pela variável dependente, ou seja, dos EES que não buscaram o acesso ao crédito.

Tabela 7- Teste Count R^2 : Modelo 1

Classificado	EES que buscou o crédito	EES que não buscou o crédito	Total	% de acerto
EES que buscou o crédito	137	112	249	55,02%
EES que não buscou o crédito	2.631	8.785	11.416	76,95%
Total	2.768	8.897	11.665	76,49%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2022.

Já quanto ao número de previsões corretas, ainda no que se refere o primeiro modelo, pode-se ver, com base na Tabela 7, que o modelo previu corretamente 55,02% dentre os EES que

buscaram o acesso ao crédito e 76,95% dentre os EES não buscaram o acesso ao crédito, indicando, portanto, como visto anteriormente, que o modelo é melhor para os EES que não buscaram o acesso ao crédito.

Já quanto ao segundo modelo, a sensibilidade foi de 64,07%, o que indica a taxa de acerto para apenas aqueles que foram evento ao ponto de *cutoff* de 0,50, ou seja, daqueles que buscaram e obtiveram o acesso ao crédito. Ao analisar a especificidade do segundo modelo, os dados revelam que a taxa de acerto dos que não foram evento, portanto, dos que buscaram o acesso ao crédito e não obtiveram foi de 60,24%. Resumidamente, isso quer dizer que a estimação deste segundo modelo apesar de ser melhor para prever os EES que foram evento pela variável dependente, ou seja, dos EES que buscaram o acesso ao crédito e obtiveram, também possui uma boa capacidade de explicação para os que não foram evento, ou seja, para os que buscaram e não obtiveram o acesso ao crédito.

Já quanto ao número de previsões corretas, ainda no que se refere ao segundo modelo, pode-se ver, com base na Tabela 8, que o modelo previu corretamente 61,29% dentre os EES que buscaram e obtiveram o acesso ao crédito e 40,55% dentre os EES que buscaram e não obtiveram o acesso ao crédito, indicando, portanto, que o modelo é melhor para os EES que buscaram e obtiveram o acesso ao crédito.

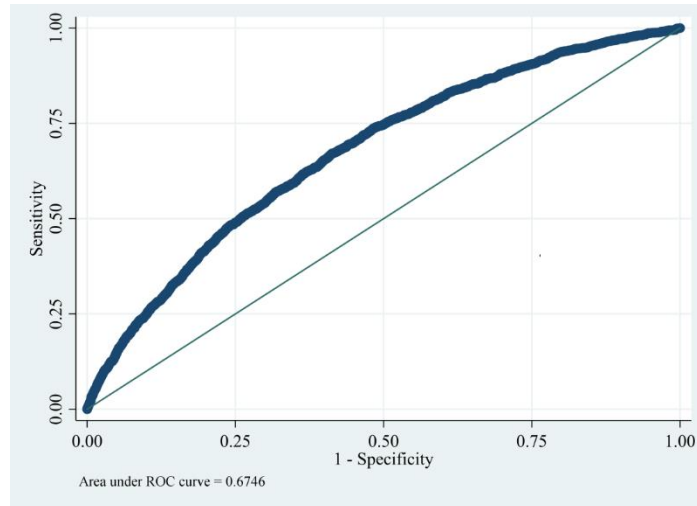
Tabela 8- Teste Count R²: Modelo 2

Classificado	EES que buscou o crédito e obteve	EES buscou o crédito e não obteve	Total	% de acerto
EES que buscou o crédito e obteve	879	555	1.434	61,29%
EES buscou o crédito e não obteve	493	841	1.334	40,55%
Total	1.372	1.396	2.768	62,14%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2022.

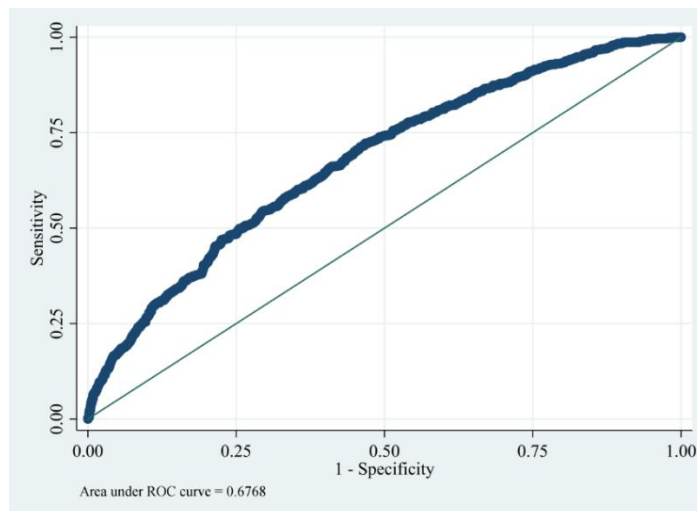
Ainda com base na verificação da qualidade do modelo, é indicado para análise nos casos de regressão logística binária a curva *Receiver Operating Characteristic*, conhecida como curva ROC, permitindo assim a análise da significância estatística global a diferentes pontos de *cutoff*. Quanto maior a área abaixo da curva, maior é a eficiência global da previsão do modelo (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

A Figura 11 a seguir traz a curva ROC para o primeiro modelo, com base em tal curva, pode-se perceber que o valor da área da curva foi de 67,46%, indicando, portanto, uma boa eficiência global.

Figura 11- Curva ROC: primeiro modelo

Fonte: Resultados da pesquisa, 2022.

Quanto a curva ROC do segundo modelo, esta encontra-se na Figura 12, com base em tal curva, observa-se que o valor da área da curva foi de 67,68%, indicando, assim como no primeiro modelo, uma boa eficiência global.

Figura 12- Curva ROC: segundo modelo

Fonte: Resultados da pesquisa, 2022.

Sendo assim, ao avaliar a qualidade do ajustamento de ambos os modelos, pode-se perceber que ambos apresentam uma boa qualidade de ajustamento, ao ser verificado a multicolinearidade, adotado critérios para evitar a presença de heterocedasticidade e por fim avaliado a capacidade de previsões corretas de cada modelo.

6.2.2. Fatores determinantes da busca pelo crédito pelos EES no Brasil

Com vista a identificar e analisar os fatores que podem explicar a busca pelo crédito pelos EES no País, este primeiro modelo logit é estruturado, tendo como variável dependente a variável *buscoucred*, sendo uma variável binária, em que se atribui 0 aos EES que não buscaram crédito e 1 aos EES que buscaram crédito. Cabe destacar que, a estimação inicial deste modelo com os resultados em termos da estimação logística, ou seja, sem os valores dos coeficientes suscetíveis ainda a análise de sua magnitude encontra-se no Apêndice A.

Apesar de não se conseguir analisar a magnitude dos valores dos parâmetros das variáveis explicativas sobre a variável dependente através do resultado da estimação logit que se encontra completo no Apêndice A, os parâmetros estimados, apresentados na segunda coluna da Tabela 9, podem ser utilizados para análise de seu sinal. De acordo com os procedimentos de estimação, os valores positivos nos indicam que o logaritmo das chances está aumentando e valores negativos que o logaritmo das chances está diminuindo. Portanto, o sinal positivo ou negativo nos mostra a relação que a variável X_i apresentará para com a variável de análise, que é *buscoucred*. Há que frisar ainda que no caso de variáveis categóricas tal análise dos sinais é sempre feita com relação a sua categoria base.

Para analisar a significância estatística de cada variável explicativa do modelo é utilizada a estatística *Z*, também conhecida como estatística de Wald, que se encontra na sexta coluna da Tabela 9, em que valores de $P > |z|$ menores que 0,05 e 0,1 nos permite, respectivamente, rejeitar a hipótese nula com uma margem de 95% e 90% de chances de que o coeficiente seja igual a 0.

Sendo assim, com base na sexta coluna da Tabela 9 pode-se perceber que as variáveis: situação atual do empreendimento, área de atuação, raça, faturamento mensal, ano de início e as categorias artistas, catadores de materiais recicláveis, profissionais de nível superior e desempregados da variável categoria social não foram estatisticamente significativas.

Como apresentado, anteriormente, a variável situação atual do empreendimento foi uma variável não estatisticamente significativa, isto demonstra que o fato do EES estar em implantação ou em reestruturação não é estatisticamente diferente se comparado com a categoria base de análise da variável situação atual do empreendimento, que é estar em funcionamento, ao se referir a busca do crédito. Em outras palavras, pode-se dizer que o fato de o EES estar em implantação ou em reestruturação não interfere na busca pelo crédito se comparado aos EES que se encontram em funcionamento.

O mesmo ocorre com o caso da área de atuação, em que as categorias urbana e rural e urbana também não apresentaram significância estatística, ou seja, isto nos permite dizer que estar situado na área urbana ou rural e urbana não é estatisticamente diferente de estar situado na área rural no processo de busca pelo crédito.

Tabela 9- Resultados da aplicação do modelo logit em termos de chances a favor: Fatores da busca pelo crédito pelos EES

Variáveis explicativas (Xi)	Resultado da estimação logit ¹	Resultados em termos da razão de probabilidades				
	Estimativas dos parâmetros (β_x)	Odds Ratio	(Antilog-1)* 100	Valor Z	P> z	Std. Err.
REGIAO						
Sul	0.4649	1.5918	59,18	4.31	0.000*	0.1718
Centro-oeste	0.5918	1.8073	80,73	5.21	0.000*	0.2052
Nordeste	0.8323	2.2986	129,86	8.83	0.000*	0.2167
Norte	1.0803	2.9456	194,56	10.54	0.000*	0.3019
SIT						
Em implantação	-0.1817	0.8338	16,62	-1.15	0.251 ^{ns}	0.1318
Em reestruturação	-0.0421	0.9586	4,14	-0.38	0.702 ^{ns}	0.1056
AREAT						
Urbana	-0.0874	0.9162	8,38	-1.09	0.274 ^{ns}	0.7329
Rural e Urbana	-0.0344	0.9661	3,39	-0.43	0.665 ^{ns}	0.7669
INTERNET	0.2627	1.3005	30,05	5.00	0.000*	0.0684
MULHERSOCIA	-0.0043	0.9956	0,44	-4.89	0.000*	0.0008
RACA						
Negro	0.0499	1.0511	5,11	0.71	0.476 ^{ns}	0.7359
Amarelo	0.3173	1.3734	37,34	1.41	0.160 ^{ns}	0.3101
Indígena	-0.1423	0.8672	13,28	-0.60	0.547 ^{ns}	0.2051
POVO	0.1199	1.1274	12,74	1.70	0.090**	0.0797
CATS						
Artesãos	-0.3450	0.7081	29,19	-3.67	0.000*	0.0665
Artistas	-0.2933	0.7457	25,43	-1.16	0.245 ^{ns}	0.1883
Assentados de reforma agrária	0.1617	1.1755	17,55	1.71	0.087**	0.1110
Catadores de materiais recicláveis	-0.1360	0.8728	12,72	-0.79	0.431 ^{ns}	0.1509
Profissionais de nível superior	-0.2089	0.8114	18,86	-0.87	0.385 ^{ns}	0.1953
Trabalhadores autônomos	-0.3137	0.7306	26,94	-2.77	0.006*	0.0827
Desempregados	-0.0385	0.9621	3,79	-0.27	0.784 ^{ns}	0.1353
ETA						
Adultos	-0.2098	0.8106	18,94	-1.93	0.054**	0.0881
Idosos	-0.5096	0.6006	39,94	-3.12	0.002*	0.9826
ORG						
Associação	0.2726	1.3134	31,34	4.22	0.000*	0.8484
Cooperativa	0.6346	1.8862	88,62	6.76	0.000*	0.1770
Sociedade mercantil	1.3876	4.0053	300,53	5.35	0.000*	1.0386
REDE	0.3152	1.3705	37,05	5.37	0.000*	0.0804
FATURAMENTO	4.44e-08	1	0	0.90	0.366 ^{ns}	4.92e-08
APOIO	0.3019	1.3525	35,25	6.04	0.000*	0.6764
RESULATIV						
Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	0.1740	1.1901	19,01	3.48	0.000*	0.5950
Não conseguir pagar as despesas	0.3919	1.4799	47,99	5.55	0.000*	0.1045
PARTMOVS	0.2509	1.2852	28,52	4.99	0.000*	0.6462
SERVGEREN	0.4530	1.5730	57,30	5.26	0.000*	0.1355
ANOINICIO	-0.1095	0.9806	1,94	-0.37	0.708 ^{ns}	0.5132
CONSTANTE	-2.2933	0.1009	89,91	-13.29	0.000*	0.1741

Fonte: Resultados da pesquisa

¹ O resultado completo da estimação em termos da variação logit encontra-se no Apêndice A.

Notas: Pseudo R² = 0.0627 Wald chi²(40) = 667.10 Prob > chi² = 0.0000

** significativo ao nível de 10%, *significativo ao nível de 5%, *ns* não significativo.

Quando se analisa a questão da raça, observa-se que o fato de o sócio ser negro, amarelo ou indígena não é estatisticamente diferente do sócio ser branco, quando se refere à questão da busca pelo crédito. Ou seja, neste caso, portanto, a variável raça não interfere na busca pelo acesso ao crédito.

A variável faturamento também não apresentou significância estatística, indicando que o rendimento mensal do EES não interfere na busca pelo crédito. Quando se compara com os resultados obtidos da pesquisa realizada com a abordagem do não-recurso para o caso do Pronaf,

pelos autores Cazella, Capellesso e Schneider (2020), verifica-se uma interessante colocação, uma vez que os resultados da pesquisa pelos autores demonstraram que o caso do predomínio do não-recurso do programa estava associado ao aspecto da não demanda, como a aversão ao risco, falta de interesse e demais.

Isto mostra, portanto, que o fato de o EES buscar ou não buscar o crédito não está necessariamente associado a questão de sua renda, como visto em estudos como o de Moraes (2005) acerca do microcrédito. Tais fatores da busca podem expandir, assim, para o universo de questões mais subjetivas ressaltadas no estudo de Cazella, Capellesso e Schneider (2020).

O ano de início do empreendimento também foi uma variável que não apresentou significância estatística, indicando desta forma que tal fator não afeta na busca pelo crédito pelos EES. Por fim, quanto às variáveis não estatisticamente significativas, têm-se as categorias artistas, catadores de materiais recicláveis, profissionais de nível superior e desempregados, indicando que tais categorias sociais não são estatisticamente diferentes de sua respectiva categoria base de análise, que é a de agricultores familiares.

Partindo agora para análise das variáveis que foram estatisticamente significativas, ou seja, que interferem na busca pelo crédito, verifica-se que as variáveis região, internet, povo, assentados de reforma agrária da categoria social, forma de organização, rede, apoio, resultados das atividades econômicas, participação em movimentos sociais e contratação de serviços gerenciais apresentaram sinal positivo em relação a variável explicativa, indicando que o logaritmo das chances de se buscar o crédito aumenta com o aumento destas variáveis.

Já a variável mulher sócia, as categorias sociais artesãos e trabalhadores autônomos, a faixa etária e a constante do modelo apresentaram sinal negativo em relação a variável explicativa, indicando que o logaritmo das chances diminui com o aumento destas variáveis.

Uma vez apresentada a relação positiva e negativa das variáveis explicativas que apresentaram significância estatística, volta-se para a análise dos resultados da coluna três e quatro da Tabela 9, que traz os valores em termos de chances de o EES ter buscado o crédito, frente a variável de controle.

A começar com os resultados obtidos quanto à localização dos EES, verifica-se que o fato de o empreendimento estar localizado na região sul, centro-oeste, nordeste e norte aumenta respectivamente em 59,18%, 80,73%, 129,86% e 194,56% as chances deste em buscar o crédito quando comparado com a região sudeste. No caso das regiões nordeste e norte, tal relação se demonstra mais expressiva, uma vez que, como demonstra a Tabela 9, as chances de um EES buscar crédito nestas duas regiões do País aumentam respectivamente em 2,3 a 3 vezes se comparadas à região sudeste.

Tal relação evidencia desta maneira as características que remetem o desenvolvimento econômico regional desigual do País, uma vez que as regiões nordeste e norte são menos desenvolvidas economicamente se comparadas à região sudeste (AMPARO, 2014), tornando, assim, a busca pelo crédito mais expressiva nestas duas regiões. Junto a isto, com base na estatística descritiva desenvolvida nos subtópicos anteriores deste estudo, pode-se perceber também que as regiões nordeste e norte foram as regiões que mais indicaram a necessidade do financiamento, o que vai ao encontro com suas maiores chances de busca pelo crédito, quando comparado a região sudeste.

Ao analisar o fator de acesso a internet, tem-se que o fato de o EES ter acesso a internet aumenta em 30,05% as chances do empreendimento buscar o crédito, conforme Tabela 9. Uma vez que a internet tende a potencializar a capacidade de acesso às informações, os empreendimentos que não possuem o acesso tendem a ter menos chances de obterem informações. Este resultado vai ao encontro de estudos como os de Aoki e Badalotti (2014), que identificam com base na análise das linhas de crédito públicas Proger e BNDES/Finame que grande parte das MPE's não acessam o crédito por não terem informações sobre as linhas de créditos disponíveis.

Outro resultado interessante quanto à busca pelo crédito pelos EES diz respeito à variável povo, que remete aos EES que pertencem a algum povo ou comunidade tradicional. Os dados revelam que o fato do EES pertencer a algum povo aumenta em 12,74% as chances dos EES buscarem o acesso ao crédito, frente aos que não pertencem. Os resultados também indicam que o fato do EES participar de algum movimento social aumenta as chances em 28,52% de o empreendimento buscar o crédito. O que demonstra desta forma que o fato de o EES estar socialmente articulado aumenta suas chances na busca pelo crédito.

Partindo para forma de organização, tem-se que o fato de o empreendimento pertencer a uma associação, cooperativa e sociedade mercantil aumenta, respectivamente, em 31,34%, 88,62% e 300,53% as chances do EES em buscar o crédito, quando comparados ao grupo informal. Note-se que sociedade mercantil apresenta um valor expressivo, indicando por sua vez que estando o EES organizado na forma de sociedade mercantil aumenta-se em 4 vezes as chances de buscar o crédito, quando comparado ao grupo informal.

Sendo assim, tem-se que EES classificados como grupo informal tem menos chances de buscar o crédito se comparado as demais formas de organização. Esta relação pode ser explicada pelo fato de que dada a informalidade fatores como excesso de garantia envolvida e documentações exigidas podem ser um fator de inibição na busca pelo crédito, o que se verifica em estudos acerca das MPE's realizados por Morais (2005), Silva (2007) e Salm (2019).

A articulação em rede foi outra variável que apresentou relação positiva com o fato de o EES buscar o crédito, indicando que os empreendimentos que estão articulados têm 37,05% de

chances a mais que os EES que não se encontram articulados em buscarem o crédito. Este resultado indica a importância do papel das redes de relações no processo de busca pelo crédito para os EES, seja no incentivo ou até mesmo em orientações sobre a busca (GAIGER, 2007; FRANÇA FILHO, 2008).

O fato de o EES receber algum tipo de apoio, assessoria ou capacitação se relacionou positivamente com a busca do crédito, indicando que as chances de buscar o crédito aumentam em 35,25% frente aos que não obtiveram apoio. Outra variável que se mostrou positivamente relacionada foi a servgeren, indicando que os EES que contrataram algum tipo de serviço gerencial de terceiros, como assessoria, contabilidade, finanças, possuem uma chance de 57,30% maior se comparado aos EES que não contrataram. Ambas relações podem ser explicadas pelo fato de que, ao receber algum tipo de apoio ou contratar algum tipo de serviço gerencial, o empreendimento pode obter tanto um incentivo a buscar o crédito quanto orientações para o processo de sua busca (PEZZI, 2005; OLIVEIRA; ROCHA, 2006; AOKI; BADALOTTI, 2014).

Quando se analisa a variável resulativ, que traz informações sobre o que os resultados da atividade econômica dos EES permitiram aos sócios, verifica-se que os EES que não conseguiram pagar suas despesas e os que conseguiram pagar as despesas sem ter nenhuma sobra apresentam respectivamente uma chance de 47,99% e 19,01% maior de buscar o crédito quando comparados aos EES que conseguiram pagar suas despesas e ter alguma sobra, ou seja, tal cenário mostra que o fato de o empreendimento não conseguir pagar suas despesas ou até mesmo não ter sobras faz com que a busca pelo crédito se torne uma alternativa.

Partindo agora para o fator categoria social, observa-se que assentados de reforma agrária possuem uma chance de 17,55% maior de buscar o crédito quando comparados aos agricultores familiares. Entretanto, as categorias sociais referentes aos artesãos e trabalhadores autônomos apresentaram uma relação negativa com a variável de controle, indicando que estes possuem menores chances de buscar o crédito respectivamente de 29,19% e 26,94% se comparados aos agricultores familiares. Este resultado pode estar relacionado ao fato de haver uma linha crédito com condições mais favoráveis aos produtores familiares e específica para assentados de reforma agrária, que consiste no Pronaf. Além disso, por se tratar de uma linha de crédito do setor público, possui visibilidade maior.

Analisando agora o fator da proporção de mulheres sócias, observa-se que este também apresenta relação negativa com a busca pelo crédito, como demonstra a Tabela 9. As mulheres sócias têm 0,44% menores chances de buscar o crédito se comparadas aos homens sócios. Apesar de ter apresentado uma baixa magnitude, tal relação não deixa de ser significativa, indicando que as mulheres possuem menos chances de buscar o acesso ao crédito. Tal relação pode se dar pelo próprio cenário de acesso ao crédito, uma vez que estudos, como os de Cerruci (2016), indicam que

tal acesso pelo mercado financeiro convencional para as mulheres tende a ser mais restrito, podendo ser um fato que alimenta o receio a busca pelo crédito.

Por fim, o fator faixa etária, também, apresentou-se significativo, indicando que adultos e idosos possuem respectivamente 18,94% e 39,94% menos chances de buscar o crédito se comparado a categoria de controle, que foi a dos jovens. Esse resultado pode estar associado aos jovens estarem iniciando seus empreendimentos mais conectados às redes, o que facilita a obtenção de informações, propiciando o interesse pelo financiamento.

Com vista a identificar e analisar os fatores que podem explicar a busca pelo crédito pelos EES no País, este primeiro modelo foi estruturado, trazendo interessantes resultados como apresentados anteriormente, dos quais alguns vão ao encontro com a literatura das MPE's e outros são identificados para além desta.

Portanto, este primeiro modelo contribui para a compreensão do universo de acesso ao crédito pelos EES no País, uma vez que, para que se tenha o acesso ou não, é necessário inicialmente que o empreendimento o busque. Desta forma, entender as principais características tanto dos sócios quanto do EES no que se refere a busca pelo crédito, como visto neste subtópico, auxilia a atingir o objetivo geral desta pesquisa, que por sua vez é identificar e analisar os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no Brasil, conforme é desenvolvido na sequência.

6.2.2.1. Uma análise de cenários da busca pelo crédito

Complementar à análise dada pela razão de chances, também, conhecida como *odds ratio*, realizada no subtópico anterior, a interpretação da magnitude de cada variável independente em relação a variável dependente pode ser interpretada ainda a partir do cálculo dos efeitos marginais (dy/dx) da probabilidade P_i em relação as variáveis explicativas (X_i), fornecendo assim o efeito marginal. Desta forma, este subtópico tem como objetivo analisar cenários com vista a compreender os fatores condicionantes da busca pelo crédito pelos EES no Brasil, de forma a complementar a análise da razão de chances realizada anteriormente.

Para a análise dos cenários foram selecionadas as variáveis estatisticamente significativas do modelo logit estruturado, apresentado na Tabela 9, anteriormente. A elaboração de cenários pode contribuir para a análise, uma vez que o cálculo do efeito marginal das variáveis independentes selecionadas fornece a probabilidade de ocorrência do evento, que neste caso é a probabilidade de o EES com determinadas características selecionadas busque o acesso ao crédito.

O primeiro cenário estruturado remete ao papel do apoio no processo de busca pelo crédito pelos EES no Brasil. Os dados revelam que a probabilidade de o EES buscar o acesso ao crédito,

tendo contratado algum tipo de serviço gerencial de terceiros e ter tido acesso ao apoio é de 33,78%, enquanto que EES que não contratam algum tipo de serviço gerencial de terceiros e não tem acesso ao apoio possuem 20,08% de buscar o acesso ao crédito.

Ao adicionar o fator mulher sócia, tem-se que a probabilidade de o EES buscar o acesso ao crédito sendo mulher sócia e obtendo acesso ao apoio é de 25,30%, enquanto probabilidade de o EES buscar o crédito sendo mulher sócia e não obtendo apoio é de 20,28%.

Comparando o cenário anterior com este último, denota-se que a presença da mulher, mesmo com apoio, tende a retrain a busca pelo crédito, caindo as chances de 33,78% para 25,3%.

Tal resultado encontrado demonstra desta forma a importância da atuação do apoio no processo da busca do crédito pelos EES no Brasil, resultado este que vai ao encontro com pesquisas como de Zica, Martins e Chaves (2008), que ressaltam que a falta de informação adequada é apontada como o principal fator da não concessão do crédito pela ótica dos bancos.

Outro cenário interessante de analisar diz respeito ao fator da informalidade, tal ponto é bastante enfatizado pela literatura como um fator dificultador da concessão de crédito, quando se trata principalmente dos bancos públicos e privados, como apontam Pezzi (2005) e Bedê (2004).

Os resultados do cenário para a informalidade vão ao encontro com a literatura, ao passo em que os dados revelam que a probabilidade de EES buscar o acesso ao crédito pertencendo ao grupo informal e não possuindo acesso a apoio é de 16,90%, enquanto que a probabilidade de buscar o acesso ao crédito pertencendo ao grupo informal e tendo acesso a apoio é de 21,36%, desta maneira pode-se perceber com a estruturação deste cenário que para além do fator informalidade que fez com que a probabilidade de buscar o crédito fosse pequena, ao se adicionar o fator apoio, pode-se perceber que a probabilidade de busca aumenta dentre os EES classificados como informais, o que reforça a importância do apoio para estes EES no processo de busca pelo crédito, mas ainda permanece baixo.

Para além, ainda no que se refere o fator da informalidade, de forma a enriquecer a análise, três cenários são ainda estruturados, selecionando determinadas características dos EES com vista a compreender como tais características influenciam no processo de busca pelo crédito.

O primeiro cenário é composto por EES com as características: pertencer ao grupo informal, estar situado na região nordeste, não apresentar sustentabilidade econômica e não ter acesso a internet. Os EES com estas características possuem 24,35% de probabilidade de buscar o crédito. Estas características selecionadas para o cenário são fatores indicados por Moraes (2005) como fatores que dificultam o processo de busca ao crédito como a falta de garantias, falta de informações, receio de ter dificuldades de efetivar o pagamento e demais fatores, o que vai ao encontro com a baixa probabilidade encontrada neste cenário.

Partindo para o segundo cenário, ao adicionar o fator mulher sócia no primeiro cenário, tendo, portanto, o EES as seguintes características: pertencer ao grupo informal, estar situado na região nordeste, não apresentar sustentabilidade econômica, não ter acesso a internet e ser mulher sócia, tem-se que estes obtêm 24,14% de probabilidade de buscarem o acesso ao crédito. Pode-se perceber desta forma que o cenário de uma baixa probabilidade de buscar o acesso ao crédito se mantém como no primeiro.

O terceiro cenário, que remete a informalidade, traz a probabilidade de o EES buscar o acesso ao crédito pertencendo ao grupo informal, à categoria social de catadores de materiais recicláveis e não ter obtido acesso ao apoio, obtendo apenas 16,04% de probabilidade de buscar o crédito. Neste cenário, pode-se perceber que EES com estas características tem uma baixa probabilidade de buscar o crédito, tal cenário pode se dar pelo fato da informalidade e a falta de informações como já indicado por Zica, Martins e Chaves (2008).

O acesso ao apoio e à informação muita das vezes tende a vir quando os EES encontram-se organizados em associações ou cooperativas (NERI; GIOVANINI, 2005). Como discutido anteriormente, o papel do apoio e da contratação de serviços gerenciais são fatores que contribuem para a busca pelo acesso ao crédito. Junto a estes fatores, a articulação em rede também é indicada como um fator que tende a trazer não só a sustentabilidade dos empreendimentos, como a informatização (GAIGER, 2007), característica fundamental para a busca do crédito.

E é pensando nestes fatores que dois cenários são estruturados, o primeiro é composto pela probabilidade de o EES buscar o acesso ao crédito estando situado na região sudeste, pertencer a uma associação, ter acesso à internet, estar articulado em rede e ter obtido apoio, o resultado da pesquisa indica que este possui 20,97% de probabilidade de buscar o acesso ao crédito.

A probabilidade de buscar o crédito aumenta no segundo cenário, sendo este formado pelos EES que estão situados na região sul, pertencentes a associação, ter contratado algum tipo de serviço gerencial de terceiros e apresentar sustentabilidade econômica, apresentando assim uma probabilidade de 25,09% de buscar o crédito.

Estes dois cenários estruturados contém os principais fatores considerados como importantes promotores na busca pelo crédito. Quando comparado aos cenários anteriores que remetem aos EES pertencentes ao grupo informal, pode-se perceber que as probabilidades de busca ao crédito são bem próximas, não possuindo assim uma discrepância.

Todavia, a probabilidade de buscar o crédito aumenta quando se passa a ter o seguinte cenário: o EES ser classificado como sociedade mercantil, estar situado na região nordeste, ter contratado algum tipo de serviço gerencial de terceiros e não apresentar sustentabilidade econômica. Neste contexto, o EES obtém uma probabilidade de 56,84% de buscar o acesso ao crédito. Tal resultado pode se justificar pela característica da forma de organização como sociedade

mercantil e pela sua característica de não apresentar sustentabilidade econômica, podendo indicar, portanto, a necessidade da busca pelo crédito ter aumentado se comparado aos demais cenários apresentados.

Desta forma, com base nestes cenários estruturados, pode-se perceber que o papel do apoio e a contratação de algum tipo de serviço gerencial de terceiros foram dos principais pontos que se destacaram no processo de busca pelo crédito pelos EES. Este resultado vai ao encontro de outros resultados verificados na literatura, ao elencar a informação, o apoio e a assistência técnica como fundamentais para que o empreendimento busque o acesso ao crédito.

6.2.3. Fatores do acesso ao crédito pelos EES no Brasil

Com vista a identificar e analisar os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no País, um segundo modelo logit é estruturado, tendo como variável dependente, portanto, a variável *consegcred*, sendo uma variável binária, em que se atribui 0 aos EES que buscaram o crédito e não obtiveram e 1 aos EES que buscaram crédito e obtiveram.

Desta forma, com vista a analisar os resultados dos coeficientes estimados, a Tabela 10 traz a aplicação dos resultados em termos da razão das probabilidades, que, como mencionado em seção anterior, é definida pela probabilidade de ocorrência de um evento sobre a probabilidade de não ocorrência. No caso da estimação deste segundo modelo, se dá pela probabilidade do EES conseguir o crédito sobre a probabilidade de não conseguir.

Há que destacar que, a estimação inicial deste segundo modelo com os resultados em termos da estimação logística, ou seja, sem os valores dos coeficientes suscetíveis ainda a análise de sua magnitude encontra-se no Apêndice B.

Para analisar a significância estatística de cada variável explicativa do modelo, é utilizada a estatística *Z*, assim como no primeiro modelo, que se encontra na sexta coluna da Tabela 10, em que valores de $P > |z|$ menores que 0,05 e 0,1 nos permite respectivamente rejeitar a hipótese nula com uma margem de 95% e 90% de chances de que o coeficiente seja igual a 0.

Sendo assim, com base na sexta coluna da Tabela 10, pode-se perceber que a categoria norte da variável região, a categoria em implantação da situação atual do empreendimento, urbana que se refere a área de atuação do EES, internet, mulher sócia, as categorias amarelo e indígena da variável raça, povo, as categorias artesãos, artistas, profissionais de nível superior e trabalhadores autônomos da variável categoria social, faixa etária dos sócios, faturamento, a categoria pagar as despesas e não ter nenhuma sobra da variável resultados da atividade econômica, participação de movimentos sociais e ano de início não foram estatisticamente significativas.

Tabela 10- Resultados da aplicação do modelo logit em termos de chances a favor: Fatores do acesso ao crédito pelos EES

Variáveis explicativas (X _i)	Resultado da estimação logit ¹	Resultados em termos da razão de probabilidades				
	Estimativas dos parâmetros (β_x)	Odds Ratio	(Antilog-1)* 100	Valor Z	P> z	Std. Err.
REGIAO						
Sul	0.8340	2.3025	130,25	3,99	0.000*	0.4811
Centro-oeste	-0.5389	0.5833	41,67	-2.54	0.011*	0.1239
Nordeste	0.3001	1.3500	35,00	1.73	0.083**	0.2337
Norte	0.1634	1.1775	17,75	0.90	0.370 ^{ns}	0.2145
SIT						
Em implantação	0.1024	1.1078	10,78	0.37	0.713 ^{ns}	0.3088
Em reestruturação	-0.4632	0.6292	37,08	-2.32	0.020*	0.1254
AREAT						
Urbana	0.0127	1.0128	1,28	0.09	0.929 ^{ns}	0.1439
Rural e Urbana	-0.3554	0.7008	29,92	-2.51	0.012*	0.0991
INTERNET	-0.0035	0.9964	0,36	-0.04	0.970 ^{ns}	0.0951
MULHERSOCIA	-0.0005	0.9994	0,06	-0.30	0.762 ^{ns}	0.0016
RACA						
Negro	-0.2166	0.8052	19,48	-1.71	0.087**	0.1019
Amarelo	-0.2000	0.8186	18,14	-0.54	0.592 ^{ns}	0.3058
Indígena	0.0067	1.0068	0,68	0.02	0.987 ^{ns}	0.4247
POVO	-0.0389	0.9618	3,82	-0.31	0.753 ^{ns}	0.4247
CATS						
Artesãos	0.0163	1.0165	1,65	0.10	0.923 ^{ns}	0.1731
Artistas	-0.1232	0.8840	11,60	-0.28	0.782 ^{ns}	0.3935
Assentados de reforma agrária	-0.3786	0.6848	31,52	-2.26	0.024*	0.1148
Catadores de materiais recicláveis	-0.5607	0.5707	42,93	-1.79	0.074*	0.1792
Profissionais de nível superior	-0.5429	0.5810	41,90	-1.32	0.188 ^{ns}	0.2394
Trabalhadores autônomos	-0.0274	0.9728	2,72	-0.13	0.893 ^{ns}	0.1993
Desempregados	-0.6355	0.5296	47,04	-2.34	0.019*	0.1438
ETA						
Adultos	0.0188	1.0190	1,90	0.11	0.916 ^{ns}	0.1819
Idosos	-0.1460	0.8641	13,59	-0.49	0.627 ^{ns}	0.2593
ORG						
Associação	-0.3544	0.7015	29,85	-2.95	0.003*	0.0842
Cooperativa	-0.5258	0.5910	40,90	-3.15	0.002*	0.0987
Sociedade mercantil	0.8562	2.3542	135,42	1.79	0.074**	1.1285
REDE	0.3059	1.3578	35,78	2.94	0.003*	0.1411
FATURAMENTO	1.83e-07	1	0	0.58	0.559 ^{ns}	3.13e-07
APOIO	0.6598	1.9344	93,44	7.26	0.000*	0.1757
RESULATIV						
Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	-0.0073	0.9926	0,74	-0.08	0.935 ^{ns}	0.8936
Não conseguir pagar as despesas	-0.4254	0.6534	34,66	-3.43	0.001*	0.8095
PARTMOVS	0.0981	1.1030	10,30	1.06	0.288 ^{ns}	0.1018
SERVGEREN	0.6490	1.9137	91,37	4.22	0.000*	0.2946
ANOINICIO	-0.1578	0.8539	14,61	-1.72	0.085**	0.0783
CONSTANTE	-0.2011	0.8177	18,23	-0.68	0.499 ^{ns}	0.2435

Fonte: Resultados da pesquisa

¹ O resultado completo da estimação em termos da variação logit encontra-se no Apêndice B.

Notas: Pseudo R² = 0.0756 Wald chi2(40) = 258.11 Prob > chi2 = 0.0000

** significativo ao nível de 10%, *significativo ao nível de 5%, *ns* não significativo.

Quando comparado ao primeiro modelo, percebe-se que o segundo modelo tem um maior quantitativo de variáveis não estatisticamente significativas, entretanto, o fato de uma variável não ser estatisticamente significativa também é uma resposta, como visto na análise dos resultados do primeiro modelo.

Sendo assim, a começar pela análise de tais variáveis, tem-se que a região norte não foi estatisticamente significativa, isto demonstra que o fato do EES estar situado na região norte não é estatisticamente diferente se comparado aqueles EES localizados na região sudeste, categoria base da variável região. Ou seja, a partir de tais dados, pode-se inferir que o fato de o EES estar localizado na região norte não interfere no acesso ao crédito quando comparado aos EES localizados na região sudeste. Este cenário se difere ao se comparar ao resultado obtido no primeiro modelo, no qual pode-se perceber que o fato de estar localizado na região norte aumentava as chances de o EES buscar o acesso ao crédito se comparado ao sudeste.

Adiante, ao analisar a categoria em implantação da variável sit, que diz respeito à situação atual do empreendimento, verifica-se também que esta variável não foi estatisticamente significativa, indicando, portanto, que o fato do empreendimento estar em implantação não afeta a capacidade deste em acessar o crédito, quando comparado aos EES que se encontram em funcionamento. O que faz um contraponto com a literatura, que remete às MPE's, uma vez que negócios que estão no início de seu funcionamento tendem a ter mais dificuldades em acessar o crédito, quando comparados àqueles que já se encontram estruturados (MORAIS, 2005; OLIVEIRA; ROCHA, 2006; AOKI; BADALOTTI, 2014; SALM, 2019).

Quanto a área de atuação, observa-se que a categoria urbana não foi estatisticamente significativa, isto nos permite dizer que estar situado na área urbana não é estatisticamente diferente de estar situado na área rural no processo de acesso ao crédito. Entretanto, a variável rural e urbana foi estatisticamente significativa, indicando que os EES que se encontram situados na área rural e urbana possuem 29,92% menos chances de acessar o crédito, quando comparados aos EES localizados exclusivamente na área urbana. Tal relação é interessante, pois coloca em ênfase a questão da territorialidade no debate do acesso ao crédito e os desafios do acesso ao crédito aos EES conjuntamente rurais e urbanos, ao demonstrar que os EES inseridos no território urbano tem mais chances de acessar o crédito.

A variável internet foi outra variável que não apresentou significância estatística, indicando, portanto, que o acesso à internet pelos EES não afeta na capacidade de acessar o crédito. Cenário este que se difere na busca pelo crédito, em que se identificou que EES que possuem acesso à internet tem mais chances de buscarem o crédito.

Outra variável que não apresentou significância estatística foi a variável mulher sócia, indicando desta forma que a proporção de mulheres sócias dos EES não afeta a capacidade de acessar o crédito, ou seja, não se pode afirmar que a proporção de mulheres sócias aumenta ou diminui as chances de o EES obter o acesso ao crédito. Ao comparar este resultado ao que traz na literatura referenciada anteriormente, verifica-se uma incongruência, posto que na literatura obter

recursos financeiros no mercado convencional por mulheres é mais difícil do que para homens, apresentando assim um contraponto com os resultados da pesquisa (SUCUPIRA; BRAGA, 2010).

Em termos de idade, foi identificado em estudos acerca das MPE's, a exemplo de Neri e Giovanini (2005), como um fator que afeta a capacidade de acesso ao crédito, indicando que o aumento na idade diminui as chances em obter o acesso ao crédito. Todavia, no caso dos EES, este cenário não é identificado, uma vez que os dados da Tabela 10 revelam que a variável faixa etária não foi estatisticamente significativa, demonstrando que o fato de o sócio ser adulto ou idoso não interfere no acesso ao crédito quando comparado aos sócios classificados como jovens.

O faturamento também identificado na literatura das MPE's como um fator que afeta o acesso ao crédito (OLIVEIRA; ROCHA, 2006) não foi identificado para o caso dos EES, uma vez que esta variável não apresentou significância estatística, indicando, portanto, que o faturamento não afeta na capacidade de acesso ao crédito aos EES.

A categoria pagar as despesas e não ter sobras, da variável o que os resultados permitiram, também não foi estatisticamente significativa, indicando que o fato de o EES conseguir pagar as despesas e não ter sobras não afeta na capacidade de acessar o crédito quando comparado aos EES que conseguem pagar as despesas e ter sobras. Este resultado era esperado, uma vez que apesar de não ter sobras tal categoria de análise comporta os EES que conseguiram pagar suas despesas, o que se aproxima da categoria de análise, sendo esta pagar as despesas e ter sobras.

Quanto à categoria social, observa-se, com base na Tabela 10, que os artesãos, artistas, profissionais de nível superior e trabalhadores autônomos não foram estatisticamente significativos, indicando desta forma que tais categorias não são estatisticamente diferentes se comparadas a categoria base, que são os agricultores familiares. Ou seja, a partir de tais dados pode-se inferir que o fato de o EES ser caracterizado como artesãos, artistas, profissionais de nível superior e trabalhadores autônomos não interfere no acesso ao crédito, quando comparado aos EES caracterizados como agricultores familiares.

Para além, as variáveis povo e participação em movimentos sociais também foram variáveis não estatisticamente significativas, indicando desta forma que o fato deste pertencer a algum povo ou comunidade tradicional e o fato de pertencer a algum movimento social não afeta no acesso ao crédito.

As categorias amarelo e indígena da variável raça também não foram estatisticamente significativas, indicando desta forma que o fato de o sócio ser amarelo ou indígena não afeta no acesso ao crédito, quando comparado a categoria base de análise, que são os sócios brancos. Entretanto, apesar das categorias amarelo e indígena não terem obtido significância estatística, a categoria negro foi estatisticamente significativa, indicando que o fato de o sócio ser negro faz com

que este tenha 19,48% menos chances de acessar o crédito se comparado aos sócios declarados como brancos.

Partindo para a análise das variáveis estatisticamente significativas, verifica-se com base na Tabela 10 que as regiões sul e nordeste apresentaram relação positiva, indicando que a localização dos EES nestas duas regiões faz com estes tenham respectivamente 130,25% e 35% de chances a mais do que os EES localizados na região sudeste.

Ao relacionar com a literatura de autores que discutem o crédito com enfoque para o rural, estes identificam uma distribuição desigual do acesso ao crédito por região. Zeller e Schiesari (2020), ao analisarem a intensidade do Pronaf, identificaram que, embora a região nordeste seja a que detenha maior quantidade de unidades agrícolas, a maior parcela dos recursos do Pronaf é destinada a região sul. Para os casos dos EES, pode-se perceber um cenário de distribuição desigual do acesso ao crédito, mas, diferente do estudo de Zeller e Schiesari (2020), é mais favorecido nas regiões sul e nordeste do País, frente ao sudeste.

Já a região centro-oeste foi uma variável que apresentou relação negativa, indicando que os EES que estão situados nesta região possuem 41,67% menos chances de acessar o crédito quando comparado a região sudeste. O que faz um contraponto com estudos como os de Assunção e Chein (2007), no qual ao analisarem o crédito rural formal identificaram que as operações de crédito na região centro-sul tendem a ser maiores do que as das regiões norte e nordeste.

O ano de início do empreendimento também foi uma variável significativa, apresentando relação negativa, indicando que quanto mais novo é o empreendimento menores são as chances deste em acessar o crédito. Os dados da Tabela 10 demonstram que empreendimentos que se constituíram após o ano de 2005 possuem 14,61% menos chances de acessar o crédito do que aqueles que foram criados antes de 2005. Tal resultado vai ao encontro com o observado na literatura das MPE's, uma vez que esta demonstra que a idade do negócio interfere no interesse dos bancos em concederem o crédito, fazendo com que empreendimentos mais antigos tenham mais chances de obterem o crédito (MORAIS, 2005; AOKI; BADALOTTI, 2014; SALM, 2019). Essa relação pode ser explicada pela maior segurança que empreendimentos mais antigos passam, por conseguirem se manter por mais tempo no mercado.

Ao analisar a categoria social, tem-se com base na Tabela 10 que assentados de reforma agrária, catadores de materiais recicláveis e desempregados possuem respectivamente 31,52%, 42,93% e 47,04% menos chances de obterem o acesso ao crédito se comparados aos agricultores familiares. Este resultado é corroborado com os resultados obtidos no primeiro modelo, reforçando a ideia de que a existência de um programa de crédito com condições diferenciadas para agricultores familiares pode ser uma explicação para essa diferenciação entre as categorias sociais.

No que concerne à variável resolutiva, que diz respeito aos resultados que o EES permitiu aos sócios, verifica-se com base na Tabela 10 que os EES que não conseguiram pagar suas despesas têm 34,66% menos chances de obterem o acesso ao crédito se comparado a categoria base, que são os EES que conseguiram pagar suas despesas e ter alguma sobra. Este resultado vai ao encontro com os resultados da literatura de MPE's. Como indicado por Morais (2005), negócios que possuem uma saúde financeira melhor tendem a ter mais chances de obter o crédito frente às instituições financeiras.

Quanto à forma de organização, um interessante resultado é obtido, uma vez que foi identificado que os EES que se encontram associados ou cooperativados possuem respectivamente 29,85 e 40,90% menos chances de obter o crédito, quando comparado aos EES do grupo informal. Este resultado se contrapõe com a literatura das MPE's, uma vez que nesta literatura foi identificado que o fato do negócio estar associado a um sindicato, associação ou cooperativa aumenta as chances destes em obterem crédito (NERI; GIOVANINI, 2005; ZELLER; SCHIESARI, 2020). Tal resultado encontrado pode ser explicado pelo fato de que a categoria social que mais acessou o crédito foi a dos agricultores familiares como visto na Tabela 3, que em sua maioria se situam no grupo informal. Tal acesso pode estar alicerçado no fato da existência do PRONAF, que é um crédito em condições mais favoráveis, implantado para os agricultores familiares.

Adiante, a categoria em reestruturação da variável situação atual do empreendimento também foi uma categoria que apresentou relação negativa, indicando, portanto, que o fato de o EES estar em reestruturação faz com que este tenha 37,08% menos chances de obter o acesso ao crédito se comparado aos EES que se encontram em funcionamento. Tal resultado encontrado era esperado, uma vez que, como identificado por Zica, Martins e Chaves (2008), a falta de garantias e documentações por parte dos demandantes é um fator que se torna um obstáculo ao acesso ao crédito pelas MPE's, cenário este que pode ser encontrado nos casos de empreendimentos que se encontram em reestruturação.

Partindo agora para as variáveis que obtiveram relação positiva com o acesso ao crédito, observa-se que estas foram às regiões sul e nordeste como discutido anteriormente, as variáveis rede, apoio, contratação de serviços gerenciais e a categoria sociedade mercantil da variável forma de organização. A começar pela variável rede, foi identificado que EES que encontram-se articulados em redes aumentam em 35,78% suas chances de acessarem o crédito quando comparado aos EES que não encontram-se articulados. Este resultado vai ao encontro com a literatura de EES que indica que a articulação em redes é um potencial mecanismo no acesso ao crédito (GAIGER, 2007; FRANÇA FILHO, 2008).

Quanto a variável apoio, os resultados da pesquisa demonstram que o fato de o EES receber algum tipo de apoio, assessoria ou capacitação aumenta em 93,44% suas chances em acessar o

crédito se comparado aos EES que não recebem o apoio. Este resultado está em concordância tanto com a literatura da economia solidária, com autores como Silva (2016), quanto com a literatura das MPE's, na qual também se verifica que o apoio voltado as microempresas aumentam suas chances em obterem o crédito (AOKI; BADALOTTI, 2014; ZELLER; SCHIESARI, 2020).

Adiante, a variável *servgeren*, que diz respeito ao fato de o empreendimento ter contratado serviços de terceiros como assessoria, contabilidade, finanças, administração e representação comercial, também, apresentou relação positiva, indicando que o fato de o EES contratar serviços gerenciais aumenta 91,37% suas chances em obter o acesso ao crédito se comparado aos EES que não contrataram tais serviços. Este resultado conflui para os resultados verificados na literatura das MPE's, uma vez que a baixa qualidade de práticas contábeis e financeiras de grande parte das MPE's tendem a afetar a capacidade de acesso ao crédito (PEZZI, 2005; MEIRA, 2005; OLIVEIRA; ROCHA, 2006; MARTINS; CHAVES, 2008).

Por fim, a categoria sociedade mercantil da variável forma de organização também apresentou relação significativa positiva, indicando que EES que encontram-se organizados como sociedade mercantil em seu estatuto aumentam em 135,42% suas chances de acessar o crédito quando comparado ao grupo informal. Resumidamente, estar organizado como sociedade mercantil aumenta em 2,4 vezes as chances do EES em obter o acesso ao crédito, quando comparado ao grupo informal. Desta forma, diferentemente dos resultados obtidos nos casos das categorias associação e cooperativa, que apresentaram relação negativa, os resultados encontrados quanto à categoria da sociedade mercantil vão ao encontro com a literatura das MPE's, como os estudos de Neri (2005) e Zeller e Schiesari (2020).

6.2.3.1. Uma análise de cenários do acesso ao crédito

Assim como foi feito no primeiro modelo – a busca por acessar o crédito – para esse segundo modelo de acesso ou não ao crédito, também, foi realizada a interpretação da magnitude das variáveis selecionadas pelo cálculo dos efeitos marginais (dy/dx) da probabilidade P_i em relação as variáveis explicativas (X_i), fornecendo assim o efeito marginal. Desta forma, este subtópico tem como objetivo analisar cenários com vista a compreender os fatores condicionantes do acesso ao crédito pelos EES no Brasil, de forma a complementar a análise da razão de chances realizada anteriormente.

Para a análise dos cenários, seguindo os mesmos procedimentos do modelo anterior, foram selecionadas as variáveis estatisticamente significativas do modelo logit estruturado e apresentado na Tabela 10. A elaboração de cenários pode contribuir desta forma para a análise, ao passo em que o cálculo do efeito marginal das variáveis independentes selecionadas fornece a probabilidade de

ocorrência do evento, que neste caso é a probabilidade de que o EES com determinadas características selecionadas obtenha o acesso ao crédito.

Um dos fatores que afetam o acesso ao crédito considerado pela literatura é o fator idade do empreendimento, pela qual quanto mais antigo é o empreendimento maior são suas chances de conseguir o acesso ao crédito (OLIVEIRA; ROCHA, 2006; AOKI; BADALOTTI, 2014; SALM, 2019).

E é pensando neste fator que o primeiro cenário é estruturado, os resultados da pesquisa demonstram que a probabilidade de o EES conseguir o acesso ao crédito tendo o empreendimento iniciado suas atividades entre os anos de 2005 e 2013, sendo, portanto, mais novo é de 47,11%, enquanto que a probabilidade de o EES conseguir o acesso ao crédito tendo o empreendimento iniciado suas atividades entre os anos de 1885 e 2005 é de 50,66%. Desta forma, pode-se notar que tal resultado vai ao encontro com a literatura, demonstrando que EES mais antigos possuem maior probabilidade de acessar ao crédito quando comparado aos EES mais novos.

Para além do fator idade do empreendimento, o fator apoio também é um fator bastante enfatizado pela literatura como promotor do acesso ao crédito (ZICA; MARTINS; CHAVES, 2008; AOKI; BADALOTTI, 2014; SILVA, 2016; ZELLER; SCHIESARI, 2020), uma vez que o acesso a algum tipo de apoio ou assessoria pode contribuir com o acesso à informatização, à qualificação ao planejamento e demais ações que tendem a favorecer no processo de obtenção do crédito.

O cenário para o fator apoio indica que a probabilidade de o EES acessar o crédito tendo este contratado algum tipo de serviço gerencial de terceiros e ter tido acesso ao apoio é de 45,90%. Por outro lado, a probabilidade de o EES obter o crédito não tendo contratado algum tipo de serviço gerencial de terceiros e não ter tido acesso ao apoio é de 37,92%, ou seja, EES que tem acesso a algum tipo de apoio ou assessoria possuem maior probabilidade de acessar o crédito, estando em consonância com a literatura.

Adiante, o fator da informalidade também é um fator importante a ser discutido, sobretudo para os EES onde 30,54% da amostra desta pesquisa é composta por EES pertencentes ao grupo informal. Pesquisas como as de Bedê (2004) e de Pezzi (2005) indicam que dentre as dificuldades de acesso aos empréstimos bancários, sobretudo os tradicionais, o fator da informalidade é um dos pontos marcantes no processo de restrição do crédito.

O cenário acerca da informalidade para os EES indica que, a probabilidade de o empreendimento conseguir o acesso ao crédito pertencendo ao grupo informal é de 56,19%, quando comparado as outras formas de organização, tem-se que a probabilidade para os EES que se encontram associados, cooperativados e em sociedade mercantil são, respectivamente, de 48,21%, 44,36%, 73,64%. Este cenário encontrado é bem interessante uma vez que demonstra que o grupo

informal é o segundo colocado quanto à probabilidade de acessar o crédito, o que de certa forma se contrapõe ao previsto pela literatura.

Ao relacionar o fator apoio no cenário da informalidade, obtém-se alterações expressivas na probabilidade. Seguindo nesta direção, tem-se que a probabilidade do EES conseguir o acesso ao crédito pertencendo ao grupo informal, porém, não obtendo acesso ao apoio, passa a ser de 45,90%, enquanto que a probabilidade de o EES conseguir o acesso ao crédito pertencendo ao grupo informal e obtendo acesso ao apoio foi de 61,04%, o que é bem maior quando comparado aos EES que não obtiveram o acesso ao apoio. Desta forma, tal cenário estruturado reforça mais uma vez a importância do papel do apoio e assessoria para os EES no País.

O próximo cenário formulado traz agora elementos como a regionalidade, o acesso ao apoio e serviços gerenciais e o acesso à internet como forma de analisar como tais características influenciam no processo de acesso ao crédito pelos EES no País. Ao formular o cenário para os EES que encontram-se situados na região nordeste, não possuindo algum tipo de apoio, não tendo contratado algum tipo de serviço gerencial de terceiros e não possuindo acesso à internet os resultados da pesquisa identificam que a probabilidade para estes EES com estas características acessem o crédito é de 38,79%.

Já para os EES situados na região sudeste, com acesso a apoio, tendo contratado algum tipo de serviço gerencial de terceiros e possuindo acesso à internet, a probabilidade é de 62,55%. Portanto, uma probabilidade bem maior quando comparada a do cenário anterior. Tal resultado coloca em evidência o quanto os fatores localidade, apoio e internet afetam a capacidade de acessar o crédito pelos EES no País. O que mais uma vez apresenta-se congruente com estudos e pesquisas, como as de Pezzi (2005), ao destacar a importância de aspectos como o apoio, informatização e boas práticas contábeis para os negócios. E de estudos como os de Neri e Giovanini (2005), ao argumentar em seu estudo o aspecto da localização, indicando que o fato de o negócio estar situado em regiões metropolitanas apresenta-se uma vantagem de acesso ao crédito, quando comparado às cidades menores.

Para além dos fatores da regionalidade, do acesso a serviços gerenciais e da forma de organização como visto nos cenários anteriores, fatores como o acesso a redes também é um aspecto relevante discutido sobretudo na literatura dos EES, uma vez que tal acesso a redes tende a promover a informatização e o fortalecimento dos EES, fazendo com que suas chances de acessar o crédito sejam maiores (GAIGER, 2007; FRANÇA FILHO, 2008).

O aspecto da sustentabilidade econômica também é um fator decisivo para o acesso ao crédito especialmente no caso de instituições financeiras convencionais, como demonstram pesquisas como a de Oliveira e Rocha (2006). Pensando nestes fatores indicados pela literatura que dois cenários foram formulados.

O primeiro cenário estruturado fornece a probabilidade de um EES acessar o crédito possuindo as seguintes características: pertencer ao grupo informal, estar situado na região nordeste, não ter contratado algum tipo de serviço gerencial de terceiros, não estar articulado em redes e não apresentar sustentabilidade econômica. O resultado foi a probabilidade de 46,37%.

Já o segundo cenário traz a probabilidade de o EES acessar o crédito sendo este associado, situado na região sul, ter contratado algum tipo de serviço gerencial de terceiros, estar articulado em redes e apresentar sustentabilidade econômica. Neste caso, o resultado apresentado foi de 79,51% de probabilidade de conseguir o acesso ao crédito. Pode-se observar desta maneira que, a probabilidade foi bem maior quando comparado ao cenário anterior, indicando assim que aspectos como a localização do EES, serviços gerenciais contratados, forma de organização, articulação em redes e a saúde econômica do empreendimento afetam em sua capacidade de acessar o crédito.

Visando captar a influência da região geográfica, foi se estruturado o mesmo cenário anterior alterando somente a região sobre a qual o EES encontra-se. A começar pela região nordeste, os resultados indicaram que a probabilidade de o EES conseguir o acesso ao crédito estando este situado na região nordeste, estar associado, ter contratado algum tipo de serviço gerencial de terceiros, estar articulado em redes e apresentar sustentabilidade econômica é de 69,85%, enquanto que EES com estas mesmas características estando porém situados nas regiões norte, sudeste e centro-oeste as probabilidades são respectivamente de: 67,01%, 63,45% e 50,86%.

Com base em tais cenários fica evidente a importância não só de fatores como a contratação de serviços gerenciais, participação de associações, articulação em redes e a sustentabilidade econômica, mais como também o aspecto da localização do EES, uma vez que como visto nos cenários estruturados apesar de ambos possuírem as mesmas características consideradas pela literatura como importantes para o acesso, pode-se perceber que ao alterar o fator região, a probabilidade dos EES em acessar o crédito foram diferentes, sendo mais favorável portanto para os situados na região sul e menos ao situados na região centro-oeste. Sendo assim, tais cenários evidenciam portanto a capacidade da localização na influência do acesso ao crédito pelos EES.

Por fim, buscou-se ainda a estruturação de cenários com um recorte para os EES rurais, em específico os caracterizados como agricultores familiares, tal recorte busca verificar se o cenário para os EES desta pesquisa está em consonância com estudos como os de Zeller e Schiesari (2020) acerca do Pronaf. Neste estudo, os autores identificam que embora a região nordeste do país seja a que possui maior quantidade de unidades agrícolas a maior parcela de recursos do Pronaf é destinada a região sul, onde os produtores familiares são economicamente mais estruturados, reforçando desigualdade regional.

Desta maneira, ao estruturar o cenário para os EES que encontram-se situados na região nordeste e são classificados como agricultores familiares, a probabilidade encontrada destes EES

em acessar o crédito foi de 52,37%, enquanto que a probabilidade do EES em acessar o crédito estando situado na região sul e sendo classificado como agricultor familiar foi de 64,51%. Tal cenário identificado vai ao encontro, portanto, com as pesquisas de Zeller e Schiesari (2020) para o caso do Pronaf.

Interessante destacar ainda que, ao adicionar o fator acesso ao apoio para o cenário dos EES situados na região nordeste e pertencentes a categoria social de agricultores familiares, a probabilidade de acessar o crédito vai para 57,38%, o que mais uma vez reforça a importância do papel do apoio e assessoria para estes EES.

Diante do exposto, pode-se perceber que diversos são os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no País, dentre estes, dois fatores se destacaram: o apoio e os serviços gerenciais de terceiros. Com base na estruturação dos cenários para os EES, estes dois fatores apresentaram-se como de grande relevância para a promoção do acesso ao crédito, cenário este também verificado no processo de busca pelo crédito, como visto nos subtópicos anteriores.

Sendo assim, seja pela busca ou pelo acesso ao crédito, ações que incentivem o acesso ao apoio e a contratação de serviços gerenciais mostram-se relevantes proposições ao se pensar no acesso ao crédito ao universo dos EES no País.

7. CONCLUSÃO

A economia solidária no Brasil é marcada pela diversidade não só pelas suas formas de organização, mas também pelas disparidades regionais presentes tanto no plano econômico, social e cultural. No campo acadêmico tal conceito apresenta-se uma pluralidade de definições, fazendo com que não se tenha uma clara uniformidade em seu conceito. É dada sua relevância que a economia solidária nos últimos anos tem se feito presente em diversas áreas como na economia, sociologia, administração e demais.

O entendimento da economia solidária neste estudo se norteou pela compreensão desta como um conjunto de práticas econômicas que se estruturam por princípios autogestionários, coletivos e democráticos, se inscreve assim em uma lógica que difere da dinâmica capitalista e manifesta-se sobre múltiplas formas.

Com o passar dos anos, a economia solidária e os EES, que são por sua vez organizações que se norteiam sobre os princípios da economia solidária, passam a ser palco de diversas pautas de debate, como inclusão socioeconômica, saúde mental, sustentabilidade ambiental e diversos outros temas, dentre estes temas o acesso ao crédito tem se inserido como um debate promissor, pois permite o diálogo com conceitos relevantes, como território e desenvolvimento socioeconômico.

O debate do acesso ao crédito se inscreve, assim, enquanto um instrumento que possui a potencialidade de promoção do desenvolvimento socioeconômico, uma vez que este tende a promover tanto a perspectiva econômica quanto a social, através da inclusão da população excluída da dinâmica financeira. Tal importância se coloca sobretudo quando pensado para ao público do EES no Brasil que apresentaram com base nos dados da pesquisa dificuldades em acessar o crédito.

Desta maneira, ações que visem o acesso ao crédito aos EES no País reverberariam assim em práticas voltadas para a promoção e fortalecimento destes, o que tende a impulsionar o desenvolvimento socioeconômico mediante uma dupla via, sendo elas: por meio do crédito e por meio da economia solidária.

E é sobre este contexto que a discussão do acesso ao crédito aos EES, no Brasil, se apresentou de suma importância, sendo pouco explorado até então. Deste modo, este estudo buscou contribuir tanto para discussão acadêmica do campo, quanto para formulação de políticas públicas voltadas a estratégias de desenvolvimento solidárias, ao apresentar enquanto objetivo geral analisar os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no Brasil.

Sendo assim, em seus objetivos específicos o estudo buscou tecer o debate da importância da economia solidária, dos EES e do acesso ao crédito para o desenvolvimento socioeconômico, buscou-se também identificar com base na literatura de micro e pequenas empresas os principais fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito no Brasil com a finalidade de trazer um

comparativo com os resultados obtidos pelos EES já que o formato organizacional das micro e pequenas empresas é um dos que mais se assemelham ao dos EES, e por fim buscou-se identificar e analisar os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no Brasil, a partir dos microdados da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Os principais resultados encontrados acerca dos fatores determinantes da busca pelo crédito pelos EES indicaram que o fato de o empreendimento possuir acesso à internet, estar articulado em redes, não apresentar sustentabilidade financeira e ter tido acesso a apoio aumentavam suas chances de buscar tal acesso. O formato organizacional também se destacou no processo da busca, uma vez que os resultados encontrados demonstraram que EES classificados como associações, cooperativas e sociedade mercantil possuíam mais chances de buscar o acesso ao crédito, quando comparado ao grupo informal.

Para além, a análise de cenários estruturada ainda para este primeiro modelo reforçou a importância do acesso ao apoio, da contratação de serviços gerenciais e da articulação em redes para o processo da busca por crédito pelos EES, uma vez que a presença de tais fatores aumentava a probabilidade do EES em buscar o crédito. Tal cenário evidenciou, assim, a importância de tais fatores ao promoverem a informatização e o auxílio no processo de busca pelo crédito. Desta maneira, este primeiro modelo estruturado ajudou na compreensão das características que remetem aos EES no processo de acesso ao crédito.

Já quanto ao segundo modelo estruturado acerca dos fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES, os principais resultados encontrados demonstraram que o formato organizacional dos EES afeta na sua capacidade em acessar o crédito uma vez que EES classificados como associação ou cooperativa possuíam menores chances de acessar o crédito quando comparado ao grupo informal. O ano de início do empreendimento também foi uma variável que indicou afetar a capacidade de acesso ao crédito, sendo identificado por este estudo que EES mais antigos possuem mais chances de obterem o crédito, quando comparado aos EES mais novos.

Junto a estes fatores, os resultados da pesquisa ainda evidenciaram que o fato de o EES estar articulado em redes, obter algum tipo de apoio, ter contratado algum tipo de serviço gerencial e apresentar sustentabilidade econômica aumentavam as chances deste em obter o acesso ao crédito. O que também foi verificado pela análise de cenários estruturada para este segundo modelo, pelo qual o acesso ao apoio foi identificado como um fator chave para o acesso ao crédito pelos EES no País.

Com base em tais resultados, pode-se perceber que o acesso a algum tipo de apoio e a contratação de serviços gerenciais de terceiros foram dois fatores que se fizeram presentes

positivamente, tanto para a busca quanto para o acesso aos EES no País. O que reforça a importância de práticas e ações voltadas a estas estratégias.

Em suma, tais resultados encontrados neste estudo ajudaram a compreender os principais fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no País, objetivo proposto nesta pesquisa. Quanto às hipóteses levantadas por este estudo, que foram: dentre os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito estão a forma de organização, o tipo de atividade econômica principal, a articulação em redes, o apoio e a capacitação voltadas aos EES, ambas foram confirmadas pelos resultados encontrados na pesquisa.

Uma vez tendo identificado e analisado os fatores que afetam a capacidade de acesso ao crédito pelos EES no Brasil, este estudo contribuiu, assim, tanto para a discussão acadêmica, ao trazer o debate do crédito enquanto ferramenta para a economia solidária, visando a promoção do desenvolvimento socioeconômico, quanto para a proposição de ações voltadas a estes EES, como uma delas a promoção de ações de apoio, assessoria e capacitação, que se demonstraram afetar positivamente o acesso ao crédito por estes EES, se colocando desta forma como importantes ações de políticas públicas voltadas a este público.

Contudo, apesar de tais contribuições, tal estudo apresenta também determinadas limitações, uma delas diz respeito a base de dados selecionada para a análise, apesar de sua reconhecida importância para o campo da economia solidária, a base de dados trata-se de um mapeamento, o que trás consigo determinadas limitações quanto a representatividade dos dados, quando comparado a outras bases como exemplo um censo demográfico.

Para além, o instrumento de análise de dados selecionado, por se tratar de uma análise quantitativa, deixa de abarcar um universo de compreensões subjetivas que poderiam ser trabalhadas com a realização de entrevistas semiestruturadas, fornecendo também resultados interessantes. Inicialmente, tal pesquisa comportava tal pretensão, todavia em virtude de diversos fatores como a pandemia ocasionada pelo SARS-CoV-2, de certa forma impossibilitou tal realização de entrevistas, o que de fato agregaria complementações interessantes para com os resultados encontrados pela aplicação do modelo lógit nesta pesquisa.

Tal limitação se increve como uma oportunidade de novos estudos acerca da temática, buscando trazer assim o aspecto mais subjetivo do acesso ao crédito pelos EES no País, junto a isto estudos regionais também se demonstram importantes, com vista a captar aspectos territoriais sobre o acesso ao crédito, trazendo assim análises mais focalizadas para a temática. Recortes de análise como o acesso ao crédito aos EES pelas instituições financeiras solidárias como os bancos comunitários e banco do povo também se mostram relevantes. Em suma, por se tratar de um tema relativamente amplo, diversos são os recortes que podem ser realizados sobre a linha de pesquisa deste estudo, tais recortes mencionados são alguns deles.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. V. M. **Uma visão panorâmica do sistema financeiro nacional**. Monografia (Especialização em Gestão Empresarial) – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2010.
- ALVES, J. N. A economia solidária no centro das discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 2, 2016.
- AMPARO, P. P. Os desafios a uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil. **Interações**, v. 15, n. 1, p.175-192, 2014.
- ANJOS, F. S. dos. Abordagem Territorial e Desenvolvimento: tópicos sobre a natureza de um debate inacabado. *In*: BADALOTTI, R. M.; COMERLATTO, D. **Território e Territorialidade e Estratégias de Desenvolvimento Regional**. Passo Fundo: Editora IMED, 2016.
- ANDÍA, R. G. Q. Economía solidaria: ¿utopía o alternativa posible?. **Discursos Del Sur**, n. 6, p.177-189, 2020.
- ANDRADE, R. P.; DEOS, S. A trajetória do Banco do Brasil no período recente, 2001-2006: banco público ou banco estatal “privado”?. **Revista Economia Contemporânea**, v. 13, n. 1, p.47-80, 2009.
- ANES, C. E. R.; DEPONTI, C. M.; AREND, S. C. As racionalidades instrumental e substantiva na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares na região das missões. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 2, p.107-132, 2018.
- AOKI, V. C.G.; BADALOTTI, R. M. Dificuldades e perspectivas no acesso de micro e pequenas empresas a linha de crédito públicas: o caso de Chapecó. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 5, 2014.
- ARROYO J.; SCHUCH F. **Economia popular e solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- ARRUDA, D. O; MARIANI, M. A. P. A construção dos fundamentos conceituais da economia solidária. **Política e Sociedade**, v. 12, n. 25, p.99-129, 2013.
- ASSUNÇÃO, J.; CHEIN, F. Condições de crédito no Brasil rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, 2007.
- ASTLEY, W. G.; VEN, A. H. V. Debates e perspectivas centrais na teoria das organizações. **RAE Clássicos**, v. 45, n. 2, 2005.
- AZEVEDO, F. F; ALIÓ, M. A.; SILVA, R. P. Espacialidade da economia solidária no Brasil. **Revista Bibliográfica de Geografia**, v. 21, n. 1.148, 2016.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Financeiro Nacional**, c2022. Página inicial. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>>. Acesso em: 25 de abr. de 2022.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARONE, F. M.; LIMA, P. F.; DANTAS, V.; REZENDE, V. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BARONE, F. M.; SADER, E. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas, **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 6, 2008.

BARROS, G. F. O papel do microcrédito produtivo orientado para o desenvolvimento da Economia Solidária. *In: Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social*, 7, 2010, Teófilo Otoni, **Anais...**, Minas Gerais, 2010.

BEDÊ, M. A. Gargalos no financiamento dos pequenos negócios no Brasil. *In: SANTOS, C. A. (Org.). Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas*. Brasília: SEBRAE, 2004.

BERNARDINO, A. P. S. Fontes de recursos e atuação do BNDES sob uma perspectiva histórica. **Revista do BNDES**, v. 12, n. 23, p.53-72, 2005.

BRASIL, M. S. **A produção social das utopias: uma análise a partir da economia solidária**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

BRAZ, C. L. R.; CARDOSO, O. L. Economia solidária e redes sociais: antigos fenômenos, novas feições. **Organizações em contexto**, v. 9, n. 17, p.59-77, 2013.

BERTUCCI, J. O. **A produção de sentido e a construção social da economia solidária**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CABRERA, M. D. O. Economía solidaria e interdependencia: aportes desde perspectivas feministas. **Quaderns de Psicologia**, v. 16, n. 1, p.153-165, 2014.

CAÇADOR, S. B. Impactos socioeconômicos do microcrédito: o caso do Nossocrédito no Espírito Santo. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 6, 2014.

CAGNIN, R. D.; PRATES, D. M.; FREITAS, M. C. P.; NOVAIS, L. F. A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012). **Novos Estudos**, 2013.

CAPOBIANGO, R. P. et al. Análise do impacto econômico do crédito rural na microrregião de Pirapora. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 50, n. 4, p. 631-644, dez. 2012.

CARVALHO, C. E.; ABRAMOVAY, R. O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. *In: SANTOS, C. A. (Org.). Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas*. Brasília: SEBRAE, 2004.

CARVALHO, E. F. et al. Empreendimentos econômicos solidários como alternativas de desenvolvimento: mapeamento de ações presentes no médio sertão paraibano. **Revista de Economia Regional Urbana e do Trabalho**, v. 9, n. 1, p.101-124, 2020.

CATTANI, A. D. **La otraeconomía**. Buenos Aires: Altamira, 2004.

CAZELLA, A.; BONNAL, P.; MALUF, R.S. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. *In: CAZELLA, A.; BONNAL, P.; MALUF, R.S. (Orgs). Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, A. J.; SCHNEIDER, S. A abordagem do Não-Recurso a políticas públicas: o caso do crédito rural para a agricultura familiar. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 7, n. 1, 2020.

CEBALLOS, L. M. Economía solidaria: trabajo y comunidad. **Revista Kavilando**, v. 8, n. 2, p.214-217, 2016.

CERRUCCI, I.; ARANHA, M. F. S.; ANJOS, E. G, dos. Uma análise do trabalho nos empreendimentos solidários formados por mulheres. *In*: SILVA, A. F. R, et al. (Orgs). **I Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: diálogo Brasil Cuba**. Feira de Santana, 2016.

COELHO, D. B.; GODOY, A. S. De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p.721-749, 2011. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000300008>>. Acesso em: 08 de jun. 2021.

COSTA, B. A. L.; JESUS P. de. A Economia Solidária no Brasil: Uma trajetória de conformação enquanto movimento social?. **Revista Mundo Do Trabalho Contemporâneo**, v. 2, n. 2, p.241-264, 2017.

COSTA, F. N. Bancos e crédito no Brasil: 1945-2007. **História e Economia Revista Interdisciplinar**, v. 4, n. 2, p. 249-276, 2008.

COSTA, P. A.; CARRION, R. S. M. Situando a Economia Solidária no Campo dos Estudos Organizacionais. **Otra Economía**, v.3, n. 4, p. 66-81, 2009.

COUTINHO, M. C. et al., Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a psicologia em empreendimentos solidários. **Psicologia e Sociedade**, v. 17, n. 1, p.17-28, 2005.

CRUZ, N. B.; JESUS, J. G.; BACHA, C. J. C.; COSTA, E. M. Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 3, 2021.

CULTI, M. N.; KOYAMA, M. A.; TRINDADE, M. Economia solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos. São Paulo: **Todos os Bichos**, 2010.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileira: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, 2011.

DELGADO, N. G.; OLIVEIRA, B. A. A economia solidária: variantes e alguns suportes constitutivos. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 4, 2011.

DIAS, T. F.; SOUZA, W. J. Gestão Social e Economia Solidária: o caso da Associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Feira Agroecológica de Mossoró – Aprofam, Mossoró-RN. **Teoria e Prática em Administração**, v. 4, n. 1, p.261-294, 2014.

DUBENA, P. S.; SELLOS-KNOERR, V. C. Bancos Públicos como instrumento de desenvolvimento e inclusão. **Revista Jurídica**, v. 3, n. 36, p.422-458, 2014.

ETZIONI, A. **Organizações modernas**. São Paulo: Pioneira Editora, 1984.

FALCÃO, J. T. **Composição, definições e características**: sistema financeiro nacional, mercado financeiro, investimentos financeiros e seus participantes. Monografia (Especialização em Auditoria Integral) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Manual de análise dos dados**: estatística e modelagem multivariada com excel, spss e stata. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2017.

FERNANDES, F. V. A economia solidária e o desenvolvimento socioeconômico por meio do microcrédito. **Prima Facie**, v. 7, n. 13, p. 1-45, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/article/view/7243/4343>>. Acesso em: 21 de jun. 2015.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Pouso Alegre: Penso, 2013.

FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. Porto Alegre: Bookman/ Artmed, 2009.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livre Editora, 2005.

FRANÇA FILHO., G. C. de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?. **Cadernos Ebape.Br**, v. 2, n. 1, p. 01-18, 2004.

_____.; LAVILLE, J. L. **Economia Solidária uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____.; CARVALHO, G. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos bancos comunitários. *In*: JÚNIOR, J. T. S *et al.* (Orgs). **Gestão social**: práticas em debate, teorias em construção. Juazeiro do Norte: Imprensa Universitária, 2008.

_____. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 45, p. 219-232, 2008.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. Editora Paz e Terra, 2000.

_____. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 4, p.483-486, 2004.

GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, 2013.

_____. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, p.799-834, 2004.

_____. Conhecer globalmente: um desafio inadiável dos estudos sobre a economia solidária. **Otra Economía**, v. 8, n. 14, p. 99-111, 2014.

_____. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 57-77, 2007.

_____. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Otra Economía**, v. 2, n. 3, 2008.

_____. A economia solidária na contramarcha da pobreza. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 79, p.43-63, 2015.

_____.; KUYVEN, P. S.; OGANDO, C. B.; KAPPES, A. A.; SILVA, J. K. **Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

_____.; FERRARINI, A.; VERONESE, M. O conceito de empreendimento econômico solidário: por uma abordagem gradualista. **Dados**, v. 61, n. 1, p. 137-169, 2018.

_____.; KUYVEN, P. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 3, p. 811-834, 2019.

GALLE, J. M. **O mecanismo de crédito de transmissão da política monetária para diferentes setores e modalidades de crédito no Brasil: 1990-2006**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, M. W; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GERHARDT, T. E; SOUZA, A. C. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 6 ed., 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONZALES, L.; PORTO, L.; DINIZ, E. H. Microcrédito produtivo no Brasil: histórico recente e condicionantes de desenvolvimento. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 22, n. 72, 2017.

GOUVEIA, P. M. L. **Municípios, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: caminho possível para um “outro” desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Economia Social e Solidária) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2009.

GUIMARÃES, A. Q. Iniciativas para a promoção de emprego e renda: políticas públicas, economia solidária e desenvolvimento local. **Ensaio FEE**, v. 32, n. 2, p.313-338, 2011.

GUJARATI, D. N; PORTER, D.C. **Econometria Básica**. 5 ed. Porto Alegre: McGrawHill/Bookman, 2011.

HAIR JR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

IVO, G. A. et al. A expansão do crédito no Brasil: Uma ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico. **Gestão e Regionalidade**, v. 32, n. 95, 2016.

JESUS, P, de. Desarrollo local. CATTANI, A. D. (Org.). *In*: **La otraeconomía**. Buenos Aires: Altamira, 2004, p.125-130.

JORGE, C. T.; MARTINS, N. M. Política fiscal e a desaceleração da economia brasileira no governo Dilma (2010-2012). *In: Associação Keynesiana Brasileira. Dossiê da crise*, 4, 2013, Rio de Janeiro, **Anais...**, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2013/TD_IE_013_2013.pdf>. Acesso em 26 nov. 2021.

JÚNIOR, J. T. S.; RIGO, A. S.; PASSOS, O. A. V. D. Gestão social nas finanças solidárias: reflexões sobre a avaliação da utilidade social dos bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil. **NAU Social**, v. 6, n. 10, p.151-164, 2015.

_____. Bancos comunitários e desenvolvimento territorial: analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias. *In: Conferência Regional de ISTR para a América Latina y El Caribe*, 6, 2007, Salvador, **Anais....**, Bahia, 2007.

_____.; CALOU, A. L.; GONÇALVES, S. M. S. Bancos comunitários e desenvolvimento territorial: analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias. *In: JÚNIOR, J. T. S et al. (Orgs). Gestão social: práticas em debate, teorias em construção*. Juazeiro do Norte: Imprensa Universitária, 2008.

LEAL, L. P.; RIGO, A. S.; ANDRADE, R. N. Finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento: explorando os dados do diagnóstico no nordeste do Brasil. **Repositório IPEA**, n. 60, p.77-85, 2016.

LECHNER, N. Estado, mercado e desenvolvimento na América Latina. **Lua Nova**, n. 28, p.237-248, 1993.

LIMA, T. D.; DEUS, L. N. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. **Revista Cadernos de Economia**, v.17, n. 32, 2013.

LOCKS, P.; GUGLIANO, A. A. Democracia e economia solidária: limitações e potencialidades. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 10, p.41-62, 2013.

LOPES, I. V. et al. Comunicação, economia solidária e desenvolvimento social. **Revista Ciência em Extensão**. V. 12, n. 2, p.26-36, 2016.

MACIEL, H. M. et al. Microcrédito um exemplo de desenvolvimento econômico e social: estudo de caso banco palmas em Fortaleza Ceará. *In: Encontro Nacional de engenharia e desenvolvimento social*, 9, 2012, Natal, **Anais...**, Rio Grande do Norte, 2012.

MANOS, M. G. L. **Sistema Financeiro e Desenvolvimento Econômico: O papel do microcrédito**. Aracajú: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2006.

MARTINS, M.; TOLEDO, D. O discurso da sustentabilidade na economia solidária: o caso do sítio rosa dos ventos-pocinhos do rio verde, Minas Gerais. *In: Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais*, 4, 2016, Porto Alegre, **Anais...**, Rio Grande do Sul, 2016.

MEIRA, L. **A gestão de empreendimentos econômicos solidários: Olhares das ITCPs USP, UFRJ e UNEB**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MISSIO, F. J. et al. Economia popular solidária e precarização das relações de trabalho. **Análise**, v. 18, n. 2, p.5-22, 2007.

MORA, M. A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010. Texto para discussão: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2015. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td2022.pdf>>. Acesso em: 22 de jun. 2021.

MORAIS, J. M. **Crédito bancário no Brasil**: participação das pequenas empresas e condições de acesso. Brasília: CEPAL, 2005.

_____. Empresas de pequeno porte e as condições de acesso ao crédito: falhas de mercado, inadequações legais e condicionantes macroeconômicos. Texto para discussão: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2116/1/TD_1189.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MORETTO, C. F.; GIACCHINI, J. 2006. Do surgimento da teoria do desenvolvimento à concepção de sustentabilidade: velhos e novos enfoques rumo ao desenvolvimento sustentável. *In*: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ambiental, 2005, Passo Fundo, **Anais...**, Rio Grande do Sul: 2005. Disponível em: <http://cepeac.upf.br/download/td_06_2006.pdf> Acesso em: 6 nov. 2021.

MTE/SENAES. **Guia de Orientações e Procedimentos do SIES**. Brasília: MTE/Senaes, 2006.

MTE/SENAES. **Boletim informativo**: Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária – SIES- disponibiliza nova base de dados. Brasília: MTE/Senaes, 2013.

NAGEM, F. A.; SILVA, S. P. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p.159-175, 2013.

NARDO, A. P. V. Sistema Financeiro Brasileiro: a consolidação do sistema bancário a partir de 1994. **A Economia em Revista**, v. 21, n. 1, 2013.

NAKAMURA, K. G. **Multicolinearidade em modelos de regressão logística**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NERI, M. C.; GIOVANINI, F. S. Negócios nanicos, garantias e acesso ao crédito. **Revista Economia Contemporânea**, v. 9, n. 3, p.643-669, 2005.

NINO, M. Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável: da transferência de renda às ações e iniciativas geradoras de renda e riqueza. **Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**, v. 4, n. 2, p.353-376, 2016.

OLIVEIRA, L. H.; SOARES, A. F. O processo de concentração bancária brasileiro: análise setorial do período de 1995 a 2017. **Revista Iniciativa Econômica**, v. 4, n. 2, 2019.

OLIVEIRA, U. R.; ROCHA, H. Dificuldades de acesso ao crédito como entrave ao crescimento sustentável das micro e pequenas empresas: um estudo de novas perspectivas. *In*: Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 3, 2006, Niterói, **Anais...**, Rio de Janeiro, 2006.

ORTIGOZA, S. Vamos privilegiar os mais fracos: a economia solidária brasileira como possibilidade de (re)inserção do território como base do desenvolvimento. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 6, 2014.

PAMPLONA, L. Perspectivas para as ações de apoio à inclusão produtiva do BNDES. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 45, p. 57-83, 2017.

_____. Políticas públicas de geração de trabalho e renda: o desafio da atuação do BNDES na economia solidária. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n.30, p. 63-102, 2009.

PAULA, L. F; LEAL, R. M. Custo do crédito no Brasil: uma avaliação recente. **Indic. Econ. FEE**, v. 34, n. 2, p. 91-102, 2006.

PEREIRA, A. C. Programa nacional de microcrédito produtivo orientado (PNMPO): descrição, resultados e perspectivas. *In*: Seminário Banco Central Microfinanças, 6, 2007, Porto Alegre, **Anais...**, Rio Grande do Sul, 2007.

PEREIRA, T. V. B. M. **Diagnóstico de mercado na aplicação do microcrédito urbano na região do nordeste**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

PEZZI, S. L. **Acesso ao crédito por parte das micro e pequenas empresas brasileiras no período pós-plano real**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PINHEIRO, D. C. Economia solidária: uma revisão teórica a partir dos seus “múltiplos” conceitos. **Revista NAU Social**, v. 3, n. 5, p.85-105, 2013.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Editora Campus, 2000.

REAL, K. S.; RODRIGUES, M. S. Economia solidária: conceitos e princípios norteadores. **Humanidades e Inovação**, v. 5, n. 11, 2018.

RIBEIRO, F. G. **Uso da regressão logística na estimação da probabilidade de reincidência de jovens infratoras**. Monografia (Graduação em Estatística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. de.; LEAL, L. P. Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Política Pública de Finanças Solidárias. **Desenvolvimento em questão**, n. 31, 2015.

ROTSHSCHILD-WHITT, J. The collectivist organization: an alternative to rational-bureaucratic models. **American Sociological Review**, v. 44, p.509-527, 1979.

ROTSHSCHILD, J. The logic of a co-operative economy and democracy 2.0: Recovering the Possibilities for Autonomy, Creativity, Solidarity, and Common Purpose. **The sociological quarterly**, v. 57, n. 1, p.7-35, 2016.

ROVANI, B. P. et al. Desenvolvimento socioeconômico e cooperativismo de crédito no município de Concórdia- SC. **Desenvolvimento em Questão**, n. 52, p.308-323, 2020.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos avançados**, v. 9, n. 25, p.29-63, 1995.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Garamond, 2002.

SALM, J. O financiamento das micro e pequenas empresas e as dificuldades de acesso ao crédito: um levantamento na região metropolitana de Florianópolis-SC, **Monografia** (Graduação em Administração) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina, 2019.

SANTANA, C. A.; GUZMÁN, I. P. R. Uma leitura das finanças solidárias como alternativas de acesso ao crédito para a população de baixa renda. *In: Encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em Administração*, 36, 2012, Rio de Janeiro, **Anais...**, Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, A. F. C., SANTOS, T. L. O microcrédito como ferramenta de desenvolvimento socioeconômico. **Pensamento e Realidade**, v. 32, n. 1, 2017.

SANTOS, B. S.; CHAUI, M. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. Cortez Editora, 2014.

SANTOS, L. M. L.; PELOSI, E. M. Complexidade e Economia Solidária. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 142, p.45-53, 2013.

SCOTT, W. R.; DAVIS, G. F. **Organizations and organizing**. New York: Routledge, 2016.

SCHIOCHET, V. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. **Repositório IPEA**, n. 40. p. 55-59, 2009.

SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento econômico**. Editora Nova Cultural, 1997.

SECURATO, J. R; FAMÁ, R. Um procedimento para decisão de crédito pelos bancos. **Revista de Administração Contemporânea- RAC**, São Paulo, v. 1, n. 1, 1997.

SEGUNDO, J. J. M. N.; MAGALHÃES, S. Bancos Comunitários. **Repositório IPEA**, n.41, p. 21-26, 2009.

SELA, V. M.; SELA, F. E. R.; COSTA, S. C. A importância do microcrédito para o desenvolvimento econômico e social: um estudo sobre as contribuições proporcionadas pelo Banco do Povo de Maringá aos tomadores de microcrédito. *In: Encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em Administração*, 30, 2006, Salvador, **Anais...**, Bahia, 2006.

SELAN, B. **Sistema financeiro nacional e os mercados financeiros**. Rio de Janeiro: SESES, 2014.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, v. 37, n. 2, p.18-30, 1997.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico. **Desenvolvimento em questão**, n. 1, p.45-71, 2003.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos avançados**, v. 18, n. 51, p. 7-22, 2004.

SILVA, S. P. Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil. Texto para discussão: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29291>. Acesso em: 08 de ago. 2022.

SILVA, A. V. **Economia solidária**: uma estratégia política de desenvolvimento. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SILVA, D. J. O sistema financeiro nacional sob a perspectiva da economia solidária. **Conteúdo Jurídico**, 2016. Disponível em: <<http://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/46372/o-sistema-financeiro-nacional-sob-a-perspectiva-da-economia-solidaria>>. Acesso em: 30 de dez. 2021.

SILVA, E. A. C. Casos de sucesso e de insucesso no acesso ao crédito destinado às micro e pequenas empresas mineiras. *In*: Simpósio de excelência em gestão e tecnologia, 4, 2007, Resende, **Anais...**, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, R. F.; FILHO, M. V. C. Território e economia solidária: relações relevantes para a construção do desenvolvimento sustentável. **Repositório IPEA**, n. 64, 2020.

SILVA, S. P. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p.159-175, 2013.

_____. Entidades de apoio e fomento à economia solidária no Brasil: uma análise exploratória. **Repositório IPEA**, n. 61, out. 2016.

_____. O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas. Texto para discussão: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8255>>. Acesso em: 07 de jun. 2021.

_____. Economia solidária e finanças de proximidade: realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil. Texto para discussão: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2017a. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29290>. Acesso em: 07 de jun. 2021.

_____. Panorama dos empreendimentos de economia solidária no Brasil: uma análise de suas dimensões socioestruturais. **Revista da Abet**, v. 16, p. 208-228, 2017b.

SILVA, S. W.; GONÇALVES, J. E.; SOUZA, D. V. R.; PEREIRA, W. F.; FONSECA, L. R. O sistema financeiro nacional brasileiro: contexto, estrutura e evolução. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 14, n. 1, 2016.

SOARES, M. N. M.; REBOUÇAS, S. M. D. P.; FILHO, J. C. L. S. A racionalidade substantiva das práticas de autogestão: Uma análise sobre as dinâmicas organizativas de mulheres na Economia Solidária sob a perspectiva da história oral. *In*: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 21, 2019, São Paulo. **Anais ...**, São Paulo: FEA-USP, 2019.

SOUZA, A. R.; JÚNIOR, F. A. A economia solidária como resposta à crise pandêmica e fator de outro tipo de desenvolvimento. **P2P & Inovação**, v. 7, p.8-25, 2020.

SPILEIR, D. P. Economia solidária e obtenção de crédito: uma contribuição propositiva à luz do presente. **Repositório IPEA**, n. 71, p. 137-149, 2021.

_____. **Microcrédito e economia solidária**: aspectos sustentáveis. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) – Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018.

SUCUPIRA, G. I. C. S.; FREITAS, A. F. Cooperativismo de crédito solidário: um arranjo institucional em prol do desenvolvimento local. **Revista Eletrônica do Prodema**, v. 6, n. 1, p.23-40, 2011.

SUCUPIRA, G. S.; BRAGA, M. J. Empreendimentos de economia solidária e discriminação de gênero: uma abordagem econométrica. **Administração pública, gestão social e economia solidária**: avanços e desafios. Viçosa: UFV, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

VALENTE, R. Microcrédito como instrumento de desenvolvimento econômico e social. **Repositório IPEA**, n.19, p. 15-20, 2002.

VALENTIN, F. F.; SERRA, N. O Acesso ao Crédito pela Economia Solidária: Cenário de Restrição num Universo em Expansão. *In*: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2012, Niterói, **Anais...**, Rio de Janeiro, 2012.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, J. A. G.; PEREIRA, H. F. S.; PEREIRA, W. N. A. Histórico do sistema financeiro nacional. **Revista Científica da FAEX**, v. 1, n. 2, 2012.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração - UFSC, 2013.

ZICA, R. M. F.; MARTINS, H. C.; CHAVES, A. F. B. Dificuldades e perspectivas de acesso ao sistema financeiro nacional pelas micro e pequenas empresas. *In*: Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 5, 2008, Curitiba, **Anais...**, Paraná, 2008.

ZICA, R. M. F.; MARTINS, H. C. Sistema de garantia de crédito para micro e pequenas empresas no Brasil: proposta de um modelo. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 1, 2008.

ZELLER, M., SCHIESARI, C. The unequal allocation of PRONAF resources: which factors determine the intensity of the program across Brazil?. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 3, 2020.

ZUCKER, L. G. Organizations as institutions. **Research in the Sociology of Organizations**, v. 2, n. 1, p.1-47, 1983.

APÊNDICE A – Tabela da estimação logit: modelo 1

Variáveis	Coefficientes	Valor Z	P> z	Std. Err.
REGIAO				
Sul	0.4649	4.31	0.000	0.1079
Centro-oeste	0.5918	5.21	0.000	0.1135
Nordeste	0.8323	8.83	0.000	0.0942
Norte	1.0803	10.54	0.000	0.1025
SIT				
Em implantação	-0.1817	-1.15	0.251	0.1581
Em reestruturação	-0.0421	-0.38	0.702	0.1102
AREAT				
Urbana	-0.0874	-1.09	0.274	0.0799
Rural e Urbana	-0.0344	-0.43	0.665	0.7937
INTERNET	0.2627	5.00	0.000	0.5260
MULHERSOCIA	-0.0043	-4.89	0.000	0.0008
RACA				
Negro	0.0499	0.71	0.476	0.7000
Amarelo	0.3173	141	0.160	0.2257
Indígena	-0.1423	-0.60	0.547	0.2365
POVO	0.1199	1.70	0.090	0.7007
CATS				
Artesãos	-0.3450	-3.67	0.000	0.9390
Artistas	-0.2933	-1.16	0.245	0.2525
Assentados de reforma agrária	0.1617	1.71	0.087	0.0944
Catadores de materiais recicláveis	-0.1360	-0.79	0.431	0.1729
Profissionais de nível superior	-0.2089	-0.87	0.385	0.2407
Trabalhadores autônomos	-0.3137	-2.77	0.006	0.1132
Desempregados	-0.0385	-0.27	0.784	0.1406
ETA				
Adultos	-0.2098	-1.93	0.054	0.1087
Idosos	-0.5096	-3.12	0.002	0.1635
ORG				
Associação	0.2726	4.22	0.000	0.6459
Cooperativa	0.6346	6.76	0.000	0.0938
Sociedade mercantil	1.3876	5.35	0.000	0.2593
REDE	0.3152	5.37	0.000	0.0586
FATURAMENTO	4.44e-08	0.90	0.366	4.92e-08
APOIO	0.3019	6.04	0.000	0.0500
RESULATIV				
Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	0.1740	3.48	0.000	0.5000
Não conseguir pagar as despesas	0.3919	5.55	0.000	0.0706
PARTMOVS	0.2509	4.99	0.000	0.0502
SERVGEREN	0.4530	5.26	0.000	0.0861
ANOINICIO	-0.1095	-0.37	0.708	0.0523
CONSTANTE	-2.2933	-13.29	0.000	0.1725

Fonte: Resultados da pesquisa

Notas: Pseudo R² = 0.0627 Wald chi2(38) = 667.10 Prob > chi2 = 0.0000

** significativo ao nível de 10%, *significativo ao nível de 5%, *ns* não significativo.

APÊNDICE B – Tabela da estimação logit: modelo 2

Variáveis	Coefficientes	Valor Z	P> z	Std. Err.
REGIAO				
Sul	0.8340	3.99	0.000	0.2089
Centro-oeste	-0.5389	-2.54	0.011	0.2124
Nordeste	0.3001	1.73	0.083	0.1731
Norte	0.1634	0.90	0.370	0.1821
SIT				
Em implantação	0.1024	0.37	0.713	0.2787
Em reestruturação	-0.4632	-2.32	0.020	0.1994
AREAT				
Urbana	0.0127	0.09	0.929	0.1420
Rural e Urbana	-0.3554	-2.51	0.012	0.1414
INTERNET	-0.0035	-0.04	0.970	0.0954
MULHERSOCIA	-0.0005	-0.30	0.762	0.0016
RACA				
Negro	-0.2166	-1.71	0.087	0.1266
Amarelo	-0.2000	-0.54	0.592	0.3735
Indígena	0.0067	0.02	0.987	0.4218
POVO	-0.0389	-0.31	0.753	0.1236
CATS				
Artesãos	0.0163	0.10	0.923	0.1703
Artistas	-0.1232	-0.28	0.782	0.4451
Assentados de reforma agrária	-0.3786	-2.26	0.024	0.1676
Catadores de materiais recicláveis	-0.5607	-1.79	0.074	0.3139
Profissionais de nível superior	-0.5429	-1.32	0.188	0.4120
Trabalhadores autônomos	-0.0274	-0.13	0.893	0.2048
Desempregados	-0.6355	-2.34	0.019	0.2715
ETA				
Adultos	0.0188	0.11	0.916	0.1785
Idosos	-0.1460	-0.49	0.627	0.3001
ORG				
Associação	-0.3544	-2.95	0.003	0.1201
Cooperativa	-0.5258	-3.15	0.002	0.1670
Sociedade mercantil	0.8562	1.79	0.074	0.4793
REDE	0.3059	2.94	0.003	0.1039
FATURAMENTO	1.83e-07	0.58	0.559	3.13e-07
APOIO	0.6598	7.26	0.000	0.0908
RESULATIV				
Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	-0.0073	-0.08	0.935	0.9000
Não conseguir pagar as despesas	-0.4254	-3.43	0.001	0.1238
PARTMOVS	0.0981	1.06	0.288	0.0922
SERVGEREN	0.6490	4.22	0.000	0.1539
ANOINICIO	-0.1578	-1.72	0.085	0.0917
CONSTANTE	-0.2011	-0.68	0.499	0.2977

Fonte: Resultados da pesquisa

Notas: Pseudo R² = 0.0756 Wald chi2(40) = 258.11 Prob > chi2 = 0.0000

** significativo ao nível de 10%, *significativo ao nível de 5%, *ns* não significativo.